

---

## **INTRODUÇÃO**

---

A identificação de caligrafias, mais do que um mero exercício de atribuição de autoria(s), constitui-se, no caso do estudo da colecção das *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora* (BPE), como um campo de análise de questões mais vastas, nomeadamente a do processo de produção/execução dos folhetos manuscritos.

Fundamentalmente, o que se pretende é o estabelecimento de relações de identidade, entre formas gráficas e indivíduos, o que constitui um empreendimento explorador da dimensão e dinâmica do círculo de intervenientes no processo de execução destes folhetos. O mesmo será dizer às respectivas relações de coexistência, permanência e ruptura, da acção dos escreventes no período de 1735 a 1738. Paralelamente, propõe-se o enquadramento dessas relações de identidade com outros aspectos da materialidade da escrita, como os "ritmos" de produção, reveladores da inter-relação do indivíduo com os principais materiais implicados (papel, tintas e penas). Dos diversos usos dos materiais, das formas de reaproveitamento, associados às marcas distintivas da própria tipologia documental, desvendam-se padrões de "edição manuscrita", mediante os propósitos e condicionantes que envolvem os momentos da redacção. Os dois pontos de análise são claramente passíveis de ser lidos na colecção da Biblioteca Pública de Évora. Tudo isto constitui a problemática a explorar neste trabalho.

Neste ponto importa, antes de mais, fazer uma breve exposição relativa à fonte sobre a qual incide este estudo, assente nos trabalhos desenvolvidos por João Luís Lisboa e Tiago Miranda<sup>1</sup>. A colecção das *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de*

---

<sup>1</sup> LISBOA, 2001 e 2002; MIRANDA, 2005; LISBOA e MIRANDA, 2010.

*Évora* compõe-se por vários códices factícios que resultam da compilação de diversos folhetos manuscritos, de proveniência distinta, e que abarcam o período cronológico de 1729 a 1754. O conteúdo destes folhetos reveste-se de um carácter noticioso, predominantemente composto por acontecimentos da Corte que se pretendia divulgar, cuja produção era empreendida por vários redactores, que dispunham de recursos humanos para a execução dos mesmos. De tal forma, que é possível identificar empresas distintas de produção de manuscritos volantes. Entenda-se empresa como um centro de edição de folhetos, ainda que possa ser restrito apenas a um redactor e a um escrevente. Os assuntos abordados emergem de uma rede de correspondentes, que apesar de relativamente alargada, se polariza, sobretudo, entre Lisboa e Santarém. Aqueles alimentam entre si a produção e a divulgação de informação, sob a forma de folhetos manuscritos, de formato semelhante.

O âmbito de análise desta dissertação centra-se no período de 1735-1738, dividindo-se em duas frentes: o "Diario" do Conde de Ericeira, e as "Adições à Gazeta" de José Freire de Monterroio<sup>2</sup>. A opção pelo recurso a dois códices de Gazetas, como amostra da produção de duas empresas distintas, de forma a possibilitar uma análise exhaustiva de caligrafias, determinou o período cronológico abrangido por ambos. O do "Diario" compreende os anos de 1735 a 1737 e o das "Adições" os de 1736 a 1738.

Relativamente ao "Diario", dado esta publicação inscrever-se entre os anos de 1729-1740, optou-se pelo estudo pormenorizado dos anos em trabalho (1735-1737), não obstante, o facto de ser imprescindível encontrar pontos de referência nos que os antecedem e sucedem, respectivamente. Tudo isto implica uma incursão necessária, ainda que muito breve e não sujeita ao mesmo pormenor dos anos seleccionados, pelos restantes "Diarios", bem como por outros manuscritos redigidos sob a orientação do Conde da Ericeira, nomeadamente as cartas emitidas pelo próprio.

A análise sistemática restringe-se, portanto, ao período 1735-1738, embora procure uma sustentação mais abrangente, ainda que menos consistente pelo menor grau de minúcia. Neste contexto foi necessário recuar no "Diario" a 1729 e avançar, no mesmo, até 1740.

---

<sup>2</sup> LISBOA, 2001: 30.

Paralelamente ao "Diário", existem "conjuntos" de cartas do Conde da Ericeira que manifestam a presença das "mãos" responsáveis pelos folhetos, constituindo por isso um dado importante na análise da dinâmica de continuidade e/ou de ruptura do "grupo" de escreventes.

Um dos conjuntos mais significativos diz respeito às cartas dirigidas pelo Conde de Ericeira ao Conde de Unhão, cerca de 28, para o período de 1706 a 1742, existentes na BPE. Seguem-se as 65 cartas ao Conde de Assumar, entre 1703 e 1731, e as 19 a D. Luís da Cunha entre 1740 e 1743, ambos na Torre do Tombo<sup>3</sup>.

A pouca representatividade numérica das cartas, embora incontornável como elemento adicional ao estudo das caligrafias, é contrabalançada pelo largo período cronológico. Enquanto que a primeira contingência permite uma abordagem quanto à variação do nível de esmero e consistência das formas gráficas, numa tipologia muito distinta dos "Diários"; a segunda revela as descontinuidades dos copistas/secretários ao serviço do Conde da Ericeira.

Em suma, as cartas propiciam um suporte de análise abrangente, ao facilitarem o estabelecimento de relações com as caligrafias que surgem apenas nos "Diários", correspondentes aos anos fora das datas em análise; enunciando desta forma a intervenção de múltiplas "mãos", a ritmos distintos e interligados, independentemente das tipologias documentais a que se reportam. No entanto, não deixa de ser uma linha de análise secundária, porque demasiado vasta, da qual se procuram integrar as observações estritamente necessárias que contextualizem o trabalho exaustivo do período em foco: 1735-1738 dos "Diários" e "Adições".

O estabelecimento de identidades às formas escritas tem como grande obstáculo a fragmentação metodológica dos trabalhos na área e o fraco investimento teórico neste campo. A elaboração de metodologias adequadas à História da Escrita tem como referência fulcral as problemáticas centradas nos estudos de Jean Mallon e Léon Gilissen. Durante o aceso debate sobre noções centrais dos elementos da escrita - como *ductus*, *modulus* e *ângulo de escrita* - emerge gradualmente a preocupação com uma necessária abordagem quantitativa. As noções que inicialmente incorporam esta

---

<sup>3</sup> ANTT, *Casa da Fronteira*, M<sup>o</sup>. 93 e M<sup>o</sup> 246; e ANTT, *Manuscritos da Livraria*, N<sup>o</sup>. 1944.

tendência são os designados "*rapport modulaire*" e "*angle d'écriture*" de Gilissen, para os quais define fórmulas que procuram restringir o nível de subjectividade na análise<sup>4</sup>. No entanto, a prevalência da abordagem qualitativa, centrada na descrição das formas gráficas através de terminologia variável, dita a continuidade dos estudos que se centram na apreciação geral do *ductus* e da morfologia, produzindo conclusões que raramente recorrem à exposição do processo que as origina. Na verdade, os esforços metodológicos foram surgindo mediante as exigências do objecto de investigação, o que circunscreve as possibilidades de transposição do método, e limita uma reflexão abrangente e fundamentada da "identificação" em manuscritos históricos.

A terminologia é também, em si, um factor de dispersão. Para além das categorias gerais de análise que se inscrevem em parâmetros mais ou menos consensuais, como os já enunciados, o vocabulário descritivo recorre frequentemente a adjectivos não controlados, e por isso pouco mensuráveis. A subjectividade enunciada no discurso qualitativo dos paleógrafos é por conseguinte contraposta à descrição lacónica e despojada de uma área de saber paralela, a análise documental forense. Com a devida salvaguarda da fronteira natural que as distingue, o objectivo comum suscita inevitavelmente alguma curiosidade quanto aos métodos de trabalho, sobretudo quando têm vindo a ser desenvolvidas tecnologias específicas para o reconhecimento automático da autoria de manuscritos. A quantificação de dados resultantes da implantação de complexos algoritmos permite um nível de análise extremamente pormenorizado e abrange um volume documental muito vasto. Trata-se do processamento objectivo e controlado de dados que no entanto, não apresentam por si um percurso unívoco na identificação da grafia, competência esta remetida exclusivamente à análise/interpretação do investigador<sup>5</sup>. O detalhe e rigor na recolha de dados e no respectivo processo de análise constitui a "pedra de toque" dos procedimentos que resultam numa avaliação da correspondência ou não de identidades por níveis de aproximação. A objectividade de critérios na recolha de dados, o controlo do processo e a conclusão traduz-se num resultado susceptível de reprodução. Percurso que se encontra arreigado em linhas de análise provenientes de várias áreas,

---

<sup>4</sup> AUSSEMS, 2006: 54.

<sup>5</sup> DAVIS, 2007.

desde que assistam a qualquer procedimento do acto de escrever, mas que se debruçam sobre amostras exíguas e que se remetem a um contexto real da nossa actualidade.

A transposição para uma realidade histórica, não vivenciada ainda que conhecida, implica uma dimensão temporal que não se restringe ao mero ajuste a outros materiais da escrita, mas que depende sobretudo da representação mental e física dos protagonistas, em contextos sociais e de produção manuscrita muito específicos. Neste sentido, a informação essencial para a análise de manuscritos históricos e que naturalmente lhes está implícita, constitui um factor determinante que é incorporado nas categorias de análise, sobretudo através da necessária abordagem qualitativa.

Por outro lado, o volume de manuscritos que em regra está em causa num trabalho de História da Escrita, ainda que reduzido, é exponencialmente superior às amostras estudadas pela ciência forense. Facto que impossibilita a análise exaustiva, letra a letra, sem recurso a suportes digitais, direccionados para os tipos de caracteres a que os manuscritos se reportam. Apesar de serem já significativos os esforços neste sentido, sobretudo no que respeita a manuscritos medievais, a atribuição de identidades gráficas num vasto conjunto documental, ainda que recorrendo a formas de análise quantitativa, dificilmente se poderá alienar da preponderância da abordagem qualitativa. É que a natureza do trabalho inscrever-se, parcialmente, num palco de conjecturas. Muitas delas são inevitáveis. Desta forma, a objectividade e rigor da análise expressa-se através da exploração conceptual e metodológica detalhada do trabalho, assegurando a possibilidade de demonstração de todo o processo de identificação.

A breve passagem pelos níveis de fiabilidade da identificação individual da escrita por métodos qualitativos e quantitativos pretende apenas sublinhar a confrontação com a realidade comum a ambos: a da atribuição de qualquer autoria por grau de aproximação.

A delimitação de um campo de trabalho que à partida se apresenta algo ambíguo, impõe uma reflexão cuidada das problemáticas conceptuais que lhe subjazem. E como

já foi sugerido, algumas permanecem ainda num limbo aberto a interpretações e às necessidades do "objecto" a investigar. Segue-se uma breve leitura da variação dos significados atribuídos por autores de referência a seis dos conceitos centrais no processo de identificação de "mãos"<sup>6</sup>.

### ***ductus***

Entendido como a sequência e o sentido da execução dos traços, constante mesmo em formas gráficas diferentes, segundo a definição de Jean Mallon<sup>7</sup>, assumiu-se desde logo como uma noção incontornável no que respeita à "reconstituição genética da escrita", com dimensão de conceito operatório.

Pelo contrário, Léon Gilissen<sup>8</sup> descreve-o como elemento não "personalizável" da escrita, dado ser transversal a escritas com a mesma tipologia, ou com morfologias muito diferentes, sendo neste caso unidas pela constância do mesmo *ângulo de escrita*. Facto que, segundo o autor, obsta à atribuição de "mãos" apenas mediante a análise do *ductus*.

Alvo de fortes críticas dos seus pares, Gilissen sublinha que a sua apreciação remete-se essencialmente às formas superficiais e algo deturpadas do uso/aplicação de que o conceito passou a ser objecto, passando a preconizar uma análise opaca e um discurso infrutífero dado o nível de ambiguidade que envolve. E neste sentido, o autor deu um contributo fundamental para uma necessária reflexão/revisão crítica das categorias de análise necessárias à identificação de "mãos", alargando o seu âmbito de acção.

---

<sup>6</sup> A diversidade terminológica que proliferou após os trabalhos de Jean Mallon e Léon Gilissen, associada às frequentes revisões do âmbito de acção das noções estruturais, impõe a formulação de uma síntese que enquadre a fonte documental em questão. O levantamento dos critérios usados para a identificação de "mãos" foi elaborado tendo como referência dois trabalhos (Aussems; Stokes) que incluem exposições desenvolvidas das problemáticas que acompanham os conceitos em foco. Na tabela geral de síntese que segue em anexo, incluiu-se também os elementos usados por Ana Rita Amaro Monteiro, uma vez tratar-se do estudo português mais próximo do âmbito do presente trabalho.

Mark Aussems, "*Christine de Pizan and the Scribal Fingerprint: A Quantitative Approach to Manuscript Studies*." MA Thesis. Utrecht University, 2006. <http://igitur-archive.library.uu.nl/student-theses/2006-0908-200407/UUindex.html>; Peter Stokes, "Computer-Aided Palaeography, Present and Future", *Kodikologie und Paläographie im Digitalen Zeitalter – Codicology and Palaeography in the Digital Age*, Hrsg. Malte Rehbein, Patrick Sahle und Torsten Schaßan, unter Mitarbeit von Bernhard Assmann, Franz Fischer und Christiane Fritze. Schriften des Instituts für Dokumentologie und Editorik 2. Norderstedt: Books on Demand, 2009, pp. 309-338.

<sup>7</sup> MALLON, 1975: 17-18.

<sup>8</sup> GILLISEN, 1975.

De facto, tanto o conceito como a problemática em torno da visão dos dois autores constituem-se como uma fundação sólida para a articulação dos restantes conceitos indicados e/ou adaptados pelos próprios. Tendo-se mantido como referências obrigatórias, às quais se sucederam autores que acabaram por particularizar variados itens de análise dentro das categorias anteriormente estabelecidas.

### ***modulus***

Dirigido às proporções das letras, é reformulado por Gilissen no sentido de o dotar de uma estrutura que quantifique os dados, introduzindo para tal uma fórmula de análise para apurar a relação entre a largura e a altura das letras, ajustando a designação para *relação modular*<sup>9</sup>. Apesar de ser um contributo de destaque, as fórmulas propostas não apresentam, contudo, um resultado consistente, como demonstra Mark Aussems<sup>10</sup>.

### ***morfologia***

Um dos elementos chave em qualquer processo de identificação, designado *forma* por Mallon, é contudo dependente da conjugação de factores preponderantes como o *ductus* e o *modulus*. A multigrafia de uma "mão" apenas pode ser considerada mediante a observação de factores internos e externos ao indivíduo, num determinado espaço temporal, e a conseqüente constatação da coexistência de elementos que persistem face a rupturas significativas, ou à transformação gradual do traço e/ou movimento.

Trata-se de uma categoria que exige uma abordagem dinâmica das formas, não se limitando a uma simples correspondência linear de traços. Daí que Gilissen tivesse indicado a elaboração de um "signo-tipo" ou "letra-tipo" como elemento diferenciador de uma "mão", e que consistia num esboço de uma letra (não existente como forma efectiva no manuscrito) que conjugasse as diferentes variações dos traços, de uma mesma letra, num único desenho<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> AUSSEMS, 2006: 61.

<sup>10</sup> AUSSEMS, 2006: 61-63.

<sup>11</sup> GILISSEN, 1975.

### **ângulo de escrita**

Referente à posição da pena face à linha de texto<sup>12</sup>. É uma das noções inicialmente mais controversas pelas variações que dependem do tipo de corte da pena e do respectivo manuseamento.

Apesar da proximidade com a noção "ângulo de inclinação de escrita", não é seu sinónimo. Enquanto que o *ângulo de escrita* remete para colocação do instrumento de escrita, o *ângulo de inclinação* fixa-se no traço executado: a obliquidade da haste face à linha de texto<sup>13</sup>.

No decorrer dos "debates/confrontos" acerca dos significados das grandes categorias de análise, o *ângulo de inclinação*, apesar de considerado por Gilissen foi preterido em favor do *ângulo de escrita*, tendo sido recuperado como critério de destaque por Jan Burgers<sup>14</sup>.

### **contraste**

Consiste na diferença entre a largura dos traços mais finos e os mais largos. A fórmula criada por Gilissen para quantificar a medida é contrariada por Burgers com o argumento da intervenção de factores não quantificáveis que inviabilizam qualquer tentativa neste sentido: a direcção do traço, a pressão sobre a pena, e a flexibilidade da respectiva ponta. Facto que leva o último autor a propor a qualificação do *contraste* do traço por três categorias: *pouco pronunciado*, *pronunciado* e *moderadamente pronunciado*<sup>15</sup>. Acrescentando as qualidades de "regular" e "ritmada" para aferir o padrão de constância.

### **características internas**

Remete-se à estrutura do texto. Mallon e Gilissen circunscrevem-nas à articulação dos sinais gráficos de pontuação. Âmbito alargado por Burgers que integra as letras capitais como elementos de referência na estrutura interna. Aussems, no processo de adequação de métodos às características da fonte documental, que consistia em

---

<sup>12</sup> D'HAENENS, 1975: 180-181.

<sup>13</sup> AUSSEMS, 2006: 57.

<sup>14</sup> AUSSEMS, 2006: 57.

<sup>15</sup> AUSSEMS, 2006: 60.



cópias, confronta-se com a questão que pode atribuir outras valências a esta categoria em casos paralelos:

*"to what extent is copying a text really imitation, and to what extent is it a process of internalising a handwriting and producing the text in one's own hand?"*<sup>16</sup>

A realidade documental que esteve na origem da construção das enunciadas categorias de análise, reporta-se essencialmente a manuscritos medievais. Marcada por caligrafias de "carácter público" e adstrita a rígidas convenções gráficas, mas que, ainda assim, denunciam traços personalizados passíveis de identificação. Num outro extremo cronológico encontra-se a análise forense. Distingue-se pelo factor "realidade judicial" e, por conseguinte, determina um procedimento metodológico centrado numa conjuntura que exige uma outra orientação no que respeita a uma teoria dos elementos da escrita<sup>17</sup>. Não significa, portanto, que não partilhem noções comuns. Facto patente nos esforços de vários autores que procuram fazer interagir critérios aplicáveis nos dois âmbitos<sup>18</sup>, resultando num esmiuçar de aspectos que redimensiona a reflexão do acto de escrever, inscrito transversalmente na cronologia milenar que o atesta. Realce-se que para as grafias do período Moderno tudo está mais ou menos por fazer e que a complexidade é assinalável.

Louis Hay aponta precisamente o paradoxo fomentado por áreas da História da Escrita (Paleografia, Codicologia e Diplomática) na circunscrição do campo de análise ao período que antecede o aparecimento da imprensa, facto que condicionou os estudos do período Moderno, dada a diversidade da natureza destes manuscritos<sup>19</sup>. Aliás, a Paleografia Moderna encontra na escola italiana a excepção à regra da mera aprendizagem prática da leitura, ao dedicar-se às problemáticas das formas escritas no contexto social dos séculos XVI e XVII<sup>20</sup>. Já o caso francês parece mostrar-se alheio a qualquer análise morfológica da escrita. Assim é nos trabalhos acerca do ensino e da alfabetização nos períodos Moderno e Contemporâneo, fenómeno curioso, uma vez ser

---

<sup>16</sup> AUSSEMS, 2006: 74. A escassa literatura sobre o assunto levou o autor a não trabalhar esta categoria no seu labor de abordagem quantitativa.

<sup>17</sup> DAVIS, 2007: 254.

<sup>18</sup> STOKES, 2009; DAVIS, 2007.

<sup>19</sup> HAY, 1976: 91.

<sup>20</sup> SMITH, 2002: 3.

evidente a correlação das formas da escrita e dos factores materiais e humanos que a envolvem e vice-versa<sup>21</sup>.

A importância de inserir qualquer forma gráfica no seu complexo quadro de comunicação escrita, expressa por Antonino Mastruzzo<sup>22</sup>, impõe uma permanente atenção sobre os diversos factores intervenientes. Neste contexto, e perante o objecto de estudo *Gazetas Manuscritas* (entenda-se "Diario" e "Adições") sobressai, desde logo, como elemento de consideração primordial a longa permanência do manuscrito face aos objectos impressos, verificada até inícios do século XVIII.

Nos finais da década de 1990 e inícios da subsequente, surgem vários estudos no âmbito alargado da História da Cultura Escrita que demonstram as vertentes assumidas na circulação do manuscrito<sup>23</sup>. Ao contrariar a noção que associa o emergir da imprensa à inevitável decadência do manuscrito, revelam-se circuitos específicos e dinâmicos, alheios à tipografia<sup>24</sup>. Entre as muitas razões que justificam a permanência do manuscrito retém-se, por agora, a que se encontra formulada num subtítulo de um artigo de Fernando Bouza-Álvarez: "*Escrever depressa, imprimir devagar*"<sup>25</sup>. Ora, o factor rapidez de execução influi inevitavelmente na imagem da mancha gráfica e é efectivamente uma marca quase que inalienável das escritas pessoais modernas, sobretudo quando afastadas da disciplina de qualquer norma caligráfica.

O traçar da letra como forma reveladora de "identidade", não se centra, todavia, na correspondência linear de uma determinada forma a um indivíduo. Uma mesma "mão", face às constantes influências e/ou adaptações às circunstâncias acaba por apropriar-se de alterações significativas, que poderão sugerir, erradamente, uma outra "identidade".

A articulação dos elementos comuns às respectivas variações, transpostas na natural evolução do *ductus*, apresenta desta forma um conjunto de indicadores complexo e dinâmico. Sem a respectiva análise não é possível qualquer atribuição

---

<sup>21</sup> SMITH, 2002: 3.

<sup>22</sup> MASTRUZZO, 2005: 3.

<sup>23</sup> BOUZA, 1997, 2001 e 2002; BUESCU, 1999 e 2003; CHARTIER, 1998; LOVE, 1998; MOUREAU, 1993, 1999 e 2006.

<sup>24</sup> BUESCU, 2003: 24.

<sup>25</sup> BOUZA, 2002: 63.

objectiva e unívoca de autoria. Sobrepõe-se, ainda, a questão do vasto conjunto documental a abarcar, o qual exige um nível de minúcia proporcionado apenas pelo recurso à computação<sup>26</sup>. Este último foi um caminho que não trilhámos por ora.

Tendo em conta que se trata de uma realidade dinâmica, estipulou-se um conjunto de pressupostos que pretende orientar o esforço de adequação metodológica, ao exame das grafias do "Diario" e das "Adições". Consiste na agregação de indicadores comuns a qualquer "acto de escrita", com as especificidades da execução dos folhetos manuscritos da BPE. Ei-los:

- a) a evolução do *ductus* individual;
- b) as condicionantes materiais da escrita (pena, tinta, papel);
- c) condicionantes pessoais de quem escreve (tempo, limitação física, etc);
- d) a permanência de um traço característico de uma mão e/ou associação a uma "escola";
- e) a mecanização dos movimentos da escrita e conseqüente repetição no desenho de determinadas fórmulas escritas, sejam letras, sílabas ou palavras;
- f) a correspondência ou variação na construção da mancha de texto relativamente à função do manuscrito;
- g) a possível existência de várias "mãos" num mesmo folheto;
- h) a possível partilha de tarefas na execução dos folhetos, nomeadamente na elaboração de cabeçalhos;
- i) a dificuldade de definir com um grau elevado de objectividade o número de "mãos" envolvidas;
- j) a fonte ou proveniência do texto.

Sublinham-se as influências entre pessoas com vários graus de proximidade, pela mesma "escola" e/ou "trabalho/função", como um dos primeiros elementos a

---

<sup>26</sup> São consideráveis os trabalhos desenvolvidos no sentido de representar e despistar, com minúcia, os padrões gráficos que indicam traços identitários individuais. A construção de algoritmos adequados às fórmulas em análise são aplicadas quer às necessidades correntes da investigação forense, quer no próprio meio académico da História da Escrita, cingindo-se no último caso a projectos dirigidos a manuscritos medievais. GURRADO, 2009; STOKES, 2009.

considerar. Aliado à complexa evolução do *ductus* que marca inevitavelmente a cronologia de décadas, que circunscreve a totalidade do estudo.

Mediante a natureza dos manuscritos, definiu-se um conjunto de noções para se proceder à identificação caligráfica, nas quais assenta a estrutura do estudo: *unidades de análise, categorias de análise, marcadores, e linhas de análise*.

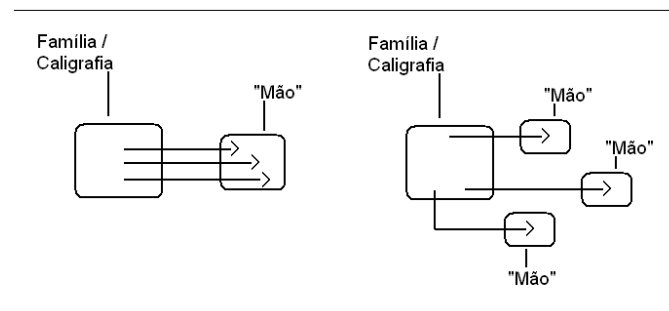
A unidade de identificação "mão", à qual habitualmente se recorre em trabalhos similares, pareceu ambiciosa perante a dimensão da tarefa, dada a impossibilidade de corresponder à minúcia exigida, recursos e morosidade implicada. Aliás, a atribuição de identidades realiza-se em várias esferas que ultrapassam a singularidade do autor gráfico, ainda que este seja o objectivo primordial. Isto porque a individualização das caligrafias, neste contexto, não corresponde apenas a variações pontuais no *ductus* de uma "mão", podendo esta assumir formas mais elaboradas e um nível de esmero incaracterístico e aproximado aos modelos caligráficos da época, dificultando qualquer identificação que passe apenas pelos critérios centrados nos indicadores aqui propostos. As frequentes variações dos marcadores numa mesma "família" (noções a explicitar posteriormente) e muitas vezes num mesmo folheto que integra apenas uma "mão", assim o exigem; caso contrário, corre-se o risco de entrar numa espécie de labirinto, onde as escolhas de percurso são simplesmente aleatórias.

A observação dos múltiplos factores intervenientes na execução ou presentes na materialidade da escrita permite a aferição de "identidades", por aproximação, com uma margem de erro aceitável. Faz-se recorrendo a uma unidade mais abrangente que congregue os aspectos fundamentais do carácter da caligrafia em relação à possível existência de variantes da mesma, que poderão ou não pertencer às mesmas "mãos". Daí que, por oposição à identificação do indivíduo/mão, se proponha para o presente estudo, a identificação de caligrafias/famílias como unidades de análise.

Entende-se por "famílias caligráficas" o conjunto de formas escritas que partilham um *ductus* idêntico (não necessariamente igual), mediante uma relação entre o traço, esmero, mancha de texto, e desenho específico de letras, sinais ou números. Opta-se, portanto, pela conjugação de elementos descritores significativamente idênticos, para assinalar uma "família", ainda que esta possa integrar uma ou mais variantes. Pretende-

se gerir a incerteza da atribuição de "mãos", recorrendo à análise dos dados mais consistentes, os quais residem num âmbito mais alargado, o das "famílias".

Este tipo de agrupamento conceptual deixa em aberto outras possibilidades reais, além da leitura principal. Podendo-se mais facilmente conjecturar sobre correspondências entre variantes (mais dúbias), da mesma ou de diferentes famílias, sugerindo assim a hipótese de uma nova família. E neste sentido, permite uma revisão e/ou reestruturação mais eficaz do número e composição das famílias. Além da vantagem de apontar para factores marcantes na mudança temporal de um determinado *ductus*. Cria-se uma plataforma que viabiliza, neste estudo de caso, a identificação com uma margem de erro substancialmente inferior ao das "mãos".



Tendo como situação ideal a correspondência de uma família a uma "mão", com as possíveis oscilações gráficas: lê-se na primeira imagem a existência de "variantes" caligráficas numa "família" que se

adequam a uma única "mão". No outro extremo, representado na segunda imagem, as variantes correspondem a várias "mãos", embora mantenham indicadores com uma certa unidade.

As *categorias de análise* referem-se aos elementos/factores estabelecidos para definição das unidades "família/caligrafia", bem como para a comparação entre as mesmas. É sobretudo no âmbito das categorias de análise que se procura articular o vocabulário controlado, baseado nos autores de referência anteriormente mencionados. A já referida adequação metodológica aos objectivos do estudo e à tipologia documental fizeram com que a designação das categorias não se remeta total ou parcialmente aos critérios de análise convencionado na literatura da área, muito embora lhes estejam subjacentes. O quadro síntese que se segue dispõe os critérios/categorias fixados a **negrito**, com breves notas que procuram esclarecer o âmbito de aplicação dos mesmos, nomeadamente através da inclusão de outros preceitos indicados por vários autores, como se pode confrontar com o Anexo I.

---

**Categorias de análise**

---

**Ductus**

**Modulus / Morfologia** (proporções e formas)

**Ângulo de Inclinação** (grau de inclinação)

**Esmero** (aspecto: enquadramento do texto, decoração, cuidado)

**Estilo** ("escola")

**Traço** (contraste; qualidade dos traços; ligações; cursividade)

**Mancha de texto** (aparato textual; cabeçalho; espaçamento; margens; forma e direcção da linha de texto: predominâncias e irregularidades)

**Características internas** (estrutura do texto; pontuação; abreviaturas; ortografia; sinais de fecho de texto)

**Marcadores** (maneirismos; números; abreviaturas; hastes; letras capitais)

**Inconsistências** (contradições; rupturas abruptas)

**Ritmos de escrita**

---

A singularidade do *ductus*, ainda que inscrito num modelo padrão de caligrafia, revela-se nos pormenores da personalização dos movimentos de escrita. Está invariavelmente presente em todo o processo de identificação, e une-se à grande maioria das categorias de análise quase que por osmose, não sendo em si um item isolado nas fichas caligráficas<sup>27</sup>, à semelhança das categorias "inconsistências" e "ritmos de escrita". Surge como referência incontornável na distinção de variantes ou mesmo de algumas famílias com um nível de semelhanças mais elevado, mas na forma de descrição, e que acaba por incluir invariavelmente referências descritivas de outras das categorias estipuladas.

Salvaguarda-se ainda o facto de, para além do vocabulário controlado expresso na designação e relação das categorias de análise, a terminologia "menor" para qualificar cada "secção" de categoria ter sido estabelecida na maioria dos casos, e quase que de forma orgânica, em torno de conjugações simples de adjectivos e advérbios.

---

<sup>27</sup> Construídas para a leitura dos dados e apresentadas posteriormente.

Por outro lado, os *marcadores*, integrados nas categorias de análise, embora lhes sejam transversais, encarregam-se de definir especificidades e maneirismos gráficos fundamentais no trabalho de despistagem. Elementos-chave da análise de cada "família/caligrafia" são muito diversificados, instáveis e por vezes contraditórios, à semelhança da complexidade dinâmica de qualquer *ductus*.

Por último, formalizaram-se ainda determinadas *linhas de análise* que se inscrevem num primeiro patamar de observação/interpretação na recolha de dados, e que compõem a própria estrutura das fichas caligráficas de levantamento: descrição dos componentes gráficos; análise do conjunto de exemplares (folhetos); forma de distribuição das caligrafias no conjunto de exemplares; possíveis particularidades da "família/caligrafia"; grafia(s) variante(s) dentro da família; relação da(s) variante(s) com a caligrafia principal.

De acordo com a estrutura conceptual traçada elaboraram-se fichas caligráficas, o que pretendeu ser um instrumento de trabalho que incorporasse a recolha de dados com uma primeira abordagem qualitativa, por forma a delinear uma leitura permeável a outros níveis de interpretação. O formulário genérico apresenta-se no Anexo II. Seguem-se os critérios ponderados na composição das respectivas fichas:

- a) estabelecimento dos critérios da caligrafia/família a partir do primeiro folheto identificado como nova família, de forma a garantir a "integridade" dos princípios de comparação;
- b) integração e articulação de outras características relevantes presentes na restante sequência de folhetos de uma mesma família, de forma a recolher os vários factores de evolução, constância e/ou de ruptura, na mesma família;
- c) a reprodução de imagens restringe-se ao recto do primeiro folheto identificado de uma família, ao lado da qual se anexam outros pormenores dos folhetos do mesmo conjunto caligráfico, de maneira a enunciar as características marcantes (semelhanças, variações ou rupturas);
- d) apresentação de um quadro síntese das características gerais da família;
- e) quando se trata de famílias que partilham os mesmos folhetos com outras, insere-se um ponto de observação que diz respeito à sequência da distribuição das diferentes caligrafias no conjunto dos folhetos;

- f) a existência de particularidades, como sinais de fecho de texto, implicam análise individual;
- g) as grafias variantes das caligrafias/famílias são objecto de análise individual, embora com uma indicação mais reduzidas dos parâmetros estudados;
- h) os folhetos que revelam partilha de grafias, em que uma delas seja pouco expressiva e muito pontual no conjunto das famílias, impossibilitando uma identificação consistente, assinala-se a natureza do conteúdo informativo (para despistagem de anotações posteriores e alheias ao contexto original de produção dos manuscritos);
- l) as novas caligrafias/famílias que surgem apenas nas "Cartas" e nos "Diarios" que não enquadram a baliza cronológica do estudo de pormenor (1735-1738), isto é, entre 1729-1733, e 1738-1740, formam um grupo secundário de fichas caligráficas que não estão sujeitas à mesma minúcia das restantes. As linhas de análise estão aqui compactadas num campo descritivo mais abrangente.

O processo de identificação inicia-se precisamente com os primeiros contactos com os manuscritos no sentido de aferir que tipo de abordagens se adequam à tipologia bem como ao contexto de produção dos mesmos. A partir daqui, as etapas sucedem-se quase que de forma intuitiva. Importa, no entanto, referir que a diversidade de processos de identificação nesta área é muito substancial, embora nem sempre explícita<sup>28</sup>. Decorrem naturalmente do contexto teórico e documental de que partem, e cristalizam-se na tipologia da própria ficha de identificação caligráfica. No caso do presente estudo, a ficha resulta da conjugação dos passos iniciais do processo de identificação composto pela(o):

- 1) definição do *thesaurus* analítico;
- 2) parâmetros de análise e da estruturação da ficha de trabalho;
- 3) observação aturada dos manuscritos e identificação de caligrafias/ famílias;
- 4) revisão/actualização;

---

<sup>28</sup> D'Haenens interpreta o processo implícito na obra de Gilissen e aponta como etapas principais a definição de instrumentos e técnicas auxiliares; os termos de comparação (parâmetros) para determinar o "signo-tipo"; a interpretação de diferenças; e a construção de uma ficha sinalética. D'HAENENS, 1975.



- 5) alargamento do campo de análise aos restantes códices da colecção dos "Diários" (1729-1740) e a três conjuntos de "cartas" do Conde da Ericeira;
- 6) reavaliação da expressividade dos levantamentos de caligrafias;
- 7) revisão e afinação da leitura de variantes em famílias decisivas na interpretação de conjunto;
- 8) consolidar e confrontar a problematização fundamentada dos elementos da escrita com os resultados da identificação das caligrafias/famílias.

Dos três momentos-chave (a abordagem conceptual e terminológica a aplicar, situação transversal a todas as etapas; o agrupamento e destrinçar das caligrafias/famílias; e o alargamento do campo de análise às "Cartas" e aos restantes "Diários"), destaca-se o último como um "percurso relativamente marginal".

A ponte para os restantes anos dos "Diários" parte da identificação de caligrafias (1735-1738) para o estabelecimento de possíveis paralelos. Ainda que corresponda a uma leitura geral, os fundamentos estabelecidos na análise pormenorizada permitem uma aproximação verosímil das principais formas de continuidade e ruptura que os *ductus* apresentam. Mapeadas as grafias da colecção dos "Diários" (1729-1740) em confronto com as Cartas do Conde da Ericeira ao Conde de Unhão (1706-1742), estabelecem-se quatro novas caligrafias/famílias, face às de 1735-1738. Seguindo-se a comparação com as dirigidas ao Conde de Assumar (1703-1731) e a D. Luís da Cunha (1740-1743). As fichas caligráficas das novas famílias resumem-se a uma apreciação compacta e concisa das principais categorias de análise. O quadro geral de todas famílias/caligrafias apresenta, por isso, várias atribuições com grau de certeza muito reduzido, dado o menor nível de pormenor da análise na cronologia marginal a 1735-1738.

Chegou a hora de passar à demonstração analítica porque ela pode dar, quiçá, consistência a toda esta elaboração teórica. Avancemos para o desafio que constitui o corpo do trabalho.

---

## CAPÍTULO 1

### DA MATERIALIDADE DA ESCRITA ÀS ESCRITAS PESSOAIS

---

*«Da letra cursiva liberal. (...) a principal de todas,(...) pela liberal desenvoltura com que se obra nos talhos, e rasgos da mão que a fabrica; cujas singularidades se não achão nas mais, (...), quiz Deos (...) conceder nesta letra, do que a sua Omnipotencia concedeo na variedade, e distinctas dessemelhanças de rostos que creou, (...), quiz que nenhuma fosse em tudo semelhante á outra, (...), antes totalmente dessemelhantes, segundo as innumeraveis mãos que a escrevem, e por ser esta a principal, e a mais singular de todas as letras, a ella he bem que se applichem os homens, para por ella se fazerem conhecidos, e estimados na Republica, pois sem ella a ninguem com fundamento podemos chamar bom escrivão, ainda que pratico nas mais.»*

Manuel de Andrade de Figueiredo, *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*, 1722, p. 38.

A exaltação da letra "cursiva liberal" feita por Manuel de Andrade Figueiredo, prende-se sobretudo com o estabelecimento de uma relação de identidade individual do "escrevente" com os seus manuscritos. Ainda que uma identidade colectiva associada a uma "escola" ou "mestre" não seja, por natureza, imune à personalização do traço, é nas escritas pessoais que o indivíduo imprime a sua singularidade, podendo ser identificado muito para além da "assinatura". O "fazer-se conhecido" pela produção manuscrita, contribuindo dessa forma para o "bem da República", a que o autor faz menção, sublinha o peso das escritas pessoais no período Moderno, reforçando a consciência e a importância da escrita como marca identitária.

Muito para além do pressuposto comum da singularidade de uma assinatura, como equivalente à expressão única de um indivíduo, encontram-se várias formulações

que a sustentam, e que desvendam numa primeira análise alguns dos elementos que apontam para a individualidade de uma grafia.

O longo processo que precede um acto de escrita, com um nível de maturação gráfica considerável, revela-se extremamente complexo, dada a interferência de múltiplas variáveis que imprimem percursos individuais de desenvolvimento, assentes na condição biológica de cada pessoa.

O acto de escrever, como competência adquirida através da repetição, transporta em si, mesmo após tornar-se num hábito, um conjunto de imagens mentais das formas de letras aprendidas. A estilização da escrita pessoal parte, por isso, do método ensinado, incorporando por imitação os estilos de escrita que mais se aprecia. A evolução e maturação gráfica fixa gradualmente hábitos de escrita subconscientes, que dificilmente são contrariados, mesmo quando essa é a intenção do indivíduo<sup>29</sup>. No entanto, a fixação de hábitos não se apresenta como que estratificada e estática. Pelo contrário, a dinâmica impulsionada pelo constante confronto com várias realidades materiais, culturais, e físicas da escrita, impõe um processo em constante (re)adaptação.

Propõe-se de seguida, uma breve abordagem às condições físicas, biológicas e materiais da escrita, confrontando as linhas actuais de análise com algumas das noções tidas em Setecentos, sobretudo através do manual de escrita de Manuel de Andrade Figueiredo. Seguindo-se uma análise que procura encontrar formas de expressão da identidade gráfica em notícias das *Gazetas Manuscritas*, por forma a compreender a grafia como reveladora de identidade nas primeiras décadas do século XVIII.

### **1.1- A impressão digital**

---

A grafia individual como "impressão digital"<sup>30</sup> ainda que reúna consenso, em várias áreas do saber, depara-se com as referidas variáveis complexas que interpelam o observador no sentido de uma análise física<sup>31</sup>, histórica e culturalmente contextualizada.

---

<sup>29</sup> KOPPENHAVER, 2007: 13.

<sup>30</sup> AUSSEMS, 2006: 51.

A importância da morfologia humana na determinação motora implicada no escrever centra-se sobretudo na relação entre cérebro e mão. Partindo do facto de que nenhum condicionalismo genético impõe ou impossibilita a aprendizagem de uma língua ou escrita, considera-se a capacidade de escrita como aquisição num determinado meio cultural, através da especialização neuronal<sup>32</sup>. Trata-se de uma das considerações do estudo de Colette Sirat sobre a morfologia humana e a direcção das escritas<sup>33</sup> em diferentes civilizações, com latas implicações no desenvolvimento dos vários sistemas de escrita, que passam a remeter-se exclusivamente à História da escrita sem a sombra de quaisquer condicionalismos biológicos<sup>34</sup>.

Embora os processos de aculturação determinem em grande parte as formas gráficas de cada sistema, não se pode relegar para um qualquer plano de bastidor as características biológicas de qualquer processo de escrita manual. Aos estudos iniciais que procuraram relacionar as funções cerebrais ao uso da palavra falada, sucede-se um outro campo de estudo, ligado às funções cognitivas e motoras do acto de escrever. Os contributos são incontornáveis.

A "pedra de toque" na compreensão biológica da acção escrita prende-se com a codificação das acções no sistema nervoso central<sup>35</sup>.

Das capacidades abstractas que enformam a "escrita", e mediante dados da neurofisiologia acerca do controlo motor, destacam-se duas noções fundamentais: as componentes morfocinética e topocinética<sup>36</sup>. A primeira refere-se à trajectória cursiva desenvolvida no espaço bidimensional (folha), da forma característica de uma letra<sup>37</sup>,

---

<sup>31</sup> Qualquer tipo de limitação visual e motora interfere no acto de escrever. Para uma leitura de pormenor, ver SIRAT; IRIGOIN; POULLE, 1990. É possível inferir-se pelo menos um traço físico do escrevente através da grafia: o tamanho da "mão". Através do decalque de parte significativa do manuscrito é possível ter noção dos movimentos espaciais permitidos pela mão.

<sup>32</sup> SIRAT, 1988: 9.

<sup>33</sup> Sistemas ocidentais de escrita (escritas gréco-latinas), orientados da esquerda para a direita; sistemas do próximo-oriental (escritas semitas), da direita para a esquerda; e os sistemas do Extremo Oriente (escritas verticais chinesa e japonesa), de cima para baixo. SIRAT, 1988: 10.

<sup>34</sup> SIRAT, 1988: 9.

<sup>35</sup> Note-se que a referida codificação, uma vez que não associa a acção ao funcionamento exclusivo de determinados músculos, possibilita a execução por membros distintos, nomeadamente a mão ou o pé. Trata-se da designada equivalência motora, isto é, a correlação dos mecanismos que desencadeiam a acção escrita, adequadas às especificidades do membro que a executa. Acção possível dado o nível de abstracção/rigor da codificação das acções no sistema nervoso central. WING, 2000: 245.

<sup>36</sup> PAILLARD, 1990: 24.

<sup>37</sup> PAILLARD, 1990: 24.

enquanto que a segunda restringe-se à localização das letras no espaço gráfico disponível, mediante os movimentos de deslocação da mão<sup>38</sup>.

As implicações da componente morfocinética, muito próxima à noção de *ductus*, apontam para o problema da codificação central dos movimentos motores que desencadeiam uma resposta automática das trajectórias espaciais que acabam por denunciar a identidade do seu autor, dada a constância de nuances específicas<sup>39</sup>. Sublinha-se, contudo, a inexistência de qualquer utilização do espaço extra-corporal na sua manifestação, recorrendo para tal à interacção com a componente topocinética, o que permite estabelecer uma dinâmica de adaptação contínua à disposição e características da folha, bem como dos próprios movimentos descontínuos da pontuação gráfica<sup>40</sup>.

A função visual é fundamental na articulação das duas componentes. Aliás, a perda de capacidade visual, total ou parcial, comporta implicações irremediáveis no que se refere à topocinética, ao passo que os aspectos morfocinéticos não sofrem alteração. O que significa que as imagens e a mecânica da escrita, uma vez apreendidas não dependem da visão para a execução gráfica, mantendo as mesmas características. Todavia, a coordenação das anteriores com a gestão do espaço de escrita confinado, deixa de ser possível nos mesmos parâmetros, afectando desde logo a orientação das linhas de escrita que passam a ser invariavelmente irregulares.

A identificação das zonas do cérebro activadas com o processo de escrita, monitorizada através de Ressonância Magnética, apresenta padrões de activação cerebral comuns em termos de área abrangida, embora distintos nos tipos de ramificações consoante a função em causa e o membro de execução<sup>41</sup>.

Num acto de escrita, o complexo padrão de músculos aferentes envolvidos, correspondente a um determinado tempo de ligação e distribuição no espaço do próprio músculo, é passível de constituir uma verdadeira "assinatura proprioceptiva" para cada símbolo gráfico, isto é, um padrão sensorial dinâmico específico a cada movimento, ou a

---

<sup>38</sup> TEASDALE, 1993: 179-180.

<sup>39</sup> PAILLARD, 1990: 24.

<sup>40</sup> Os movimentos da pontuação gráfica, enquadram-se nas mesmas reacções automáticas desencadeadas quanto às formas das letras e revelam uma reorganização espacial de elevada precisão, quer no tipo de direcção quer na amplitude conferida. PAILLARD, 1990: 24-25.

<sup>41</sup> WING, 2000: 246.

cada letra<sup>42</sup>. Entende-se por propriocepção ou cinestesia, a capacidade de reconhecer a localização espacial do corpo. A qual é tão ou mais importante do que a função visual, uma vez que inviabiliza a componente morfocinética da escrita, impedindo a execução motora dos movimentos e formas codificadas no sistema nervoso central<sup>43</sup>.

Os aspectos biológicos em si podem não assegurar indicadores que façam a correspondência entre um indivíduo e uma forma gráfica, à excepção da presença de incapacidades físicas e motoras que reduzem um universo de indivíduos; mas sem a apreensão dos princípios fundamentais que regem a sua natureza, qualquer apreciação diferenciadora de gestos gráficos fica desprovida do fundamento biológico que os inscreve a todos.

Passando à interacção físico-motora com o suporte de escrita, outros factores há com repercussões directas nas formas de escrever. Uma das quais respeita à posição do corpo face à orientação do designado suporte<sup>44</sup>.

O apoio do braço numa mesa, com o recurso ao movimento do pulso e antebraço implica uma deslocação gradual em rotação, numa linha de ângulo até sensivelmente 90°. O que pressupõe a orientação do suporte em diagonal para uma execução mais cómoda e eficaz, uma vez que permite a visão desobstruída de toda a linha de escrita e um movimento que se desenvolve a partir da mesma posição de apoio, sem ter que levantar o braço. A colocação do suporte no sentido vertical ao corpo inverte o movimento natural do antebraço na referida linha de ângulo, bloqueia constantemente a visão da linha de texto, e obriga a um contínuo ajuste na posição de apoio, o que inclui mover todo o braço. A primeira postura adequa-se a qualquer escrita cursiva, pelo nível e ritmo de execução permitido, com algum conforto físico. Enquanto que a segunda é própria para uma execução caligráfica, na qual o braço não tem qualquer apoio e, recorrendo a todos os músculos, desloca-se em movimentos largos e soltos<sup>45</sup>. Ambas implicam o domínio da pena de forma adaptada, dada a diferente combinação de músculos exigida. As referências às posturas corporais da escrita são, portanto, recorrentes nos manuais de escrita que circulam em Setecentos. Aliás, fariam eco de

---

<sup>42</sup> ROLL, 2004: 359-360; 364.

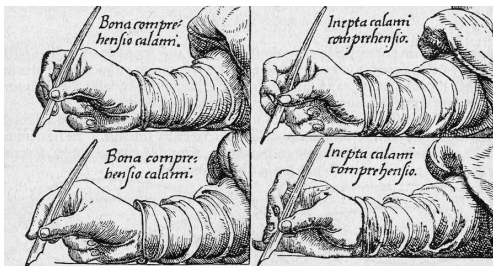
<sup>43</sup> ROLL, 2004: 366.

<sup>44</sup> SIRAT, 1988: 10-14.

<sup>45</sup> SIRAT, 1988: 14-15.

ditames afins de épocas anteriores, publicados noutras unidades políticas da Europa. Os factores históricos e culturais, inicialmente referidos, ao integrarem as disposições físicas e motoras que permitem o "acto da escrita", revelam uma interpretação sociabilizada dos movimentos e gestos condutores da pena, sobretudo no que aos calígrafos diz respeito.

Na "*Nova Escola para aprender...*" de Manuel Andrade de Figueiredo, encontram-se algumas indicações acerca da disciplina corporal que deveria ser incutida nos aprendizes pelos mestres de Setecentos. A mesa deveria ter altura que não exigisse o baixar do corpo ou o levantar dos braços<sup>46</sup>. O papel "*esteja direito com o braço, porque assim se escreve direito: a costa da mão não seja deitada, mas a palma dela inclinada ao papel, para que a pena fique direita*", e ao colocar a pena no papel não fiquem os dedos nem muito estendidos nem curvados, mas num meio termo que facilite quer os movimentos largos, quer os mais contidos, tendo atenção em não apertar muito a pena para não pesar a mão<sup>47</sup>.



**Figura 1**  
Posições correctas (à esquerda) e incorrectas (à direita) no domínio da pena, por Urban Wyss, *Libellus Valde Doctus*, Zurich, 1549.



**Figura 2**  
Posição indicada como mais correcta para o domínio da pena, por Manuel de Andrade de Figueiredo, *Nova Escola para Aprender(...)*, 1722.



**Figura 3**  
Retrato de Manuel de Andrade Figueiredo com os vários instrumentos de escrita. *Nova Escola para Aprender(...)*, 1722.

As variadas disposições dos cânones caligráficos formalizam os gestos da escrita, embora não passem de um modelo genérico que dificilmente alcance a maioria dos que escrevem. A formalização proposta não pretende, no entanto, a uniformização gráfica, e sim uma espécie de "escolas" que possibilitem o aperfeiçoamento das escritas

<sup>46</sup> FIGUEIREDO, 1722: 34.

<sup>47</sup> FIGUEIREDO, 1722: 13.

peçoais/liberais. Personalização da escrita que passa também pelo tipo de domínio da pena, importando por isso considerar os instrumentos de escrita em uso, o que se fará no ponto 1.3.1. deste capítulo.

Na breve incursão pelos factores biológicos e motores da escrita pretendeu-se agregar algumas das principais noções que têm vindo a ser exploradas, em campos diversificados, e que atestam a complexidade envolvida no acto da escrita, no seio da qual se desenrola a singularidade dos agentes que a preconizam.

A associação da grafia a uma impressão digital configura-se, para além do aparente plano metafórico, na longa problemática das formas de diferenciação de indivíduos, e que culmina actualmente na exploração de indicadores biométricos.

Na complexa dinâmica dos múltiplos factores que intervêm num acto escrito, inscreve-se uma marca gráfica irrepitível, pelo próprio autor.

Importa averiguar qual a percepção da grafia, enquanto forma de identidade, no Portugal de Setecentos.

## **1.2- A grafia como reveladora de identidade no século XVIII**

---

Em 1729, o "*Diario*" noticia que "*El Rey de França escreveo a El Rey de mão propria dandolhe conta do seu delfim*"<sup>48</sup>. Expressões comuns como "escrito de sua letra", "da mão de", ou "de mão própria" inserem-se num quotidiano em que a corrente prática da "escrita por delegação" implicava a necessária distinção quando o "autor oral" se funde com o autor gráfico, numa determinada circunstância. Em termo genéricos, esta fusão pode representar noções de respeito, atenção e consideração, quando se aplica à acção de escrever "pelo próprio punho" a uma pessoa; de autenticidade, quando se pretende apurar a identidade do autor para qualquer fim de responsabilidade; ou ainda associar-se à acepção de "autoridade (moral)" relativamente a um determinado assunto. As implicações legais das duas últimas são por demais evidentes, e não representam qualquer novidade nas sociedades medievais e modernas.

---

<sup>48</sup> 27.09.1729. Diário, BPE, CIV/1-5d, fl. 20v.



O recurso ao "sinal" e à "assinatura" como forma de atestar identidade através de formas gráficas, individualizadas e reconhecidas, constituem-se o ponto de partida num percurso em que é constante o confronto entre a afirmação e legitimação da identidade pela grafia, e a ameaça da sua usurpação indevida.

Mas ainda que a preocupação do atestar a identidade se centre na "assinatura", a transposição dos parâmetros gráficos que a caracterizam para uma comparação, ainda que informal, com qualquer mancha de texto da mesma proveniência é uma consequência natural do pressuposto inicial: cada indivíduo apresenta uma grafia sua. A preocupação de corresponder uma grafia a um indivíduo para fins legais recua, por isso, largamente no tempo.

No terceiro quartel do século XVI, a corte francesa assiste ao desenrolar do caso da usurpação da assinatura do rei e do apuramento da "identidade/responsabilidade gráfica" perante a justiça. O envolvimento de vários profissionais da escrita neste tipo de exame parece encontrar um nicho de especialização e a consciência heterogénea de uma prática emergente: a função forense do exame da escrita. Este caso torna-se particularmente significativo por se enquadrar no desenrolar do processo de liberalização do ensino da escrita, com implicações na proliferação de escritas pessoais alheias às normas caligráficas, e conseqüentemente em novos desafios quanto à identificação de grafias, importando por isso uma revisão pontual.

A convocação de seis escrivães de renome para averiguar a autenticidade do sinal do rei francês, na sequência da suspeita de usurpação por parte do seu secretário, no ano de 1569, sublinha a ameaça da falsificação de identidades gráficas e o imperativo de a confrontar com a criação de estatutos e regulamentos. Estes desenvolvem-se entre 1570-1736<sup>49</sup>, por forma a confinar a preparação e exercício destas funções pela comunidade de mestres escrivães. Paralelamente à regulamentação deste grupo profissional, assiste-se à crescente animosidade entre mestres escrivães, que advogam prerrogativas do ensino da escrita, considerada como inalienável da caligrafia, e os mestres de escolas elementares que contestam os limites legislados do ensinar a escrever em apenas três linhas<sup>50</sup>. A não-fronteira entre arte e

---

<sup>49</sup> MÉTAYER, 1990: 1217, 1233.

<sup>50</sup> MÉTAYER, 1990: 1221-1222.

rudimentos da escrita prolongou-se dado o esforço corporativo e elitista dos mestres calígrafos. Não obstante, a reivindicação dos mestres de pequenas escolas é atendida em 1714<sup>51</sup>, e oficializa a predominância do interesse público em detrimento da preservação da escrita como arte, passando a ser ensinada por aqueles que nela vêm sobretudo uma funcionalidade cada vez mais necessária ao público em geral.

Os mestres escrivães/calígrafos tinham arreigado a si a competência exclusiva do exame das escritas falsas. Escoravam-se no seu exímio conhecimento das implicações de quaisquer movimentos da pena, associados aos movimentos mais ou menos livres de braço e mão, estipulados para a execução caligráfica dos tipos de letra vigentes, assegurando no seu entender análises incontestáveis<sup>52</sup>. Argumentavam que a análise das proporções, traço, forma e alinhamento das letras revelava um "espírito" único de letra só decifrável por quem domine as elaboradas regras de execução caligráfica. Na realidade, o alastrar das letras cursivas, marginais a quaisquer cânones caligráficos, que se manifesta gradualmente no decorrer do século XVII e domina o XVIII, contrapõe a noção da verificação da escrita, partindo das normas gráficas como fundamento de qualquer exame, incluindo o das cursivas, livres de quaisquer imposições<sup>53</sup>. A infalibilidade incontornável da análise dos mestres escrivães pressionou a comunidade para uma reformulação na abordagem, o que se verificou em 1727, com a criação de uma academia com o propósito de associar às suas funções a da instrução para a verificação da escrita, para fins legais, na procura de uma "ciência da verificação"<sup>54</sup>.

No Portugal de inícios de setecentos, surgem casos pontuais que revelam alguns dos aspectos que envolvem a usurpação de identidades gráficas, de forma transversal à sociedade de então. Encontramo-los no "Diario" do Conde da Ericeira e nas "*Addições à Gazeta*", entre outros manuscritos de carácter semelhante. Os anos de 1731-1733 são os mais profícuos nestes acontecimentos, apesar de também pontuarem os restantes da colecção (1729-1740). Relativamente aos primeiros anos da década de trinta, destacam-se no "Diario" três situações distintas: a) a usurpação à mais alta instância, o Rei; b) os

---

<sup>51</sup> MÉTAYER, 1990: 1222; MÉTAYER, 2001: 888.

<sup>52</sup> MÉTAYER, 1990: 1227.

<sup>53</sup> MÉTAYER, 1990: 1227-1229; MÉTAYER, 2001: 889.

<sup>54</sup> MÉTAYER, 1990: 1229-1230.

furtos à nobreza titular e indivíduos com cargos destacados; c) a falsificação por crimes passionais.

A 12 de Maio de 1733 o *Diário* refere a prisão de algumas pessoas, entre as quais um moço de câmara, "*por folhas e sinais falços de El Rey*"<sup>55</sup>. As Novidades de Lisboa acrescentam que se "*prenderão dous mossos da camera del Rey, hum tabelião, e hum corretor, por cumplices em humas folhas falças, e estão no Segredo*"<sup>56</sup>. No mesmo ano, a prisão de um filho de Joaquim de Pina Manique é igualmente noticiada, por alegadamente " *fingir decretos en que dava huma comenda a seo pay, tomava en outro o abbito de Cristo para sy com 90 mil reis de tensa, e outro para que o pay entrasse no officio de escrivão do Mestrado, e em fim quantos queria, capassitando-o a que estava feito criado del Rey [...]*"<sup>57</sup>. Uns anos antes, em 1731, a propósito de várias devassas que decorriam em Mafra, dizia-se que "*o ourivez que fez hum decreto falço de 20.000 cruzados em Mafra ja comfeçou*"<sup>58</sup>. E em 1736 relata-se ter-se "*mandado para a India por decreto de S. Magestade Joseph Laoque, era moço da camera, por fabricar decretos falsos, vai por toda a vida, e que apparecendo nesta Corte morra morte natural.*"<sup>59</sup> No mesmo ano, prenderam-se ainda: "*alguñs delinquentes por folhas falsas da Junta dos 3 Estados.*"<sup>60</sup>

A ousadia dos crimes impõe o pretense domínio do tipo de escrita e procedimentos que correspondam aos originais que se pretendam adulterar. Mas a destreza para "furtar a letra" de alguém parecia residir aparentemente numa aptidão natural. Pelo que a proliferação de papéis falsos, nomeadamente em tribunais, em meados do ano de 1733 é associada a um indivíduo, "*prezo no Limoeyro á 18 annos perito em falcificar toda a casta de letras que ve: as pessoas que se achão prezas pelas folhas, paixão de 12[...]*"<sup>61</sup>.

Neste contexto, assinala-se ainda a acção de um frade dominicano de quem se noticia no "Diario", como sendo responsável por várias falsificações, nomeadamente a

<sup>55</sup> Diário, BPE, CIV/ 1-7d, fl. 202v.

<sup>56</sup> Novidades de Lisboa, 6 a 8.5.1733, em LISBOA; MIRANDA; OLIVAL, vol. II, p. 238.

<sup>57</sup> Novas de Lisboa, 29-30.1.1733, em LISBOA; MIRANDA; OLIVAL, vol. II, p. 63. Ver OLIVAL, [2001]: 403, e MIRANDA, 2004a.

<sup>58</sup> Diário, BPE, CIV/ 1-5d, fl. 154v.

<sup>59</sup> 19.04.1736. Adição à Gazeta, BPE, CIV/1-24d, fl. 5v.

<sup>60</sup> 12.06.1736. BPE, CIV/1-7d, fl. 87v.

<sup>61</sup> Novidades de Lisboa, 17 a 24.5.1733, em LISBOA; MIRANDA; OLIVAL, vol. II, p. 237.

dois titulares. A 8 de Janeiro de 1732 diz-se que o *"frade dominico bom letrado levou por oppozição hũa cadeira, mas querendo melhora para Lisboa fez furtar a letra a Senhora Marqueza Camareira Mor em hũa carta para o seu provincial da parte da Rainha, e alcançou a mudança da cadeira, soubese o engano, queixouse a El Rey a Senhora Marqueza e foi o frade desterrado oitenta legoas"*<sup>62</sup>. Um ano depois, a 13 de Fevereiro, suspeita-se do mesmo eclesiástico no caso da usurpação do sinal do Conde de Aveiras: *"Não se tem avreguado quem atrevidamente furtou o sinal ao Conde de Aveyras D. Duarte para que o thezoureiro e alguns rendeiros do Sr. Infante D. Francisco lhe deçem algũas partidas de dinheiro porem foi pouco o que cobrou, e dizem furtou a letra hum frade expluçõ [sic] de quem tem apareçido muitos escritos falços"*<sup>63</sup>. Com esta tipologia (furto de sinal para roubo de dinheiro), recua-se à sucessão de devassas em Mafra no ano de 1731, referidas anteriormente, onde se encontra um caso que ilustra provavelmente uma das finalidades principais para o "furto de sinais" e letras: a monetária. No "Diario" de 2 de Outubro lê-se que: *"continuando as devaçõs, em que forão comprehendidos tres homeñs, que tinham furtado sinais para furtarem des mil cruzados"*<sup>64</sup>. O empreendimento Mafra, deste ponto de vista era por demais aliciante, e por isso reportavam-se várias situações de abusos e ilegalidades<sup>65</sup>, das mais diversas naturezas<sup>66</sup>. Reflexo de outros casos que pontuavam o reino e o vizinho, como se noticiava mais tarde, no ano de 1736: *"ter ido a enforçar hum homem por furtar o sinal do Patinho"*<sup>67</sup>, e com elle bom dinheiro<sup>68</sup>.

O "furto da letra" em crimes passionais apesar de menos frequente apresenta dois casos significativos. O primeiro remete para uma intenção mal sucedida de falsificação de letra/identidade. Trata-se de um preso que sabendo que um seu cunhado tinha dado entrada na mesma prisão, planeou uma vingança que previa o seu

---

<sup>62</sup> Diário, BPE, CIV/1-6d, fl. 151v.

<sup>63</sup> Diário, BPE, CIV/1-6d, fl. 19-19v.

<sup>64</sup> Diário, BPE, CIV/ 1-5d, fl. 139.

<sup>65</sup> FIDALGO, 2007: 119.

<sup>66</sup> Relembra-se a falsificação de um ourives de um decreto, no ponto anterior. E veja-se como exemplo, de um outro caso distinto, a notícia de 30.10.1731: *"Da devaçõ de Mafra rezultarão que 15 ou 16 prizões em que entra João Mendes Mexia servia de vedor geral mas dizem que que [sic] não he por descaminhos senão por descuidos e asperezas, e a de Maximo de Carvalho, que era thezoureiro por trazer bois e bestas suas a ganhar na obra segundo se publica."* Diário, BPE, CIV/1-5d, fl. 148v.

<sup>67</sup> LISBOA; MIRANDA; OLIVAL.

<sup>68</sup> 20.09.1736. Adição à Gazeta, BPE, CIV/1-7d, fl. 22v.

envenenamento. Para tal, furta a letra de sua irmã e envia com o "escrito" um prato de doce. Todavia, o cunhado: "*desconheçendo a letra o não comeo e dando-o a hum cam morreo logo provandose por outros eizames que hera peçonha*"<sup>69</sup>. A trivialidade da descrição enuncia, no entanto, a relativa dificuldade de assumir uma outra identidade gráfica, a qual não se restringe apenas ao traço, mas também à forma e conteúdo da mensagem veiculada. Factores aos quais acresce uma necessária agilidade e plasticidade gráfica, dificilmente encontrada no meio generalizado da alfabetização à época, presa à predominância da oralidade e a rudimentos gráficos centrados nas formas de representação como a assinatura. Não se sabe o grau de alfabetização do falsificador. Foi identificado apenas como o filho do carcereiro, mas o cunhado é referido como bacharel, facto que pode denunciar um relativo "à vontade" com as letras, sobretudo com as que lhe são mais familiares, como a identidade gráfica da esposa. Tendo ainda a assinalar as diferentes formas de desenvolvimento e apropriação gráfica feminina, condicionada pelos factores sócio-culturais.

O segundo caso é o expoente máximo neste registo. Protagonizado pelo médico Isaac Eliot, trata-se de um "crime particular" de grande repercussão nos círculos da Corte<sup>70</sup>. O bilhete enviado em nome da sua mulher a um jovem frade, a pedir que este fosse ao seu encontro, desencadeia uma cena de suposto adultério que termina na morte de ambos às mãos do marido. O "Diario" descreve os acontecimentos da seguinte forma:

*"O cazo de Mr. Iliote tem sido assumpto tragico dos descursos da corte, porque em 26 de Novembro sahio de sua caza na seje, e voltou a pé por hua porta da cozinha, e achando sua mulher converçando com Frei Andre Guilherme frade trino de 27 annos bem procedido o matou com hua pistolla, e depois se seguroou quebradolhe a cabeça repetindolhe as feridas, e voltando a buscar sua molher que tinha 16 annos a matou na escada com 27 estocadas tomadolhe o pulço para ver se estava morta. Tinha chamado Jliote este frade com hum escrito em nome de sua molher, que elle mostrou innocentemente ao seu prelado, ella estranhou*

---

<sup>69</sup> 7.10.1732. Diário, BPE, CIV/1-6d, fl. 114.

<sup>70</sup> FIDALGO, 2007: 173-188.

*a vezita do frade ainda que tinha comparentesco, ella disse que esperace por seu marido, estando com portas e ganellas abertas, pedindolhe hum e outro a vida protestandolhe a innocencia. Agora apparecem varios escritos de pessoas a quem elle chamava em nome da mulher, dizem que para sacrificar o primeiro que pudesse ao odio que sem cauza lhe tinha, podendo gozar da ley de herdar o seu dote provandolhe o adulterio, como ja dizem intentou com a primeira mulher (...)"<sup>71</sup>.*

No apurar dos factos surgem vários manuscritos<sup>72</sup> que se tornam no principal elemento, quer da defesa quer da acusação de Eliot. O determinar a autoria dos bilhetes/recados e cartas passou a ser a peça-chave do julgamento. Volvidos cerca de dois meses após a primeira notícia no "Diario", informa-se no mesmo o termo da inquirição, acrescentando um dos rumores das conclusões: "*dizem que convencidos de falsos os escritos, sendo hũa das cauzas; principiar hum delles com esta palavras = lhe peço venha hoje verme = observandose que Jlliote tinha este vicio fallando portugues, e a mulher que o era nunca se explicava assim: as testemunhas forão outenta e tantas*".<sup>73</sup> Apesar de se referir apenas o conteúdo da mensagem como elemento de comparação, sabe-se por uma referência do "Diario" uns meses mais tarde, relativa ao pedido de um novo exame dos manuscritos da esposa e do frade, que já tinham sido submetidos à análise de seis escritões que as consideraram falsas<sup>74</sup>. O resultado deste segundo exame é noticiado de forma muito contraditória. Enquanto que nas *Novidades de Lisboa*, de 17 e 18 de Julho, se diz terem-se realizado os exames dos escritos, perante dois tabeliães que concluíram "*serem falsos, porque en nada condizião, com a letra do frade morto*"<sup>75</sup>, no "Diario" do dia 22 do mesmo mês lê-se que: "*affirmação vinte escritões e tabaliães que a letra das cartas da mulher de Jlliote e do frade trino era verdadeira por outras que apparecerão da mulher para hũa amiga sua, e como este artigo recebido dizem que está provado, se entende que não sera relaxado, mas que não se livrará de*

<sup>71</sup> 4.12.1731, Diário, BPE, CIV/1-6d, fl. 157-157v.

<sup>72</sup> Diário, BPE, CIV/1-6d, fl. 157v. [parte b, do excerto acima transcrito.]

<sup>73</sup> 29.01.1732. Diário, BPE, CIV/1-6d, fl.13v.

<sup>74</sup> "*Regeberamçe a Jlliote por quatro votos de sete juizes hum artigo dos segundos embargos para que o rellator e João Cabral examinem se pode provar como offereçe, que as cartas da mulher e do frade, que se julgaram falças por seis escritões, sam verdadeiras e destes quatro dous votos foram inteiramente de vida.*" 15.07.1732, Diário, BPE, CIV/1-6d, fl. 73.

<sup>75</sup> *Novidades de Lisboa*, 17 e 18.07.1732, em LISBOA; MIRANDA; OLIVAL, vol. II, p. 124.

*outra pena grave*"<sup>76</sup>. Pelo que se infere, não era apenas a confirmação da letra da mulher de Eliot que estava em análise, mas também a do próprio frade, o que sugere ter aparecido algum papel que também o incriminasse. E neste caso, não era apenas o bilhete enviado da esposa ao frade que constituía o foco de atenção. Em todo o caso parece haver uma interpretação desconexa dos resultados dos exames às letras dos dois indivíduos. A notícia do "Diario", apesar de mais tardia não parece enquadrar-se nos restantes desenvolvimentos, e a clara oposição de opiniões quanto à autenticidade da letra do frade André Guilherme, sugere algum tipo de distorção de informação.

Se a letra do eclesiástico não correspondia ao outro manuscrito, tido como prova, poderia servir como indicador da inexistência de qualquer envolvimento entre os dois. Facto que não anula a possibilidade do envio do bilhete principal, falso ou não, existindo ainda assim a hipótese de "furto de letra" à mulher de Eliot, o que denunciaria a manipulação conducente ao homicídio.

No início do mês de Agosto, o "Diario" refere que Eliot pediu dilação com a finalidade de chamar uma freira do Torrão para reconhecer as "cartas"<sup>77</sup>. Dez dias mais tarde, as *Novidades de Lisboa* assinalam o resultado de um outro pedido, o de recolher e examinar outros manuscritos de sua mulher que tinha em casa numa papelreira, para comparação com os papéis que tinham vindo a ser objecto de análise: "*con effeito fesse o exame, e acharão-sse huns rois de ropa e humas letras em hum papel de solfa, [riscado 'com effeito'] que \se parecia a/ [riscado '....'] dos taes escritos, mas averiguouse que huma, e outra hera de huma das criadas prezas, e assim se entende que em poucos dias se sentenciará afinal pella Meza da Conciencia*"<sup>78</sup>.

A descrição deste último pedido do médico, associada às referências anteriores, desvenda um pouco mais acerca dos manuscritos em causa, ao falar-se de "*huns escritos da mulher para concordár a letra com a dos escritos que tinha apresentado en juizo*"<sup>79</sup>. A selecção dos papéis ostentados teria sido feita/orientada por Eliot. Terá este indicado possíveis testemunhas que corroborassem a escolha (caso da dita freira), e que incluiriam além do bilhete enviado ao frade, cartas entre este e a mulher de Eliot,

<sup>76</sup> 22.07.1732. Diário, BPE, CIV/1-6d, fl. 76v.

<sup>77</sup> 05.08.1732, Diário, BPE, CIV/1-6d, fl. 83v.

<sup>78</sup> *Novidades de Lisboa*, 13-14 e 15.08.1732, em LISBOA; MIRANDA; OLIVAL, vol. II, p. 137.

<sup>79</sup> *Novidades de Lisboa*, 13-14 e 15.08.1732, em LISBOA; MIRANDA; OLIVAL, vol. II, p. 137.

bem como cartas desta para uma amiga, e, por fim, uns manuscritos de uma papelreira do acusado. A informação inicial de outros bilhetes, idênticos ao enviado ao frade, endereçados a outros indivíduos, deixa de ser referida nas notícias subsequentes, o que é pertinente, dada a relevância destes face aos restantes papéis que passaram a ser mencionados. A não ser que Eliot tivesse admitido querer encontrar a mulher numa situação que comprovasse a situação de adultério, do que estava convencido, restando para isso comprovar a existência de qualquer relacionamento entre ambos. Neste caso enquadram-se todas as diligências centradas na autentificação das letras da esposa e do frade. Ainda assim, o esforço para qualquer correspondência gráfica parece ter sido em vão. Houve, contudo, uma excepção: a proximidade da letra da mulher de Eliot contraposta a uma carta enviada a uma amiga, letra que em última análise se confirma ter pontos semelhantes à "mão" de uma das criadas da casa, que se encontrava presa. Este facto parece incriminar mais a acção de Eliot, através do recurso à criada para falsificar a letra da sua esposa, usando-a provavelmente como amanuense. Assim se infere da expressão usada no bilhete principal não corresponder ao português corrente, e sim à forma estrangeira como o médico fazia uso da língua portuguesa. Não esquecendo a possibilidade remota, da mesma criada servir de amanuense à mulher de Eliot e com isso justificar os papéis com a sua letra na papelreira. O facto é que a semelhança da letra parece não ser justificável, isto é, autêntica, aos olhos dos examinadores que concluem desfavoravelmente a qualquer defesa do acusado.

Da análise das descrições informativas que foram veiculadas à época, deste caso, sobressaem pontos relevantes acerca dos indivíduos e circunstâncias que envolvem o apuramento de identidades gráficas perante "furtos de letra", tais como: o recurso diferenciado a escritas e tabeliães no exame das "letras"; a despistagem de mãos para além das mãos das duas vítimas, com o alargamento à letra da criada; e a conjugação de dois elementos de análise, a forma gráfica da escrita e o conteúdo linguístico por ela fixado.

A preocupação com a análise "forense" da letra enquanto reveladora de identidades/ autorias não seria, contudo, generalizada a qualquer feito crime, como se



depreende pelo caso de um manuscrito com "Avé Maria" grafada ao contrário, optando-se por procedimentos mais coercivos<sup>80</sup>.

Por último, o caso Eliot, ainda que de forma superficial, aponta para algumas dinâmicas da cultura escrita num sector social abaixo da pirâmide da nobreza. Nomeadamente a crescente literacia dos criados, neste caso, representada numa mulher, que assume o papel de amanuense, tendo acesso aos escritos da casa.

Num "Diário" de Outubro de 1732 resume-se a situação dos vários casos que corriam na justiça, e nos rumores da corte: *"Não foi recebido na Coroa o agravo de Eliote nem (...). Também não sahiu agravado Joaquim de Pinna Manique escrivão da contadoria do Mestrado. Não se provou que hera veninozo o arros de leite que deu o filho do cacareiro, mas afirmaçe que hũa estrangeira que tinha hũa filha muy fermosa lendo hũa carta cahiu morta com o veneno da tinta"*<sup>81</sup>. Curiosamente, a descrição apresenta como denominador comum o "manuscrito" como parte da "arma do crime" através da usurpação da letra/identidade alheia, podendo mesmo ser a própria arma, como no último caso da carta com a tinta envenenada.

A falsificação de "papéis" e "furtos de letra" não se restringe, portanto, aos profissionais da escrita, alargando-se a vários estratos sociais. Contrariamente ao que se verifica para a Idade Média, em que a falsificação de documentos é claramente *"crime de homem da escrita"*<sup>82</sup>. Sinal dos tempos, da plena Modernidade na História da Cultura Escrita.

Das várias descrições analisadas sobressai a presença integrada da mulher na cultura escrita da época, muito embora suscite algumas curiosidades acerca de possíveis aspectos diferenciados na aprendizagem, práticas e funcionalidades que de alguma forma se repercutissem num *ductus* distinto dos percursos gráficos masculinos. Ao mesmo tempo que se verifica que a grande percentagem de "furtos de letra" destinava-se, como seria de esperar, à obtenção de privilégios, mercês e dinheiro. Mas se os papéis falsos que circulavam em organismos do reino, como os tribunais, exigiam,

---

<sup>80</sup> "... se soube, que debayxo de hũa pedra de ara, na Se de Évora, se achara a Ave Maria escripta as avessas, e que pondoce espias se pilharão alguas mulheres, que postas a tormento confessarão o delicto, e descobrirão muitas feyticeiras." 25.10.1736, Adição à Gazeta, BPE, CIV/1-24d, fl. 27v.

<sup>81</sup> 14.10.1732, Diário, BPE, CIV/1-6d, fl. 117.

<sup>82</sup> DUARTE, 1999: 351.

como já se referiu, o conhecimento de formulários e procedimentos e o "furto do sinal" da autoridade correspondente ou a falsa letra/assinatura deste, no caso da usurpação de uma identidade gráfica para fins pessoais, esta exigia mais destreza e conhecimento dos hábitos e gestos gráficos do indivíduo a defraudar. De qualquer das formas, as autoridades à época parecem ter recorrido ao mecanismo mais credível, na ausência de métodos sistematizados por via legal, isto é, à análise de manuscritos por profissionais da escrita reconhecidos: *escrivães e tabeliães*.

### **1.3- A normalização vigente em Setecentos e as formas de apropriação dos modelos gráficos**

---

Do vocabulário que individualiza os diversos tipos de letra para este período, encontram-se normalmente as mesmas designações, embora com acepções dúbias. Na obra editada em 1700 da autoria de Tomás Gaspar Martínez destaca-se o título, com indicação explícita dos modelos mais comuns: "*Arte de leer con elegancia las escrituras más generales y comunes en Europa, como son Redonda, Bastarda, Romano, Grifa, Gótica antigua y moderna. (...)*"<sup>83</sup>.

Manuel de Andrade de Figueiredo inclui no sub-título da obra a referência "*que ensina a escrever todas as formas de letras, que ao presente se usão*", desenvolvendo individualmente capítulos para as letras *cursiva liberal, grifa, romana, e antiga*. Não obstante, quando distingue os tipos de aparo adequados a cada letra enuncia um grupo mais alargado: romana, antiga, cursiva liberal, apostilada, grifa, bastarda, e redonda ou romanisca. Na verdade, a diferenciação tipológica parece ser acompanhada de uma névoa de subjectividade sob a qual frequentemente se aglutinam grafias e conjugam as designações correntes. A interacção das formas gráficas manuscritas com as destinadas à imprensa parece ser um dos factores na origem do ruído terminológico, para além da alteração/adaptação de alguns termos por calígrafos de renome. Por outro lado, as sucessivas inovações gráficas sob a égide de um tipo/estilo já estabelecido e vulgarizado contribui gradualmente para formas de influências mistas.

---

<sup>83</sup> MARTÍNEZ, 2004: 143.

Raphael Bluteau, no seu vasto vocabulário não apresenta uma abordagem coesa quanto aos tipos de letra, o que facilmente se depreende na entrada "*Letra*" que para além de enunciar o sentido de um carácter próprio da escrita de um indivíduo<sup>84</sup>, apresenta os termos: "*cabidola, inicial, gutural, labial, grifa, bastarda, etc*"<sup>85</sup>. Mistura termos da impressão e da expressão sonora com dois tipos de escrita. Na verdade, as restantes entradas do dicionário pautam-se pela indicação de tratarem-se de "termos da impressão", o que não é de estranhar uma vez que, como já se referiu, serviam as duas situações, embora com especificidades em cada caso. Entradas individuais para tipos de letra existem quatro: bastarda, cursiva, grifa, e redonda, de uma maneira geral muito pouco desenvolvidas<sup>86</sup>.

Como tipos de letra mais usados são normalmente apontados, para este período, a bastarda e a redonda<sup>87</sup>. Curiosamente, Manuel de Andrade de Figueiredo apresenta em pormenor, como tipos de letra em uso corrente, a *cursiva liberal, grifa, romana, e antiga*. Na verdade, a *cursiva liberal* corresponde à *bastarda*, aliás, o autor começa por referir esta equivalência que inclui ainda a *chancelaresca* e a *secretária*. Assiste-se, desta forma, a uma nova designação da grafia considerada pelo autor como a excelência da escrita de mão. É aliás através desta que explica minuciosamente o seu método de ensinar a escrever.

A estética gráfica de Manuel de Andrade de Figueiredo levará a que a sua interpretação da "*bastarda*" seja apelidada por alguns como a letra portuguesa. Foi, contudo, uma designação pouco difundida até porque a partir dos meados do século dá-se uma transformação de fundo nas formas gráficas. Passam a ser dominadas pela letra inglesa, muito por razões económicas, dada a preponderância do comércio com

---

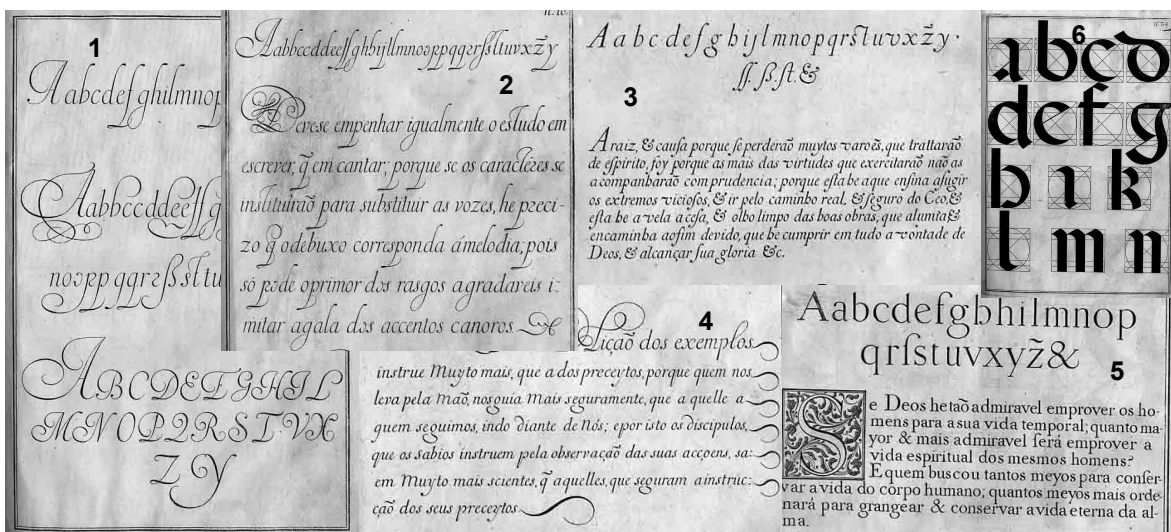
<sup>84</sup> Neste contexto apresenta de seguida a "Letra Fazenda" que corresponde à "*letra de tabelião, muito encadada e difícil de entender. Em Portugal ainda os escrivães públicos usam nos processos da letra, que chamão Fazenda, que se devera extinguir por bárbara.*" BLUTEAU, 1722: V, p. 88.

<sup>85</sup> BLUTEAU, 1722: V, p. 88.

<sup>86</sup> Para a Bastarda diz-se que: "*He a que nem he Escholastica, nem redonda.*" BLUTEAU, 1722: II, p. 64; e da Redonda que é: "*impressa porque ordinariamente a letra impressa é mais redonda, que a letra escrita.*" BLUTEAU, 1722: VII, p. 176. As restantes duas são mais extensas, mas sem que isso signifique mais claras: "*Cursiva. Termo de impressor. Letra cursiva, he a que não he redonda, com ella para mayor distincção se imprimem algumas vezes nomes próprios (...). Alguns antigos livros italianos estão todos impressos neste character, e por isso alguns lhe chamão letra itálica.*" BLUTEAU, 1722: II, p. 643; "*Letra gripha. Termo da impressão. Outros lhe chamam letra bastarda, ou letra itálica, é um character mais pequeno, e menos redondo, que os impressores chamam Romano. De ordinario se imprimem com letra gripha as sentenças dos autores que se alegão nos livros (...).*" BLUTEAU, 1722: IV, p. 133.

<sup>87</sup> ALMADA, 2008: 9; COTARELO, 2004: I, p. 13-15.

Inglaterra. Este modelo gráfico dominará as restantes décadas de setecentos<sup>88</sup>. Este facto marca o movimento inverso da apologia da expressão da identidade através da escrita personalizada, uma vez que os objectivos práticos e profissionais encarnados nas grafias comerciais pautam-se pela impessoalidade da forma gráfica. Tratando-se da única obra portuguesa de caligrafia a ser editada após a de Manuel Barata em 1590, e marcando claramente o período cronológico em análise, é através dela que se identificará os tipos de letra indicados como usuais à época.



**Figura 4 - Tipos de letra em uso, segundo Manuel de Andrade de Figueiredo: 1) vários abecedários da letra cursiva liberal; 2) texto em letra cursiva liberal; 3) abecedário e texto em letra grifa; 4) texto em letra bastarda; 5) abecedário e texto em letra romana; 6) abecedário em letra antiga.**

Um dos princípios gerais da descrição das letras prende-se com as proporções e o traçar das mesmas. A *cursiva liberal*<sup>89</sup> é marcada pela divisão do corpo da letra em três terços, sendo o primeiro e o último relativos à haste e ao pé da mesma. Letras da mesma altura e largura. As maiúsculas são da altura das hastes, com a excepção da letra capital do texto. A distância entre linhas é de duas alturas e meia da letra. A configuração final apresenta as letras numa sequência de perfil, denotando alguma inclinação à esquerda.

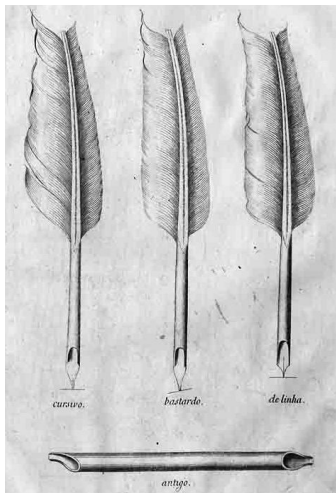
<sup>88</sup> Justino de Magalhães refere que a crescente necessidade de uma escrita comercial anuncia o declínio dos calígrafos. MAGALHÃES, 1994: 111; MONTEIRO, 1997: 167.

<sup>89</sup> FIGUEIREDO, 1722: 38.

A letra *grifa*<sup>90</sup> mantém as proporções e distâncias da anterior, diferindo na ligação apertada entre letras, e na ausência de hastes em altura, apresentando-se como "*linhas rectas sem cabeças, e pés*", o que resulta num efeito de letra impressa. O aparo da pena é diferente tendo o lado esquerdo mais largo e o direito mais fino. Aliás, no decorrer da descrição da letra *grifa*, o autor faz questão de sublinhar que a *bastarda* segue as mesmas orientações, sendo na prática a letra cursiva feita com o aparo da *grifa*.

A *romana*<sup>91</sup> implica uma mão firme capaz de fazer os muitos golpes necessários ao estilo. Executa-se o traço a direito com letras todas em perfil, o que se torna mais difícil para uma mão com prática só na cursiva. O aparo é o mesmo da *grifa* mas com corte de bicos mais largo.

Da letra *antiga*<sup>92</sup>, associada às letras de livros, diz-se muito semelhante à *romana*, pelos vários golpes e o mesmo movimento da pena, que neste caso deverá ser de ferro.



**Figura 5** - Cortes de pena adequados a tipos de letra. Da esquerda para a direita: cursiva, bastarda, e de linha; e em baixo a antiga. Por Manuel de Andrade de Figueiredo, *Nova Escola para Aprender* (...), 1722.

Ao enumerar as tipologias descritas na *Nova Escola para Aprender a ler, escrever, e contar* ressalta alguma ambiguidade no tratamento da letra *bastarda*. Inicialmente tratada como a cursiva liberal, é referida posteriormente como análoga à *grifa*. As imagens exemplo mostram esta discrepância ao comparar os números 2, 3 e 4. A própria gravura com os cortes das penas indicadas para as principais letras reforçam a mesma ideia. A resposta parece encontrar-se na observação do autor: "*He a letra bastarda a mais perfeita que se inventou, e por isso todos a imitãrão, fazendo della o seu cursivo, e deixãrão as que antigamente se usavão, que todas imitavão á gotica; cujo compositor foy Velde Flamengo nos annos de 1605*"<sup>93</sup>. A cursiva liberal resulta da

<sup>90</sup> FIGUEIREDO, 1722: 49.

<sup>91</sup> FIGUEIREDO, 1722: 52.

<sup>92</sup> FIGUEIREDO, 1722: 55.

<sup>93</sup> FIGUEIREDO, 1722: 51.

apropriação pessoal deste modelo pelo autor, mantendo porém a indicação independente, como aliás era corrente, do tipo raiz: a *bastarda*.

É nestas formas de apropriação gráfica que importa atentar, uma vez que nelas residem, em grande parte, os traços da identidade do escrevente.

A apropriação gráfica pressupõe a interiorização de modelos. Far-se-ia através do reconhecimento visual/mental, da aquisição/adaptação técnica e do exercício prático exaustivo, nomeadamente em contextos reais de escrita, isto é, por oposição ao período de instrução.

A rede de influências gráficas embora consideravelmente fragmentada manteve ao longo de cerca de dois séculos e meio (do XVI a meados do XVIII) pontos de referência marcantes. Consistiam nos tipos de letra que os atravessam, ainda que com alterações significativas.

A abundância de modelos gráficos correntes nos inícios de setecentos provinham, em termos de edições impressas, dos vários manuais de escrita que circulavam na Europa desde o século XVI, destacando-se sobretudo os castelhanos, ainda que também fossem conhecidos italianos, e alguns nórdicos<sup>94</sup>. Porém, muitos eram os papéis que "corriam manuscritos" com modelos de letras, destinados a publicitar a actividade de mestres de escrita<sup>95</sup>. Aliás, Manuel de Andrade de Figueiredo no prólogo da sua obra aponta a falta de iniciativa dos mestres portugueses, por comparação com os de outras nações, em não "*darem ao prelo as suas doutrinas*", uma vez que Portugal não lhes seria inferior na arte de escrever. E no decorrer da mesma obra referindo-se às etapas em aberto, após a aprendizagem da letra *cursiva liberal*, indica que: "*poderão sem Mestres copiar (...) as letras de que mais se agradarem, imitando as de muitas pessoas, que ha nesta corte, e reyno singulares nesta Arte*"<sup>96</sup>.

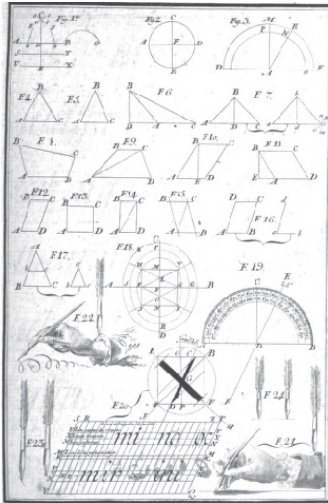
---

<sup>94</sup> Com especial influência do calígrafo castelhano Morante, inclusive em Itália, França e Portugal. Autor com quatro livros editados: *Nueva arte donde se destierran las ignorancias que hasta oy avido en enseñar a escribir*, 1616; *Segunda parte del Arte de escribir*, 1624; *Tercera parte del Arte nueva de escribir*, 1629; *Quarta parte del Arte nueva de escribir*, 1631. MARTÍNEZ, 2004: 136,157.

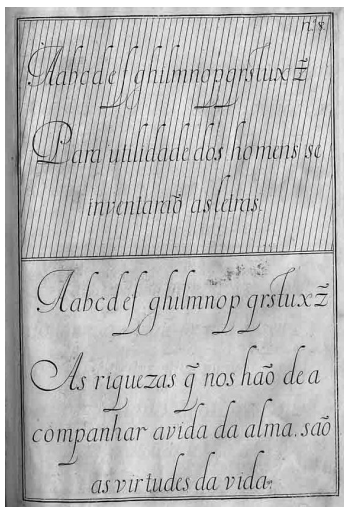
<sup>95</sup> MARTÍNEZ, 2003: 359.

<sup>96</sup> FIGUEIREDO, 1722: 49.

A escassa produção de manuais face ao caso de Espanha, não significava a estagnação da actividade, mas sim o desenvolvimento desta por via manuscrita ou lâminas avulsas que mais facilmente respondiam a este "mercado" do ensino da escrita. E se Manuel de Andrade de Figueiredo ensinava há cerca de 26 anos, aquando da sua publicação, outros "mestres" havia que o faziam como complemento a um qualquer outro ofício que significasse algum domínio (por vezes duvidoso) da escrita. Era o caso de bacharéis, escrivães, curas, sacristães, barbeiros e sangradores<sup>97</sup>.



**Figura 6** - Estudos dos movimentos da pena e dos traços que compõem todas as letras. Torcuato Torio de la Riva y Herrero, *Arte de escribir por reglas y con muestras, según la doctrina de los mejores autores antiguos y modernos (...)*, 1798, p. 166.



**Figura 7** - Exercícios para o correcto espaçamento entre letras e palavras. Por Manuel de Andrade de Figueiredo, *Nova Escola para Aprender (...)*, 1722.

A diversidade/capacidade dos mestres de escrita influencia claramente as formas de apropriação gráfica. De tal maneira que Manuel de Andrade de Figueiredo aponta como origem do mau traçar a letra, a ineficiência de quem o ensina. Daí também a preocupação do autor em esmiuçar todos os passos que compõem o acto da escrita, concluindo que "se os Mestres ensinarem pelo meu estilo, me parece que todos os principiantes escreverão bem: os que tiverem habilidade, não só sahirão bons escrivaens na cursiva, mas tambem saberão variar no fazer as mais fórmãs de letras, e aos que esta faltar, ficarão escrevendo bem a cursiva liberal"<sup>98</sup>.

Mas quem são estes principiantes? Quem é que sabe escrever? E o que significa "saber escrever"?

Da análise aos crimes de furto de letras e sinais, relatados nos "Diarios" e "Adições" sobressai a transversalidade, embora a níveis distintos, da abrangência do fenómeno da escrita na complexa esfera social dos inícios do século XVIII.

<sup>97</sup> MAGALHÃES, 1994: 191.

<sup>98</sup> FIGUEIREDO, 1722: 41.

Considerando que só na segunda metade de setecentos se assiste, para além da importante reforma nos estudos da universidade, à implementação generalizada dos "estudos menores" (entenda-se a iniciação no ler, escrever e contar), à criação da Aula do Comércio e do Real Colégio dos Nobres, a primeira metade encontra-se marcada pelas aprendizagens domésticas e familiares, sobretudo. Nestas, as competências da alfabetização não se dissociavam do catecismo<sup>99</sup>.

A separação entre as realidades dos social e economicamente privilegiados e as da restante população era por demais evidente. Ainda assim é inegável a pontual correlação de esforços no acesso às primeiras letras, no que respeita à ligação entre senhores e criados, situação que também se infere do número crescente de alfabetizados<sup>100</sup> neste grupo "familiar".

O "âmbito iniciático da escrita e da leitura"<sup>101</sup> constata-se também pela edição de obras que respondem aos moldes correntes do "ensinar", nomeadamente a *"Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia"* de Alexandre de Gusmão em 1685, ou os *"Apontamentos para a educação de hum menino nobre"* de Martinho de Mendonça em 1734<sup>102</sup>. Os primeiros estudos decorriam normalmente em ambiente doméstico com recurso a mestres particulares de primeiras letras. Muito embora seja frequente a existência de espaços comuns destinados ao ensino de crianças, sobretudo ao abrigo das entidades eclesiásticas locais, sendo também usual o mesmo exercício por mestres escola sob tutela do município<sup>103</sup>.

As zonas urbanas despertavam naturalmente um maior interesse no aprender, muito por força do contacto próximo com ofícios que beneficiavam ou requeriam o saber ler e escrever<sup>104</sup>.

Os primeiros patamares da intermitente alfabetização que caracteriza as primeiras décadas de setecentos encontram-se assentes na primazia da oralidade, no saber ler, e só posteriormente nos rudimentos da escrita. Enquanto que a importância da

---

<sup>99</sup> GOUVEIA, 1998: 376-379.

<sup>100</sup> MONTEIRO, 2003.

<sup>101</sup> GOUVEIA, 1998: 382.

<sup>102</sup> GOUVEIA, 1998: 376-377.

<sup>103</sup> MAGALHÃES, 1994: 189-198.

<sup>104</sup> GOUVEIA, 1998: 379.



leitura se tinha arreigado face ao volume crescente de textos que correm, impressos ou manuscritos, a escrita manteve um carácter profissionalizante fomentando os serviços de escrita por delegação quer na esfera político-administrativa quer na privada. E ainda que o recurso a escreventes não signifique ignorância da parte de quem os solicita, parece crível que o fácil acesso aos serviços escritos, nomeadamente em praças públicas, relega como noção de competência básica da escrita à identificação/autenticação por assinatura.

O "saber escrever" e o "escrever bem" integram, por isso, neste universo uma multiplicidade de nuances por vezes desconexas. A primeira pode significar apenas a competência de assinar o nome, mas também pode indicar a mera acção de copiar, excluindo qualquer tipo de redacção. Enquanto que a segunda abarca várias etapas no nível de execução e composição escrita, determinadas pelo grau de instrução inerente<sup>105</sup>. Quanto ao nível de execução sublinha-se a consistência do traço (firmeza, constância das formas, cursividade); o *ductus*; o modelo de letra seguido/apropriado. A composição depende dos formulários vigentes para situações administrativas e de correspondência pessoal. A maior ou menor aproximação das convenções gráficas e das orientações para os conteúdos públicos e privados, bem como o tipo de interacção entre estas, podem ser um indicador do grau de domínio da escrita de um indivíduo.

A bipolaridade das noções "escritas primárias", próprias de indivíduos de pouca instrução, e "escritas intelectuais" que demonstram na cursividade uma prática interiorizada<sup>106</sup>, revela-se claramente insuficiente para representar o panorama da cultura escrita no período Moderno. Abordagem relativamente mais próxima é a do estabelecimento da relação entre níveis de alfabetização e função sócio-profissional, trabalhada por Lawrence Stone para o caso inglês deste período<sup>107</sup>. O qual aponta para os estratos sociais mais baixos, o saber assinar e a leitura soletrada; para os médio-baixo (artesãos, comerciantes) o saber ler, escrever e contar; acima destes, os profissionais e negociantes, corresponde a instrução secundária e a capacidade administrativa; e no topo, profissionais e indivíduos de estatuto social elevado, com

---

<sup>105</sup> MAGALHÃES, 1994: 117.

<sup>106</sup> BARTHES; MAURIÈS, 1987: 153.

<sup>107</sup> MAGALHÃES, 1994: 117.

acesso à preparação para o ensino superior e à frequência universitária. Na verdade, existem outros parâmetros, nomeadamente o sexo, e o tipo de vivências rurais ou urbanas, que quando associados à referida função sócio-profissional, imprimem uma dinâmica desconcertante na maioria das alíneas<sup>108</sup>. O complexo fenómeno dos índices de alfabetização da Europa do período Moderno não pode, por isso prescindir desta abordagem conjunta.

Fenómeno transversal, já mencionado, implica uma diversidade de factores sociais que mediante determinadas dinâmicas tanto pode favorecer uma criança órfã que aprende a ler e "escrever" na sua paróquia, ou um adulto de ofícios mecânicos que com o aperfeiçoar do "saber escrever" passa a fazer serviços de escrevente<sup>109</sup>. Num outro extremo, não são raros os casos de indivíduos com ofícios ligados à escrita que revelem dificuldades na sua prática/execução, surgindo também casos que apesar de pontuais são bem ilustrativos da heterogeneidade dos níveis de alfabetização, como se constata por notícia de um "Diário" de 1737: "*Na Relação faltou o porteiro e se mandou lançar o pregão por hum negro do Algós que o comentou em lingoa esquezita, sabendo ler tam mal hum escrivão que não asertou nome algum, e prinsipio dizendo aos 33 de Agosto de 1767*"<sup>110</sup>. Um escrivão que não sabia ler.

Mas quais os meios pelos quais se processa a apropriação de modelos, gráficos ou não? O fenómeno da apropriação<sup>111</sup> inclui como acções principais a transferência e a adaptação sobre determinado "conteúdo". A resposta parece encontrar-se arreigada aos percursos pessoais de quem escreve, seja no tipo de instrução, nos ofícios exercidos, nos manuais de escrita e lâminas volantes com que teve contacto, e entre tantos outros acontecimentos que directa ou indirectamente moldam os gostos estéticos. Acrescem ainda as condições físicas do indivíduo que fomentam ou condicionam o exercício da técnica necessária, e consequentemente o modelo adoptado, ou mesmo as características dos instrumentos e materiais usados para o acto de escrever. Aliás, a

---

<sup>108</sup> BUESCU, 2000: 37.

<sup>109</sup> Como se lê, através de uma carta de José Freire de Montarroio Mascarenhas a Rodrigo Xavier Pereira de Faria: «... *porem como se me havia de permitir que puzesse na Gazeta a morte de hua mulher filha de hum homem que ainda que agora se ache servindo de escrivão teve primeiro tenda na Capela, e primeiro logea de barbeiro ...*», 07.09.1743. BPE, código CVIII/1-4, fls. 128-128v.

<sup>110</sup> Diário, BPE, código CIV/1-8d, fl. 189v.

<sup>111</sup> MAGALHÃES, 1994: 157.

personalização da escrita passa pelo tipo de domínio da pena, daí que importe não esquecer os instrumentos de escrita em uso e quais os possíveis resultados gráficos destes no manuseamento pelo mesmo indivíduo.

Manuel de Andrade de Figueiredo enuncia as principais variações resultantes do uso diferenciado de penas e aparos. «*Para a letra cursiva liberal, he o aparo comprido, os bicos de igual grossura, hum tanto largos, e brandos (...), excepto a letra apostillada, que para esta será o aparo mais delgado; e ultimamente, segundo a altura da letra, deve ser a grossura da penna, porque assim como a letra alta feita com penna fina fica sumida, e desengraçada, assim tambem a miuda feita com penna grossa fica confusa, e brando, para que escreva suavemente sem repugnancia, ficando a mão senhora della.*»<sup>112</sup>

O uso de aparos não recomendados podem influenciar o traço e a mancha gráfica, sugerindo em casos extremos, "mãos" distintas<sup>113</sup>.

Em suma, os grafemas são em si mesmos realidades bem complexas. E os cursivos mais que todos.

#### **1.4- Agentes da escrita no mercado do texto manuscrito**

---

A grafia identificadora da "mão", não desvenda necessariamente o autor do conteúdo escrito. Os diferentes estratos do conceito "autor" associado aos manuscritos do Antigo Regime prendem-se com a dinâmica dos actores intervenientes<sup>114</sup>. Escrever, anotar, compor, copiar, transcrever, designam acções desempenhadas como serviços e/ou ofícios de variada ordem, extremamente vulgares à época e que conjugam a identidade gráfica do escrevente com as necessidades de transmissão de um conteúdo do solicitante<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup> FIGUEIREDO, 1722: 31-31.

<sup>113</sup> Ángel Cabrera apresenta no seu trabalho sobre técnica e execução da letra gótica librária, um conjunto de traços resultantes dos mesmos movimentos e formas, mas através de cortes de pena distintos. O resultado é visivelmente diferente, com impacto na percepção da própria morfologia. CABRERA, 2009: 39, 45-46.

<sup>114</sup> BOUZA, 2002: 65-66.

<sup>115</sup> BOUZA, 2001: 21.

Os profissionais da escrita encontram-se dispersos nas vastas esferas do serviço político-administrativo do reino e do serviço privado<sup>116</sup>. Em qualquer dos casos, a escrita por delegação, isto é, por indicação de quem dita, é uma realidade que marca o período Moderno, transversal a toda a sociedade, não se circunscrevendo apenas às necessidades dos não letrados<sup>117</sup>. O recurso a amanuenses pela nobreza era prática corrente, facto aliás, sublinhado no sinal de estima demonstrado pelo remetente ao escrever pela própria mão algumas linhas da carta ditada ao "secretário"<sup>118</sup>.

Considerando a existência pontual de aparato administrativo nas casas nobiliárquicas portuguesas<sup>119</sup>, a designação de secretário pode revestir-se de um leque de funções muito abrangente. Além do mais, os *escreventes de cartas* podiam ainda pertencer ao restante e considerável número de criados que dispunham. Os índices assinaláveis de alfabetização<sup>120</sup> deste grupo, ainda que em graus distintos, permite esta hipótese.

A composição e versatilidade do mercado do texto manuscrito inscreve-se paralelamente em necessidades mais pragmáticas<sup>121</sup>, no centro dos interesses do coleccionismo que domina o espírito da época. O recurso a copistas "profissionais" para a execução de trabalhos que podiam exigir uma "caligrafia mais librária", era por isso prática comum.

À aquisição de cópias de obras de referência, à correspondência pessoal, e aos variados interesses na elaboração de poesia, memórias e tratados, acrescem os diários informativos.

As referências nas Gazetas a estes profissionais da escrita são pontuais. Numa das "Adições" do ano de 1736, a propósito do desenvolvimento de negociações com a Santa Sé, refere-se que um dos intervenientes, Frei José de Évora "*estava fechado com 8 escreventes*"<sup>122</sup>. No mesmo ano, no "Diário", encontra-se um outro exemplo que

---

<sup>116</sup> ALMADA, 2009: 1-18.

<sup>117</sup> MAGALHÃES, 1994: 206.

<sup>118</sup> BOUZA, 2001: 138.

<sup>119</sup> Reduzidos no final do Antigo Regime à possível conjugação de um mordomo, um advogado/ou letrado, e um procurador. MONTEIRO, 2003: 411-413.

<sup>120</sup> MONTEIRO, 2003: 458.

<sup>121</sup> Veja-se como exemplo a contratação de oito copistas para a Torre do Tombo com a finalidade de efectuarem os traslados necessários à actividade dos académicos da Real Academia de História. CIX/ 2-5, Nº 5, fls. 11-12v.

<sup>122</sup> Adição à Gazeta, BPE, CIV/1-24d, fl. 5-5v.

se destaca por alargar o campo de visão, de forma genérica, a vários aspectos da produção escrita de um indivíduo. Leia-se: "*O assumpto dos discursos da Corte, he a morte do Secretario de Estado, (...): havia estado aquelle ministro no Paço até as 9 horas da noute na vespora, e queyxandose de hũa dor na nuca, recolheuse a Bemfica, aonde tinha sua familia, e a Quarta feira 9 do corrente se levantou cedo, deu hum passeio, dictou duas cartas, e queyxando-se de frio, voltou para dentro, (...), ouviu hum clerigo que lhe escrevia que elle roncava, e não acudindo logo, quando o fes, o achou espirando (...). No testamento que tinha feito de letra sua com hum codecillo, instituiu a João Pedro seu filho por universal herdeiro, (...). El Rey se mostrou sentido, (...) e logo pôz em arrecadação os papeis, que tinha em Bemfica, e em Lisboa*"<sup>123</sup>. Sublinha-se aqui o recurso a um clérigo como escrevente pessoal do secretário de Estado em questão.

O estatuto sócio-profissional de copistas e escreventes que actuam à margem de actividades regulamentadas pela legislação, como a dos escrivães<sup>124</sup>, é frequentemente marcado pela diversidade, dada a crescente taxa de "alfabetização", ainda que o termo integre dinâmicas complexas quanto às competências escritas. O desempenho de actividades afins às de copista e/ou escrevente assinalam, assim, episódios nos mais diversos percursos individuais. Fernando Bouza, a este propósito refere escrivães públicos, secretários, estudantes desfavorecidos, leitores em geral, pajens, escritores de livros, escrevedores de cartas e secretários amigos, como sujeitos que terão assumido o papel de amanuenses e/ou copistas ocasionais<sup>125</sup>. No caso dos pajens, o autor remete para um exemplo muito elucidativo da realidade das casas nobiliárquicas nos séculos XVI e XVII: a contratação de rapazes como pajens com funções ligadas à escrita<sup>126</sup>.

---

<sup>123</sup> 15.05.1736, Diário, BPE, CIV/1-7d, fls. 80-80v.

<sup>124</sup> CABRAL, 1730: 24-25.

<sup>125</sup> BOUZA, 2001: 31; e 2002: 71-72, 88.

<sup>126</sup> No decorrer do estudo de seis anos, de Fernando Bouza, de cartas do terceiro Conde de Fernán Núñez (1679-1684), e na procura dos escreventes responsáveis, sabe-se pelas mesmas da intenção de Francisco Gutiérrez de los Ríos em contratar rapazes para pajens, na condição de terem boa letra. BOUZA, 2005: 154.

Entre os trabalhos que aludem especificamente à condição sócio-económica dos "indiferenciados" da escrita, destacam-se dois pela sistematização de categorias que retratam<sup>127</sup>.

Eef Overgaauw, na sua análise ao estatuto social dos copistas imigrantes na Itália dos séculos XIV a XVI, mediante a informação nos colofons dos livros copiados, apresenta uma classificação em cinco vertentes: 1 e 2) estudantes universitários que copiam manuscritos para si próprios ou para estudantes mais ricos; 3) membros da família (no sentido que lhe era dado no Antigo Regime) de um príncipe laico ou eclesiástico; 4) copistas de ofício que trabalham para uma biblioteca ou para um encomendante individual; e 5) membros de uma comunidade religiosa.

Elena E. Rodríguez Díaz num estudo análogo aborda quer os níveis de profissionalização e subespecialização, quer o estatuto sócio-profissional dos copistas castelhanos no século XV. Para tal, indica o mesmo número de categorias embora com outras qualificações: 1) clérigos copistas; 2) escrivães que copiam para uso pessoal; 3) copistas eventuais; 4 e 5) profissionais da escrita e do livro.

Apesar de representarem duas realidades distantes da que presentemente se impõe, introduzem linhas de leitura onde à partida parecem enquadrar-se os escreventes das gazetas, sobretudo nas categorias "copistas eventuais" e "membros de uma família de um príncipe laico ou eclesiástico". A última com a devida adaptação dirigida à família<sup>128</sup> de um "nobre ou eclesiástico". Representavam ambas a mesma realidade: o recurso aos que prestam serviço a um senhor, em ocupações de carácter administrativo, podendo a mesma aceção aparecer na simples expressão "criado de", dada a diversidade de funções desempenhadas<sup>129</sup>.

Uma última consideração relativa à condição sócio-económica dos escreventes e/ou copistas. A sistematização tipológica acima descrita diz respeito a trabalhos que têm como fonte livros copiados, nos quais é recorrente o autor gráfico mencionar alguns aspectos pessoais, nos designados colofons. Situação não aplicável a outros tipos de cópias e/ou traslados. Nestes, como em outros casos, a única marca de identidade

---

<sup>127</sup> OVERGAAUW, 2000: 325-332; RODRÍGUEZ DÍAZ, 2000: 291-323.

<sup>128</sup> Conotada com os serviços domésticos e outros clientes que integravam a casa do titular ou eclesiástico.

<sup>129</sup> RODRÍGUEZ DÍAZ, 2000: 299.

deixada pelo escrevente é a sua grafia, o que dificulta ou impossibilita o destrinçar dos nomes por detrás das formas gráficas. Situação que se verifica no caso da averiguação acerca dos escreventes do terceiro Conde de Fernán Núñez, responsáveis pelas seis mil cartas emitidas entre 1679 e 1684 e estudadas por Bouza. Destes apenas se conhecem as diferentes caligrafias dos livros de registo e cópias de cartas e as esporádicas referências, já acima notadas, à contratação de rapazes de boa letra para pajens<sup>130</sup>.

E nas Gazetas? Eis o que importa desvendar nos próximos capítulos.

---

<sup>130</sup> BOUZA, 2005: 154.

---

## CAPÍTULO 2

### PERSCRUTAR IDENTIDADES GRÁFICAS

---

O processo de identificação de caligrafias, ao recorrer a um âmbito mais alargado do que os dos manuscritos em análise, permite novos estratos de informação. Neste caso, optou-se por uma abertura aos que configuram a correspondência pessoal dos indivíduos que impulsionam os dois folhetos informativos ("Diario"/"Adição"). Estes, mais do que complementar a identificação de mãos, estabelecem-se como uma forma de mapeamento das condicionantes materiais e pessoais da escrita. Os *corpus* de cartas explorados neste capítulo constituem uma primeira abordagem que só ficará completa com o exame de grafias do capítulo seguinte. Propõe-se um breve discurso acerca do processo de aferição de identidades que não passa necessariamente pela descrição dos componentes gráficos envolvidos (aspecto relegado aos dois últimos capítulos). Procuram-se elementos, no conteúdo e na forma, que possam enunciar possíveis realidades envolvidas na produção escrita dos indivíduos já identificados pela sua caligrafia.

A assinatura, como elemento nuclear de identificação gráfica, assinala desde logo não só a presença de determinado indivíduo, como também o nível de participação nas missivas. Aponta ao mesmo tempo para a constância e/ou diversidade de mãos que actuam na construção do texto, espaço onde intervinham secretários pessoais, amanuenses, e pontualmente amigos.

Desenha-se, assim, um processo de identificação gráfica singular, perante a metodologia estabelecida, a qual recorre à assinatura autógrafa dos redactores para, desta forma, estabelecer relações de dissemelhança com as restantes grafias. Através dos ritmos e conjugações de presenças gráficas, revelam-se informações de destaque



relativamente à produção escrita de cada um dos indivíduos. Paralelamente, o conteúdo textual acrescenta referências pontuais ao próprio processo de escrita. Este último facto remete para uma necessária abordagem de conjunto, no que respeita à correspondência pessoal do IV Conde da Ericeira e de José Freire de Montarroio.

Paralelamente a estes dois casos impõe-se um terceiro. Não assente propriamente na identificação por assinatura, revela-se como ocorrência incontornável, uma vez tratar-se dos únicos reconhecimentos de identidade em todo o conjunto de folhetos manuscritos em trabalho (1729-1740): as mãos de Rodrigo Xavier Pereira de Faria e Luís Montês Matoso presentes no ano de 1738 da "Adição à Gazeta". São, curiosamente, os redactores do "Folheto de Lisboa" a partir de 1740. Congregam-se, desta forma, as identidades gráficas dos responsáveis por três formatos de edição de folhetos que integram a colecção da BPE: "Diarios", "Adições" e "Folheto de Lisboa". Ainda que não se considerem *corpus* de cartas análogos aos do IV Conde da Ericeira e José Freire Monterroio, estabelecem-se paralelos com vários documentos autógrafos de Pereira de Faria e Montês Matoso, por forma a validar o processo. Não se pretende, em nenhum dos casos, a identificação gráfica desarraigada do contexto de produção e circulação de cartas e folhetos. Aspecto fundamental.

Perscrutar identidades significa, assim, invocar quadros holísticos e não isolar a peça pela peça. Eis a postura e o rumo para este capítulo.

## 2.1- IV Conde da Ericeira.

---

Considerando a existência muito pontual de ofícios administrativos nas casas nobiliárquicas portuguesas<sup>131</sup> o termo "secretário" pode revestir-se de um leque de funções muito abrangente. Além do mais, os *escreventes de cartas* podiam ainda pertencer ao restante e considerável número de criados que dispunham. Os índices

---

<sup>131</sup> Reduzidos no final do Antigo Regime à possível conjugação de um mordomo, um advogado/ou letrado, e um procurador. Dependia muito de casa para casa. MONTEIRO, 2003: 411-413.

assinaláveis de alfabetização<sup>132</sup> deste grupo, ainda que em graus distintos, autoriza esta hipótese.

O exercício das "funções de secretário", imprescindível na gestão de qualquer casa nobiliárquica, não se encontra formalizado nesta designação ou sequer adstrito a um único indivíduo. Dependendo do volume de expediente e das competências das pessoas que rodeiam o quotidiano de um senhor, bem como da esfera de acção económico-social em que se integra, o conteúdo funcional do secretário pode implicar tarefas diferenciadas.

No caso do IV Conde da Ericeira, dada a abrangência das actividades solicitadas, são várias as conjugações possíveis, mediante as necessidades, nomeadamente as circunstanciais. Importa por isso considerar alguns dos projectos e funções por si vivenciados.

Na censura pelo Desembargo do Paço feita em 1738, por Paulo Amaro, ao poema *Henriqueida*, o conde é comparado "*a Cezar, a quem nem o governo político da Republica embaraçava a applicação aos livros, nem o manejo da espada retardava os voos da pena: e sempre com ventagem, não só pela multidão, e variedade de obras, mas pela circumstancia dos annos, e estado presente; pois ainda quando ja cego não cessa de illustrar a patria, e diffundir as luzes da infinita erudição, que entezourou seu incançavel estudo*"<sup>133</sup>.

Francisco Xavier de Meneses, além das obrigações decorrentes da administração da Casa e dos cargos que foi exercendo, parece encontrar nos abrangentes interesses "culturais" que o movem a exigência de recursos diversificados, no que respeita à produção manuscrita.

A conhecida participação nas várias Academias que marcaram a viragem do século é apenas um indicador genérico<sup>134</sup>. No entanto, é na criação da Academia Real da História (1720) que assume um papel central, tendo exercido grande influência para a sua fundação nos moldes da academia francesa<sup>135</sup>. Na verdade, a primeira metade

---

<sup>132</sup> MONTEIRO, 2003: 458.

<sup>133</sup> MENESES, 1741: 23.

<sup>134</sup> Academia dos Generosos, a dos Anónimos, a dos Ilustrados e a do Núncio Monsenhor Firrau. BRAGA, 1899: 39-47, *apud*, CURTO, 2003: 43.

<sup>135</sup> LOUSADA, 2011: 430; MARTINS, 2005: 107.

de Setecentos terá tido como motor do movimento académico, a figura de D. Francisco Xavier de Meneses<sup>136</sup>.

A elaboração de memórias/comentários, romances e poesia, como esfera mais privada, encontra na publicação da *Henriqueida*, em 1741, um indício da sua produção ao anexar um catálogo que faz a relação dos impressos e manuscritos da autoria dos vários membros da Casa.

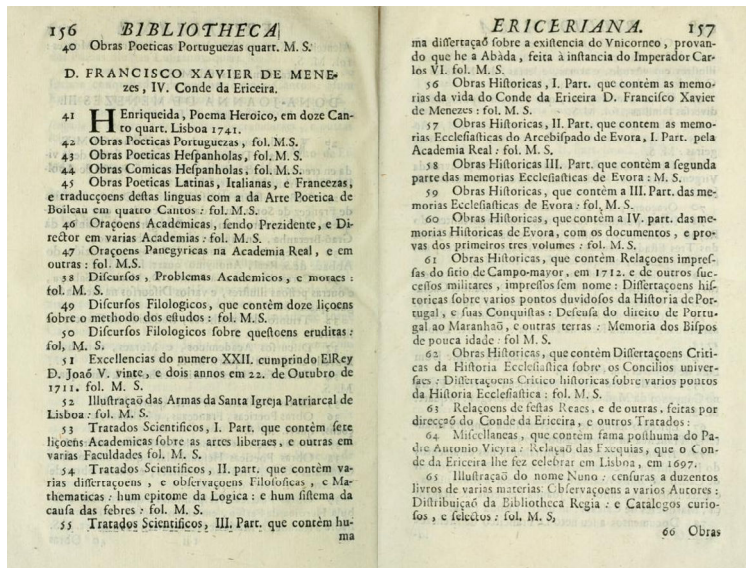


Figura 8 - Inventário das obras de D. Francisco Xavier de Meneses publicado no Catálogo de impressos e manuscritos de autoria da Casa da Ericeira. *Henriqueida*, Lisboa, 1741, pp. 156-159.

A inclusão do catálogo da *Biblioteca Ericeiriana*<sup>137</sup> regista só no seu nome 43 entradas<sup>138</sup>, exponencialmente maior que a dos seus antecessores e descendentes. E no início da mesma publicação, D. José Barbosa refere-se a cerca de 600 manuscritos que o Conde terá acrescentado à biblioteca herdada, a par de mais "20.000 volumes escolhidos", resultante da "virtuosa hydropesia em juntar livros"<sup>139</sup>. O número de volumes poderá estar exagerado. Com efeito, Joaquim de Vasconcelos, citado por Diogo Ramada Curto, refere para a mesma biblioteca, ao tempo do IV Conde da Ericeira, um total de 18.000<sup>140</sup>.

<sup>136</sup> BRAGA, 1899: 18, *apud*, CURTO, 2003: 43.

<sup>137</sup> Existe só em alguns exemplares. MENESES, 1741.

<sup>138</sup> Entre este número enquadram-se obras genealógicas; históricas (memórias biográficas e eclesiásticas); sacras (reflexões e orações); tratados científicos; discursos filológicos; traduções de obras poéticas; memórias métricas; orações académicas; papéis políticos sobre os negócios do reino; miscelâneas das celebrações a António Vieira; relações de festas reais; relação dos livros enviados pela academia russa à Real Academia de História; censuras a livros; distribuição da biblioteca régia; e vários catálogos. MENESES, 1742: 683.

<sup>139</sup> MENESES, 1741: 21.

<sup>140</sup> CURTO, 2003: 44.

Diogo de Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, aponta-o como autor de aproximadamente 60 títulos impressos e 50 manuscritos<sup>141</sup>, número claramente superior ao que integra o catálogo de 1741. Destacam-se aqui as incursões do conde na epistolografia, através dos subtítulos que as enunciam: cartas latinas, italianas, francesas, castelhanas; a pontífices, reis e príncipes; a homens doutos; as familiares; e as de "notícias da Corte, e do Mundo"<sup>142</sup>. Entre o apreço pela literatura epistolar, que corria desde o século XVI, e a prática efectiva dos vários tipos de missivas, a presença do IV Conde da Ericeira patenteia-se quer na redacção de um "discurso sobre o dever da correspondência em línguas estranhas", quer no forte estabelecimento de uma "teia de correspondentes", particularmente com "familiares"<sup>143</sup>. Aliás, é neste preciso contexto que D. Francisco Xavier de Meneses divulga as novas do mundo da corte, seja por meio de carta ou por folhetos volantes ("Diario"), arrogando a si um papel próximo ao de cronista informal do reino<sup>144</sup>. Entre outro tipo de contactos de referência, encontra-se o caso do "comércio epistolar" estabelecido com o letrado Jean-Paul Bignon, bibliotecário do rei de França. Mantêm uma correspondência acesa ao longo da década de 20, sobretudo com o intuito de obter cópias de várias obras<sup>145</sup>.

De volta à *Henriqueida*, numa outra censura que prefacia a publicação, Paulo Amaro exalta a profícua obra do autor e sublinha a sua condição de invisual: "*sey que Homero principe dos poetas gregos padeceo a falta de vista, (...) comtudo na cegueira do author descubro eu mayores luzes; pois não só serve ao publico, como Aufidio, nos Conselhos, e Juntas, de que he ministro meritissimo, se não que o vence, não se occupando, como elle, em huma só historia, nem, como Homero só em dous poemas, mas em tantas, e tão diversas materias, (...). Mas que hum cego, como o author, discorra, e escreva com tanto acerto em materias tão vastas, juntando em hum tantos estudos, como os da historia, poezia, mathematica, chronologia, politica, genealogia, militar, filologia, erudição, e os mais, com que illustra suas obras, e em cada hum com*

---

<sup>141</sup> Conjunto amplamente analisado por Tiago Miranda. MIRANDA, 2005: 35-36.

<sup>142</sup> MIRANDA, 2005: 36.

<sup>143</sup> MIRANDA, 2011: 372 e 381.

<sup>144</sup> MIRANDA, 2005: 37; e 2011: 381.

<sup>145</sup> CURTO, 2003: 42; MARTINS, 2005: 107-135.

*tal magisterio, (...), he sem duvida assombro da facilidade, pasmo da erudição, (...) e para dizer tudo, monstrozidade de engenho.*"<sup>146</sup>

Independentemente da sua condição de invisual a partir de 1737, certo é que os interesses por si abarcados, desde há muito que exigiam a presença regular de escreventes, independentemente de desempenharem ou não a função de secretário. Até porque a manutenção da sua enérgica rede epistolar, dentro e fora do reino, exigia uma atenção regular que competia em tempo e recursos com as restantes inúmeras actividades mencionadas.

**Assinatura e chancela.** Elemento central de qualquer identificação, emerge neste caso como a "pedra de toque" na correspondência gráfica da "mão" de Francisco Xavier de Meneses, dada a presença de letras específicas com um *ductus* muito singular, sobretudo no que respeita ao "E". A assinatura autógrafa e as iniciais que a antecedem e constituem o "*estilo ou cortesia usada para indicar o destinatário*" são os dois únicos elementos que se repetem na maioria das cartas em que dominam outras caligrafias, as dos secretários/amanuenses.

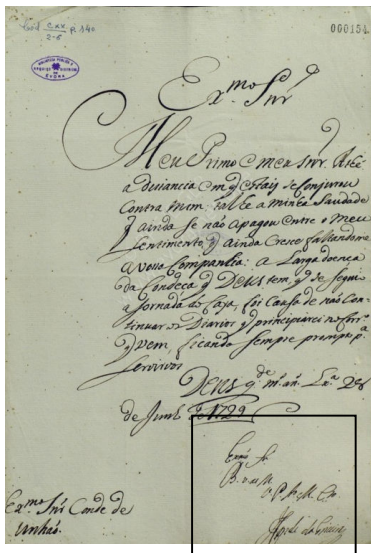
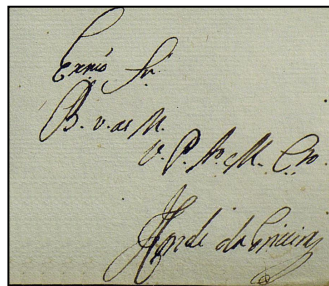


Figura 9 Identificação da "mão" do IV Conde da Ericeira.



Pormenor da "cortesia para indicar o destinatário" e assinatura autógrafa. Carta do Conde da Ericeira ao Conde de Unhão, 28 de Junho de 1729, BPE, códice CXXI/2-6, fl. 154.

É esta a situação que caracteriza a totalidade dos manuscritos endereçados ao Conde de Unhão presentes na BPE, mas que no caso dos enviados ao Conde de Assumar (ANTT) revelam excepções assinaláveis. Correspondem estas à inclusão pontual de

<sup>146</sup> MENEZES, 1741.

alguns parágrafos pela própria mão de Francisco Xavier de Meneses. A equivalência do *ductus* entre assinatura e os referidos parágrafos só foi possível, uma vez que não constituía objecto de análise de pormenor, mediante a presença em destaque, e de forma consistente, dos "marcadores" das letras "E, S". Verificou-se posteriormente a correspondência gráfica entre os restantes elementos.

Os "*estilos ou cortesias para indicar o destinatário*" passam progressivamente a pertencer à "mão" redactora da restante carta, deixando espaço apenas à assinatura do conde. A mudança corresponde claramente à crescente irregularidade gráfica de Francisco Xavier de Meneses. Aliás, a assinatura cessa em meados do ano de 1735, aquando da introdução da chancela, numa fase em que a sua capacidade visual dificultava a legibilidade da assinatura autógrafa. Assim se pode verificar na figura 10.

Os folhetos do "Diário" de finais de 1736 e princípio de 1737 referem com regularidade as cirurgias marcadas/adiadas<sup>147</sup> a que o Conde de Ericeira seria sujeito, facto que só se verifica em Fevereiro de 1737: "*A cura dos olhos do Conde da Ericeira se fes Sabado 26 de Janeiro com a assistencia de muitos medicos e sirurgiõens, e dos mais que quizerão ver esta operação que se executou felicemente em 5 minutos, e ainda que o olho está claro, e com movimento, necessita de fortificar-se (...). A jrmã do Secretario de Estado Antonio Guedes freira em Santa Clara, ficou vendo perfeitamente, e outros a quem Mr. Daviel fes diversas curas nos olhos*"<sup>148</sup>. Infelizmente os resultados não corresponderam às expectativas, e a perda da visão foi inevitável.

Até 1735, as cartas têm todas assinaturas autógrafas, com excepção das cópias nas quais também a assinatura é copiada. Como foi dito, a introdução da chancela nesse mesmo ano marca o fim da assinatura autógrafa, embora apareçam mais tarde duas situações de excepção: uma nos anos imediatos ao da introdução da chancela, muito provavelmente ainda de "mão própria", o que dadas as circunstâncias significaria de "mão guiada"; a outra, na década seguinte, ano de 1742, referindo-se Francisco Xavier de Meneses à ausência do criado que tem a chancela, justificando assim a sua

---

<sup>147</sup> "A cura do Conde da Ericeira se não principiará a 2 deste como determinava, por estar com huma defluxão, e ser a toce contraria ao socego dos nove dias depois da operação (...)."; "... e o Conde da Ericeira não fes ainda a sua operação, por estár esperando ver o bom sucesso de outras." Diário, BPE, códice CIV/1-8d, fl. 124-125.

<sup>148</sup> Diário, BPE, códice CIV/1-8d, fl. 131.

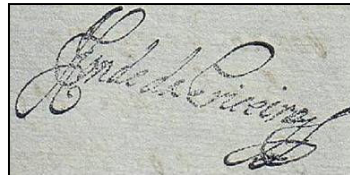
substituição pelo desenho da mesma, neste caso sem qualquer responsabilidade gráfica por parte do conde.



Figura 10- Evolução da assinatura do IV Conde da Ericeira. Do autógrafo à chancela.



1706  
autógrafo



1736  
chancela

**Autógrafos.** A caligrafia surge recorrentemente como anotação final, mais ou menos desenvolvida, em cartas redigidas por escreventes/secretários. Era prática usual e com significados assinaláveis.

Identificou-se apenas uma única carta que corresponde na totalidade à "mão" do Conde da Ericeira, datada de 4 de Fevereiro de 1709, bem como um "papel" anexo a uma carta, onde compõe breves memórias militares.

O enquadramento da mancha de texto, do punho de Ericeira, que se segue às mãos dos escreventes, embora tenha a preocupação de se apresentar contida entre margens, não se pauta pela regularidade e/ou rigidez de qualquer formulário de apresentação. As margens ultrapassadas e não definidas em linha recta, aliadas à linha de texto ondulada e de espaçamento variável entre linhas, confere uma primeira leitura. Associa-se à informalidade e nível de esmero reduzido, pelo contraste com as formas caligráficas que regularmente a precedem.

Numa primeira abordagem, as características gerais típicas da mancha de texto produzida pela "mão" do Conde da Ericeira evidencia letras pequenas, angulosas e irregulares nas linhas e margens do texto. O tamanho e forma da letra revelam um ritmo de execução rápido e sem recurso a movimentos largos e/ou ondulados, mantendo o ângulo de inclinação regular. A proporcionalidade das letras das primeiras frases relativamente às últimas da mesma mancha de texto indicam uma gradual largueza de movimentos. Mantinha, porém, o mesmo carácter, feita ressalva ao tamanho, ligeiramente maior.

A identificação da caligrafia foi facilitada pela presença invulgar de alguns marcadores que apenas encontram correspondência na assinatura autógrafa do Conde da Ericeira. A maiúscula "E" é sem dúvida a mais relevante, muito embora seja a conjugação desta com as minúsculas "d, f, p" que formam os marcadores presentes em todos os textos associados a Francisco Xavier de Meneses, sendo inexistentes com esta articulação nos restantes manuscritos em análise.

Verifica-se a presença exclusiva de notas autógrafas nas cartas enviadas ao Conde de Assumar. Apesar do número de cartas para as mesmas datas entre este e o Conde de Unhão, sublinha-se a inexistência de qualquer nota autógrafa na correspondência que lhe é dirigida pelo Conde da Ericeira.

**Amanuenses.** Apesar das escassas referências aos "criados" com funções afins à escrita, parece confirmar-se a existência de "um espaço" relativo a um ofício administrativo, o qual poderá englobar quer a correspondência pessoal, quer a produção de manuscritos de carácter mais literário. Conforme atestam os casos pontuais que se seguem:

*«A preça com que partem os navios me obriga a mandar o borrador desta carta com tantos erros de **hum secretario novo**, como descuidos de hum estillo antigo.»* ANTT, Casa da Fronteira; nº. 93, **1709**, p.18.

*«ADVERTENCIA./ Ao Conde da Ericeyra lhe cahio do coche hum masso de papeis com versos, & proza em borrador, atados com hum galão cor de ouro: quem os achou, os póde levar a casa do mesmo Senhor, que ainda que se achem já rotos, os quer de qualquer*



*sorte; & os entregará a Joseph Nunes Pinheyro seu Secretario, que tem ordem para lhe dar boas alviçaras.» Gazeta de Lisboa, nº. 52, 26.12.1720, p. 416.*

*«Perdoe V. Ex<sup>a</sup>. não ir assignado com a chancella, porque não está em caza o criado, que a tem.» ANTT, Mss. da Livraria, 1742, fl. 369v.*

A identificação de José Nunes Pinheiro como secretário do Conde no ano de 1720, sendo a mais significativa, dificilmente permite a correspondência a qualquer caligrafia, uma vez que não existem manuscritos para este ano, ou outros próximos a este.

## **2.2- José Freire de Montarroio Mascarenhas.**

---

No caso das "Adições à Gazeta" de José Monterroio, responsável pela *Gazeta de Lisboa* impressa, a rede de comunicação traçada por André Belo ilustra as relações dos principais intervenientes na circulação das notícias impressas *versus* manuscritas<sup>149</sup>. Ao clarificar os possíveis percursos e sentidos das "notícias/informações" entre 1720 e 1750, enquadram-se os papéis dos diferentes actores e percebem-se as afinidades espaço-temporais entre "Diarios" e "Adições", como manuscritos paralelos/marginais à oficial *Gazeta de Lisboa* impressa. É confirmado o envio de notícias por parte do Conde da Ericeira para Monterroio e a possível cedência, pré-impressão, da *Gazeta* deste ao conde.

Do referido quadro de relações, destaca-se ainda a ligação entre José Freire Monterroio e Rodrigo Xavier Pereira de Faria. Este último, escrivão da Câmara e da Misericórdia de Santarém e figura central do "Folheto de Lisboa", aparece como copista/escrevente nos folhetos de 1738 na "Adição à Gazeta", como indica Bruno Fidalgo<sup>150</sup>. Com a ressalva de partilhar o ano com outra caligrafia distinta, não tendo portanto o esperado domínio expressivo.

Da análise da correspondência pessoal de Monterroio com Rodrigo Xavier Pereira de Faria depreendem-se ritmos e formas de organização de trabalho, bem

---

<sup>149</sup> Ver figura 14 do capítulo seguinte. BELO, 2005: 138.

<sup>150</sup> FIDALGO, 2007:25-27.

como alguns dos relacionamentos do redactor com os escreventes que produziam as "Adições". Relativamente ao primeiro factor, são frequentes os comentários à escassez de tempo e aos muitos afazeres. A 4 Janeiro de 1741 lê-se: *"porem eu nam tive tempo nem para as mandar nem para lhe escrever porque todos os Sabados tenho 19 ou 20 cartas; e ás vezes com materias largas nas respostas que devo dar ao que se me pergunta e o tempo se passa às vezes de maneira que por nam partir o correyo sem as que tenho escrito deixo de escrever as mais; e em toda a semana nam tenho tempo para cuydar em adiantadas. (...)"*<sup>151</sup>; a 14 de Junho de 1743: *"Hoje acabei de ditar a Gazeta da semana que vem pelas duas horas para as trez, e com pouco descanso tornei para o bofete atégora que são nove para as dez. (...)"*<sup>152</sup>. Outras são as breves alusões que sublinham a agitação do quotidiano: *"Hoje jantei fora e ainda terei menos tempo"*<sup>153</sup>; *"vay a gazeta não sey se podera ir folheto que tenho muito que fazer"*<sup>154</sup>; *"Estando escrevendo a V.M. me chegou hua vezita de pessoa que foy a primeira vez que a vi, e se me deteu ate ás noves horas da noyte com que de força a não posso continuar"*<sup>155</sup>; *"esta letra mostra a pressa com que escrevo"*<sup>156</sup>; *"He muito tarde e não tenho tempo para escrever"*<sup>157</sup>.

Ainda assim, quando o mesmo argumento é usado pela Academia Real da História Portuguesa para não o integrar como académico, Monterroio manifesta a sua indignação numa carta que envia ao Conde da Ericeira, dizendo: *"Dizem-me que o pertexto de não ser admitida a honroza recomendação de VEx<sup>a</sup> foi a grande occupação, que tenho com a Gazeta da corte: ainda devo algum favor a esta reflexão, (...); e só digo, que entendo que a mayor parte dos nomeados não hande fazer nada, huns porque não podem, outros porque não sabem. O trabalho da Gazeta he grande, porque he precizo, e em dias determinados, mas não passa de dous dias, o mesmo emprego tinha em Pariz há pouco tempo, e o exercitou muitos annos o Abbe. Euzebio Renaudote sendo justamente dos quarenta da Academia Franceza; e com toda a lida de hua*

---

<sup>151</sup> BPE, CVIII/1-4, fl.1.

<sup>152</sup> BPE, CVIII/1-4, fl.114-114v.

<sup>153</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 40.

<sup>154</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 32.

<sup>155</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 28.

<sup>156</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 126v.

<sup>157</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 148.

*Secretaria de Estado escrevia Antonio de Souza de Macedo os seus Mercurios. O trabalho para os homens coriozos tem lugar de assipipe (...)."*<sup>158</sup>

É no decorrer da argumentação da mesma carta que Monterroio refere os diferentes trabalhos a que se dedica e as competências que possui. Apesar da extensão do discurso transcrito, será evidente a riqueza e pertinência da citação, no contexto em análise. Ei-la:

*"Corri hua boa parte da Europa ja depois de fazer os meos estudos, (...); tratei em Espanha e em França, em Holanda e em Alemanha com as pessoas mais eroditas; apliqueime à politica, às mathematicas, à historia, à genealogia, e com particularidade à haraldologia; li hum grande numero de livros antigos, quaze todos os que os modernos escreverão em Francéz, cuido, que me explico na minha lingoa, e tenho conhecimento da latina, da castelhana, da jtaliana, da franceza, da jngleza, da holandeza, da alemãa, e da dinamarqueza; (...) leyo as letras, e caracteres antigos goticos, e semigoticos, portuguezes, latinicos, ou francezes (...). (...) e por toda a parte tenho dezentranhado anteguidades excelentes para a historia ecclesiastica, e profana que tenho repetido pellos meos titulos de familias nos lugares que lhes tocão. Ha seis annos que trabalho continuamente em dar ao reyno noticias dos sucessos da Europa nas minhas gazetas, e nas minhas relaçoens; (...). Sirvo ao Reyno todo com a instrução das novas do mundo, que totalmente ignorara, se eu não introduzisse a Gazeta, sirvo à patria publicando as couzas memoraveis, pois as gazetas estrangeiras, hespanholas, jtalianas, francezas, holandezas, e jnglezas traduzem da minha capitulos inteiros; sirvo à nobreza falando nos seus nascimentos, nos seus empregos, nos seus despozorios, e nos seus funeraes, fazendo-a conhescida na Europa; alem disto sirvo aos tribunaes do Stto. Officio e da Mesa da Consciencia com a minha noticia para apurarem a limpeza de sangue dos cavaleiros das ordens, e dos familiares. Tenho servido a mayor parte dos senhores da corte com certidoens, e com arvores para as demandas dos seus morgados, e para as suas pertençaens, e a alguns para a sua vaidade, e ninguem deixa de achar*

---

<sup>158</sup> BPE, CIX/1-4, fl. 145.

*sempre com promptidão a minha vontade obediencia, e o meu prestimo; se isto he digno da injuria que a junta me fez V. Exa. o julgue, (...)*"<sup>159</sup>.

Percurso assinalável, com destaque para a diversidade de vertentes dos interesses e serviços prestados. Compreende-se assim que outro tipo de afazeres o ocupavam para além dos dois dias de trabalho semanais destinados à redacção da *Gazeta de Lisboa*. Com a introdução do *Suplemento* à Gazeta, passam a ser duas as publicações impressas semanalmente, por Monterroio, o que tem um impacto considerável na manutenção da sua rede de correspondência: "*Eu estou muito mau correspondente depois que apareceram na corte os suplementos porque me nam deixam tempo para nada e assim nam estranhe V.M. as minhas faltas*"<sup>160</sup>.

### Assinatura e autógrafos.

A identificação da grafia de Monterroio parte naturalmente da sua assinatura, presente na correspondência pessoal, estabelecendo-

se um paralelo entre esta e a identidade gráfica da restante mancha de texto das cartas. Verifica-se desde logo que a grande parte das cartas enviadas a Rodrigo Xavier Pereira de Faria são escritas por "mão própria". Apenas algumas pertencem claramente a uma

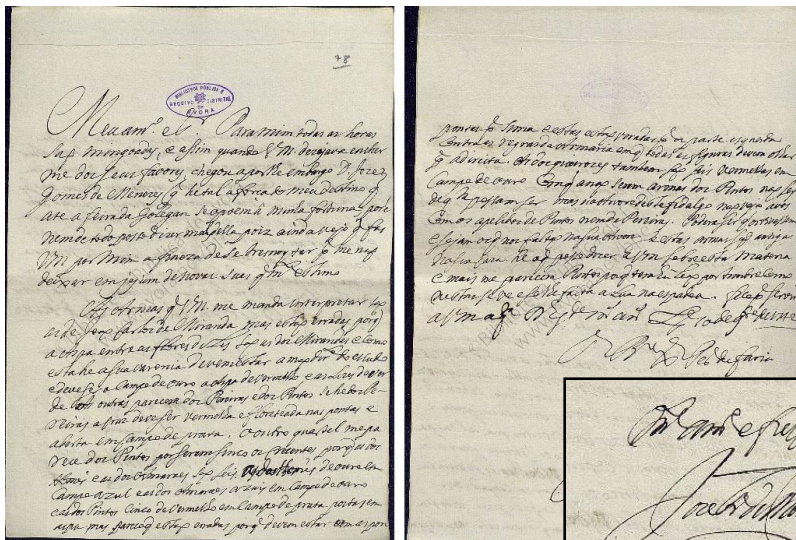
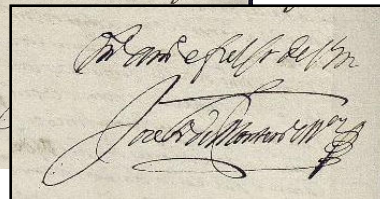


Figura 11- Carta autógrafa de Monterroio a Rodrigo Xavier Pereira de Faria a 10 de Novembro de 1742. BPE, CVIII/ 1-4, fl. 78-78v.



outra "mão", muito provavelmente ao seu escrevente, uma vez que o tipo e cuidado da redacção parece indicar o serviço de "um

<sup>159</sup> BPE, CIX/1-4, fl. 146-147v.

<sup>160</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 106.

secretário pessoal", deixando apenas o espaço da assinatura em aberto.

A par das cartas autógrafas, existem dois folhetos de 1741 enviados em duas delas e que parecem partilhar da mesma identidade gráfica. Sem qualquer correspondência com as grafias das "Adições" de 1736-1738, a "mão" de Monterroio não só se verifica nos referidos folhetos que acompanham as cartas, como as mesmas referem esta possibilidade na ausência de escreventes: "*e se eu puder fazer folheto irá tambem aqui, porque os nossos amigos forão a Mafra; e eu fiquei sem ter quem me escreva*"<sup>161</sup>; "*Eu não tive hoje quem me escrevesse o folheto se ainda esta noyte puder lho farei*"<sup>162</sup>.

O volume de trabalho, nomeadamente a produção escrita, exigia naturalmente uma estrutura de apoio, assente no recurso a escreventes, mas também em formas de organização que assegurassem os diversos expedientes. Relativamente à última, encontra-se uma alusão muito significativa: "*sinto muito que não chegasse a carta que escrevi ao Pe. Luis Montez (...). Creyo que ainda lhe irá as mãos porque examinando o meu criado me disse que deitara todas as cartas no correyo as quaes elle leva em hum saquinho feito para este ministerio*"<sup>163</sup>. A manutenção e importância da rede de correspondência justificava a sistematização e organização de tarefas, bem como o investimento material feito em sacos para o efeito. Era, aliás, uma prática usual na época, designadamente nalgumas instituições.

**Escreventes.** A diversidade de funções implica necessidades específicas.

A título pessoal, há indicação de que Monterroio dispunha de um escrevente, mas também se refere ao recurso a amigos a quem ditava "folhetos". Entre 1741 e 1743 encontram-se comentários relativos à fraca prestação do então escrevente: "*O folheto vay ao Pe. Luis Montez (...) porem não sey se o saberão ler, porque o escrevente cada vez o faz peyor*"<sup>164</sup>; "*mandarei tambem completar a gazeta que a V.M. foy deminuta que por estas que me fazia o meu amanuense o despedi; e agora tenho hum estrangeiro*

---

<sup>161</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 180v.

<sup>162</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 186v.

<sup>163</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 46.

<sup>164</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 48-48v.

*que fazendo boa letra nam escreve bem a lingua portugueza, e vay aprendendo*"<sup>165</sup>. Ainda assim, são frequentes as menções a amigos que colaboram no processo de escrita: "*o folheto que omte ditei a nosso amigo Gilhelmo Jozé*"<sup>166</sup>; "*amigo Guilhelme Joze, (...) que hontem por não ir tarde para casa, nam quis escrever o folheto*"<sup>167</sup>.

Num outro registo, mas de igual relevância, assinala-se a presença de uma criança de onze anos em casa de Monterroio, a quem chega a pedir que copie alguns "escritos": "*Manoel Alvaro sabendo que o Pe. Luis Montez solicitava que elle lhe desse novas tomou a confiança de escreverlhe (...) V. M. releve as faltas que acharia nos seus papeis; porque tendo muita espertesa e lendo sempre se não aplica a escrever bem; porem onze annos sempre tem alguã desculpa*"<sup>168</sup>; "*dizendo a Manoel que me copiasse o resumo que fiz para S. A. esta semana o fez de maneira que nem eu o entendo e este sera o ultimo porque me envergonho que saya tal cousa da minha caza*"<sup>169</sup>. Seria um jovem aprendiz de escrevente? A hipótese não é descabida, pois no Antigo Regime começava-se a executar este papel muitas vezes em faixas etárias precoces e a aprendizagem implicava quase sempre a deslocação para casa do mestre<sup>170</sup>.

Num outro contexto, o da produção da *Gazeta de Lisboa*, Monterroio teve como escrevente o titular do ofício de impressor António Correia Lemos até 1741. Nesse ano morre e a titularidade do privilégio passa aos herdeiros, que por sua vez delegam a administração num outro parente próximo. Nas palavras de Monterroio: "*Em lugar de Antonio Correa me fica escrevendo hum sobrinho seu que he muito bom moço, mas he necessario ainda irse aperfeiçoando em escrever os nomes estrangeiros*"<sup>171</sup>. Os diferendos entre ambos eclodiam uns anos mais tarde, nomeadamente no que respeita à redacção dos textos<sup>172</sup>.

---

<sup>165</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 92.

<sup>166</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 60.

<sup>167</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 102.

<sup>168</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 7-7v.

<sup>169</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 22.

<sup>170</sup> OLIVAL, 2011: 248-249; SÁ, 2011: 83-85.

<sup>171</sup> BPE, CVIII/1-4, fl. 54. Refere-se a José Rodrigues Roles, sobrinho de quem António Correia Lemos foi tutor. BPE, CXXVIII/2-16, fl. 58-58a.

<sup>172</sup> BELO, 2001: 52-53, 56-59.

### 2.3 - Rodrigo Xavier Pereira de Faria e Luís Montês Matoso

O perscrutar das identidades gráficas de Pereira de Faria e Montês Matoso inscreve-se num registo muito distinto dos anteriores. Apresentam-se aqui enquanto indivíduos cujas "mãos" puderam ser associadas a um nome. Ainda assim, não se pode minimizar a importância da presença destes indivíduos numa das "empresas" que não lhes é atribuída ("Adições").

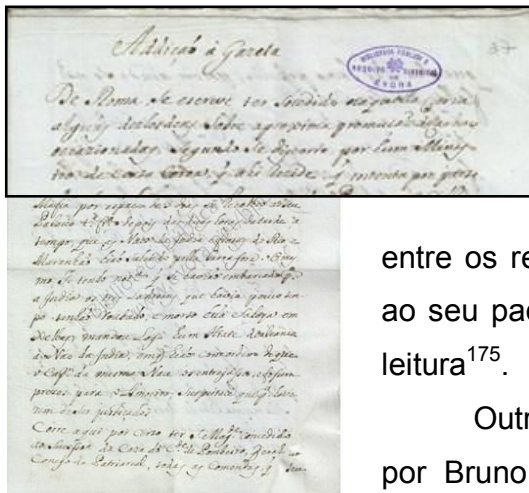
A possibilidade de realizar unicamente duas identificações gráficas em todo o leque dos "Diários" e Adições", prende-se com a existência de algumas indicações e trabalhos neste sentido, sugeridas inicialmente no Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Pública de Évora<sup>173</sup>.

O catálogo da BPE, indica a letra de Rodrigo Xavier Pereira de Faria em vários códices da colecção das Gazetas, designadamente a partir do "Folheto de Lisboa" em

1740. Objecto de análise por João Luís Lisboa e Tiago Miranda<sup>174</sup>, a empresa do último título remete, efectivamente, para a presença dominante da "mão" de Rodrigo Xavier Pereira de Faria. A realização do confronto de grafias

entre os referidos folhetos e uma carta autógrafa, dirigida ao seu padrinho, o Conde de Unhão, corrobora a mesma leitura<sup>175</sup>.

Outra atribuição gráfica à mesma mão é identificada por Bruno Fidalgo no códice das "Adições à Gazeta". Situa, assim, este autor a Pereira de Faria nos exemplares de 1738, embora salguarde as variações visíveis como resultado do tipo de pena<sup>176</sup>. Da suspeita da presença de



**Figura 12-** Recto de "Adição" de 1738, da mão de Pereira de Faria. BPE, CIV/1-24d, fl. 37.

<sup>173</sup> RIVARA, 1850-1871: III, 8.

<sup>174</sup> LISBOA, 2002: 19-21; MIRANDA, 2005: 21-23, 27-28.

<sup>175</sup> Carta de Rodrigo Xavier Pereira de Faria ao Conde de Unhão, BPE, CXX/2-15, p. 88, fl. 128.

<sup>176</sup> FIDALGO, 2007: 25-27.

Pereira de Faria nos "Diarios", passa-se à certeza da sua ligação ao códice das "Adições".

No decorrer da presente análise caligráfica, comprova-se a assistência continuada da mão de Pereira de Faria (caligrafia  $\theta$ ) no ano de 1738, muito embora não seja exclusiva. As variações gráficas enunciadas por Bruno Fidalgo são na verdade uma segunda "mão", que apesar das semelhanças, evidencia uma conjugação de elementos (*ductus*, *modulus*, morforlogia) que divergem da sua caracterização. Trata-se da mão do Pe. Luíz Montês Matoso.

Através das informações veiculadas no mesmo catálogo de manuscritos da BPE, Luís Montês Matoso é identificado como autor da cópia do ano de 1745, mediante a indicação da folha de rosto do respectivo códice<sup>177</sup>. Existem, além deste, vários manuscritos autógrafos de Matoso na mesma biblioteca, como refere Tiago Miranda a propósito da análise da proveniência da colecção de folhetos<sup>178</sup>. A diversidade de

autógrafos possibilita, assim, um estudo gráfico com várias amostras do mesmo autor. O documento seleccionado para verificação é uma certidão autógrafa: com selos e assinaturas do notário e de Matoso, que acrescenta do seu punho "eu (...) o escrevi"<sup>179</sup>.

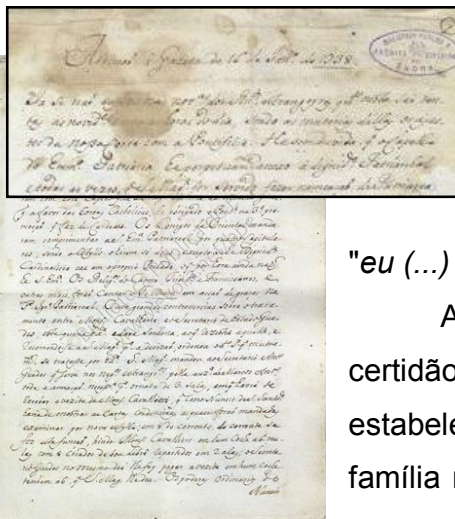


Figura 13- Recto de "Adição" de 1738, da mão de Montês Matoso. BPE, CIV/1-24d, fl. 39.

A correspondência gráfica entre o códice de 1745 e a certidão assegura a identidade da "mão" de Montês Matoso, estabelecendo, claramente, a identificação com a caligrafia/família I, dada a constância dos elementos, designadamente do *ductus*, *modulus* e morfologia.

Abordadas estas identidades, parte-se no encaço de outras "mais anónimas".

<sup>177</sup> RIVARA, 1850-1871: III, 9; BPE, CIV/ 1-15d.

<sup>178</sup> MIRANDA, 2005: 27.

<sup>179</sup> BPE, CIX/ 1-5, nº. 7.



### CAPÍTULO 3

#### NA SENDA DO CORRER DA PENA DOS HOMENS SEM ROSTO

---

Pretende-se neste capítulo analisar o contexto de produção dos manuscritos nas duas empresas que se tem vindo a referir nas páginas anteriores. Para este efeito abordar-se-á as redes de correspondência dos redactores e escreventes implicados. Obviamente, os elos de troca de missivas ultrapassam os textos do "Diario" e das "Adições". Abarcam algumas cartas pessoais que foi possível localizar. Esta estratégia de pesquisa centra-se em dois pólos dos correspondentes registados por André Belo<sup>180</sup>, conforme a figura 14, que será explorada mais adiante.

Outra linha forte de investigação a prosseguir neste capítulo diz respeito ao estudo das famílias caligráficas encontradas nas Gazetas. O intuito será fornecer pistas decorrentes do trabalho de "descrição densa" dessas formas gráficas para demonstrar o processo não lineal de identificação das mesmas. Estas, longe de serem um repositório mecânico de traços vindos da mão de sujeitos sem rosto, podem falar sobre as dinâmicas de produção dos textos. Por isso mesmo, as fichas analíticas das grafias não foram plenamente arrumadas num apêndice, que apenas fosse destinado a servir de prova do trabalho feito. Ao incorporá-las no texto, ou melhor dito, ao fazer delas um elemento nuclear de raciocínio, é porque se tem consciência da sua relevância estratégica. Não são elementos de consulta facultativa. Ao invés, traduzem as mudanças nos *ductus*, bem como as rupturas, as incongruências e os problemas que ainda persistem. No decorrer da descrição das famílias, os exemplos gráficos apresentados procuram precisamente sugerir as principais leituras controversas. No entanto, os casos complexos serão objecto de análise de pormenor apenas no quarto capítulo. Aqui enunciam-se unicamente os elementos que compõem cada unidade caligráfica. Alerta-se para o facto dos dados avançados serem, para todos os efeitos, um primeiro patamar que exige a conjugação de outros, de modo a permitir a formulação de leituras mais consistentes.

---

<sup>180</sup> BELO, 2005: 138.

Na análise de dados, centrou-se a atenção principalmente nas sequências das grafias por forma a apurar possíveis reflexos das dinâmicas de produção. Ultrapassando o intervalo que corresponde à produção dos "Diários" e "Adições" integra-se um levantamento de grafias de vários *corpus* da correspondência pessoal dos redactores, compreendida mediante as referidas redes de informação a que pertencem.

Do percurso gráfico enunciado procura-se aferir ainda de que forma as considerações obtidas das várias análises contribuem para uma possível caracterização dos escreventes, até aqui parcialmente ocultos pelas famílias.

### 3.1- Incidências gráficas de "empresas" distintas entre 1735-1738

---

O contexto de produção e circulação de folhetos manuscritos no Portugal de Setecentos, amplamente estudado por João Luís Lisboa e Tiago Miranda<sup>181</sup> tem insistido na presença de dois grandes nódulos de produção de folhetos manuscritos, no que respeita à colecção da BPE. O primeiro centrado na mão do 4º Conde da Ericeira, autor do "Diário" 1729-1740<sup>182</sup>, e o segundo no redactor da *Gazeta de Lisboa* impressa, José Freire de Monterroio Mascarenhas, com o folheto manuscrito das "Adições à Gazeta"<sup>183</sup>. Numa polaridade menos definida encontra-se o "Folheto de Lisboa" de Rodrigo Xavier Pereira de Faria e Luís Montês Matoso, com início em 1740, dado existirem suspeitas da produção ter fortes reminiscências do referido "Diário"<sup>184</sup>.

Numa cronologia mais alargada (1720-1750), André Belo complexifica o quadro referido, conforme a figura 14. Ao reportar-se às relações existentes entre redactores de gazetas impressas e manuscritas, introduz mais um pólo actuante (os Teatinos) e faz alusão a Guilherme José de Carvalho Bandeira como autor e difusor de notícias manuscritas<sup>185</sup>.

---

<sup>181</sup> LISBOA, 2002a, 2002b, e 2004; MIRANDA, 2005a e 2005b; e LISBOA e MIRANDA, 2007.

<sup>182</sup> LISBOA, 2002: 19; MIRANDA, 2005: 31-34, 37; LISBOA e MIRANDA, 2007: 311-325.

<sup>183</sup> LISBOA, 2002: 29-30.

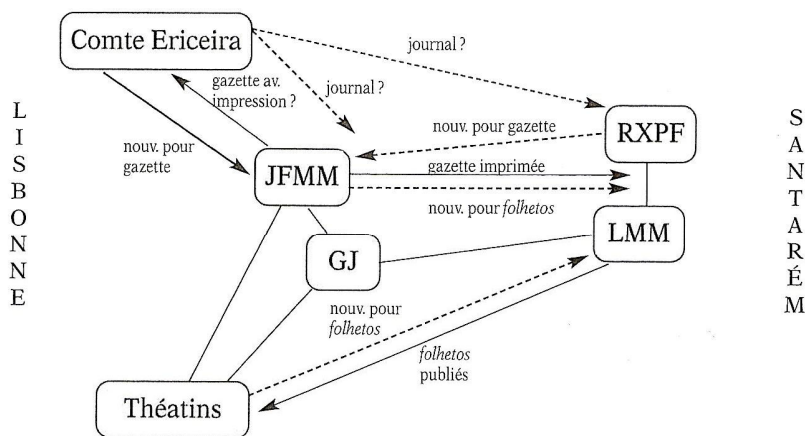
<sup>184</sup> LISBOA, 2002: 19-21; MIRANDA, 2005: 22, 28, e 34-35.

<sup>185</sup> BELO, 2005: 140.

No presente trabalho, o papel dos Teatinos não emerge como um elo a analisar; já o caso de Guilherme José, apesar de se revestir de particularidades assinaláveis, interessa sobretudo por se saber ter colaborado como escrevente de Monterroio, na década de 40, conforme as leituras enunciadas no capítulo anterior.

Do quadro de relações, importa destacar as que se desenvolvem entre os intervenientes na elaboração dos "Diarios" e "Adições".

Figura 14- Relações entre redactores de gazetas impressas e manuscritas em Portugal (1720-1750)<sup>186</sup>



**Legenda:** JFMM - José Freire Monterroio Mascarenhas; GJ - Guilherme José Carvalho Bandeira; LMM - Luís Montês Matoso; RXPF - Rodrigo Xavier Pereira de Faria.

Como figuras centrais, D. Francisco Xavier de Meneses e José Freire de Monterroio sabe-se terem mantido correspondência na década de 20. O envio de notícias da corte e da sua casa para a *Gazeta de Lisboa* seria um dos motivos<sup>187</sup>, além do qual se distingue o caso da apresentação de Monterroio, pelo Conde da Ericeira, para membro da Academia Real de História. A recusa da proposta gera grande indignação no redactor da gazeta impressa, do qual nos chega uma cópia da carta que terá enviado a D. Francisco Xavier de Meneses a agradecer o seu apoio<sup>188</sup>. Nesta, infere-se uma relação cordial que não obsta à crítica feroz que dirige a alguns dos elementos da Academia. A Genealogia, detentora de grande destaque na concepção

<sup>186</sup> Reprodução do diagrama da autoria de André Belo. BELO, 2005: 138.

<sup>187</sup> BELO, 2005: 140.

<sup>188</sup> BPE, CIX/1-4, fl. 146-147v.

da História à época<sup>189</sup>, era um dos principais âmbitos de trabalho desenvolvidos por Monterroio (inclusive para algumas das pessoas que integram a dita Academia), o que provavelmente terá fomentado a sua ira.

Dos muitos correspondentes com quem Monterroio mantém estreitas linhas de comunicação, impõe-se a referência a Rodrigo Xavier Pereira de Faria e a Luís Montês Matoso, que a partir de Santarém desenvolvem o "Folheto de Lisboa".

A intensa troca de notícias por carta, e de papéis de diversas temáticas, estão na génese do processo de produção dos folhetos noticiosos manuscritos. A carta como matéria-prima assume-se, por isso, como um elemento incontornável na análise, muito para além da mera prova da comunicabilidade entre indivíduos. E ainda que o conteúdo seja primordial, a forma, nomeadamente a caligráfica, revela além de presenças de indivíduos, os ritmos de escrita que lhes estão associados e muitas vezes fornece pistas sobre o quadro de intimidades envolvidas, pelo grau de esmero com que possa ser executada.

Numa outra perspectiva, retoma-se a associação de François Moureau acerca da existência de "Gazetas" com privilégio de impressão régia enquanto impulsora de um mercado de folhetos manuscritos, numa dinâmica de complementaridade<sup>190</sup>. Princípio que sublinha a posição de Monterroio, redactor da *Gazeta de Lisboa*, no mapa das referidas relações de correspondência, e através de cujas relações faz circular o seu próprio folheto manuscrito<sup>191</sup>. Aliás, João Luís Lisboa desvenda claramente o papel do redactor da publicação impressa como um dos centros das mencionadas redes de correspondentes<sup>192</sup>.

A carta como elemento nuclear da esfera que origina os diversos papéis noticiosos, pode também assumir a missão do próprio "folheto", a designada "gazeta em forma de carta"<sup>193</sup>. Esta situação remete de imediato para o caso particular do expediente de D. Francisco Xavier de Meneses, no intervalo de 1734-35. Lesado por rumores apostos durante a circulação dos "Diarios", o conde vê-se obrigado a descontinuar a sua publicação. Passa, contudo, a direccionar o mesmo teor noticioso a

---

<sup>189</sup> Temática amplamente arreigada nos trabalhos da Academia Real da História. RÊGO, 2008: 80-87.

<sup>190</sup> MOUREAU, 1993: 118, *apud*, BELO, 2005: 143. LISBOA, 2002: 34-35.

<sup>191</sup> LISBOA, 2002: 25, 30.

<sup>192</sup> LISBOA, 2002: 15, 25-30.

<sup>193</sup> LISBOA, 2002: 23-24; LISBOA e MIRANDA, 2007: 311-325.

quem lhe merece confiança, como é o caso do seu primo Conde de Unhão, não deixando de lhe suplicar o anonimato dos "diários em forma de carta"<sup>194</sup>. As "cartas personalizadas"<sup>195</sup> do Conde da Ericeira ao seu primo desvendam, assim, um importante elo na sua vasta rede de correspondentes. Aliás, o Conde de Unhão tinha uma outra ligação a um dos restantes intervenientes: era padrinho de Rodrigo Xavier Pereira de Faria<sup>196</sup>.

É neste contexto de inter-relações, num maior ou menor grau de proximidade, que acresce um número significativo de anónimos, responsáveis pela execução das cartas e/ou gazetas manuscritas. As identidades gráficas, único rosto dos referidos escreventes, associam-se invariavelmente a núcleos de redes de correspondentes, neste caso a duas "empresas".

Na análise de micro escala a que se submeteu o "Diario" e as "Adições" não se regista qualquer cruzamento de grafias entre os textos de um e outro. Reforça-se, portanto, a tese da presença de duas "empresas" distintas.

O número de códices/anos existentes condiciona, desde logo, uma abordagem mais sistemática para o caso específico das "Adições", cingidas ao triénio de 1736-38. É certo, todavia, que a redacção do folheto de Monterroio subsistiu, pelo menos, ao longo da primeira metade da década de quarenta<sup>197</sup>. No entanto, pelos dados que se dispõe, a comparação gráfica entre as empresas incide, exclusivamente, no intervalo de 1735-1738.

Os conjuntos de cartas de Francisco Xavier de Meneses e José Freire de Monterroio conferem uma visão suplementar, muito embora incontornável na leitura do impacto de determinadas caligrafias/famílias na dinâmica das esferas privada/pública dos redactores do "Diario" e "Adições". O desenvolvimento dos referidos percursos originaram a identificação de novas grafias, paralelamente ao traçar da continuidade/descontinuidade das que foram trabalhadas para o intervalo de 1735-1738.

---

<sup>194</sup> MIRANDA, 2005: 41-42.

<sup>195</sup> LISBOA e MIRANDA, 2007: 311-325.

<sup>196</sup> Facto que permite a hipótese da colecção de folhetos manuscritos de Rodrigo Xavier Pereira de Faria integrar o número mais expressivo de "Diários" do Conde da Ericeira, alguns com notas pessoais dirigidas ao Conde de Unhão. A compra de uma parte do espólio de Pereira de Faria por Frei Manuel do Cenáculo em 1783 parece, assim, sugerir uma relação de proveniência com os exemplares existentes na BPE, conforme foi problematizado por Tiago Miranda. MIRANDA, 2005: 24-27, 40.

<sup>197</sup> Cartas de Monterroio a Rodrigo Xavier Pereira de Faria, BPE, CVIII/1-4.

Na figura 15, o quadro geral das famílias caligráficas do "Diario", na totalidade da sua cronologia (1729-1740), realça a expressividade do intervalo em análise, permitindo uma visão geral das duas linhas de famílias / "empresas".

"Diario"													
A	B	C	D	E	F	Z	X	W	Y		total	nº. famílias por ano	
												fam. pontuais	nº. mínimo de fam.
1729	3					3	8				3		3
1730	5					1	7				3	1	2
1731	15					6	8	6			4		4
1732	24					16		2	1		4	1	3
1733	54					2		1			3	1	2
1734													
1735	1	14	7								3	1	2
1736		31	8		2	1					4	2	2
1737	41	10		4							4	1	3
1738	21	23	1	3							5	2	3
1739	7	25									3		3
1740	1	15				1					3	1	2

"Adições" à Gazeta														
α	β	γ	δ	ε	ζ	η	θ	ι	κ	λ	μ	total	nº. famílias por ano	
													fam. pontuais	nº. mínimo de fam.
1736	18	2							3			3	1	2
1737		2	1	4	2	1	2			1	1	8	4	4
1738	1			1			19	14				4	2	2

**Figura 15-** Quadro comparativo do número de famílias por ano entre os "Diarios" e "Adições".

Legenda:

A relação das famílias por anos inclui o número de folhetos por família para sublinhar a expressividade de cada uma, nos anos a que se reportam.

Num cômputo geral, o total de caligrafias para os anos de 1735-37 do "Diario" do Conde da Ericeira apresenta o número de 10, incluindo 4 variantes. Sendo que, nos 110 folhetos do triênio, 10 exibem mais de uma caligrafia/família. Para as "Adições"(1736-38) contam-se 12 caligrafias, das quais 2 surgem apenas como complementos pontuais. Destacam-se 9 folhetos duplicados de duas caligrafias alternadas, partilhadas, ou em blocos individuais.

É na leitura anual que o número de famílias ganha outra expressividade. Prevalece, no intervalo 1735-1738, um número que oscila entre as três e quatro, com a exceção das oito no ano de 1737 relativas às "Adições". Ritmo que parece manter-se no panorama alargado do "Diario" entre 1729-1740, conforme se verifica na figura nº 15. A diferença entre totais de famílias presentes e a regularidade da sua distribuição anual sugere uma dinâmica que assenta na permanência de algumas famílias, poucas, e a frequente e pontual introdução e/ou rotatividade de outras. Sendo que, no caso do "Diario", as famílias preponderantes incluem variantes significativas, o que poderá implicar um número de indivíduos acrescido. Aliás, a desejada transposição das caligrafias/famílias aos indivíduos/mãos inscreve-se num plano de leitura muito intrincado. Mas, ainda assim, estima-se que à família **A** correspondam entre uma a

duas mãos; à **B**, no mínimo duas e no máximo entre três a quatro mãos; à **C**, **D** e **E**, seguramente uma mão cada; e à **F** possivelmente entre uma a duas mãos, com reservas. No que diz respeito às "Adições", as famílias correspondem, na grande maioria, apenas a uma mão, existindo um maior grau de certeza nos casos das  $\alpha$ ,  $\epsilon$ ,  $\theta$ , e **I**.

### **3.2- Identificação de famílias e variantes**

---

Numa abordagem sucinta, as famílias caligráficas que compõem os cenários de análise do restante trabalho serão agora apresentadas nos seus traços essenciais.

Importa, porém, sublinhar alguns aspectos fundamentais, por ventura já sugeridos ao longo destas páginas. A descrição dos componentes gráficos é manifestamente insuficiente quanto a uma caracterização exaustiva dos elementos existentes e das múltiplas leituras de cada um. Ainda assim, pensa-se constituírem um instrumento válido porque atento aos vários critérios de análise, mesmo que não estejam enunciados em minúcia, como o caso dos ângulos de inclinação, da descrição do módulo, ou até mesmo de um inventário de todas as formas que constituam um marcador. Exaustividade esta só alcançável através de análise em suporte digital, automatização do reconhecimento de caracteres e respectiva caracterização em dados quantificáveis.

Da abordagem qualitativa procurou-se equacionar as lacunas da mesma, bem como avaliar possíveis resultados obtidos de forma quantificável, em relação às questões de fundo do estudo, isto é, aos objectivos delineados. Do balanço favorável ao estudo qualitativo, consolidou-se a ideia de procurar um leque de semelhanças e diferenças em que os pontos de ligação agregassem possibilidades de uma identidade gráfica (família/caligrafia). As fichas analíticas são o registo das principais linhas da teia. A análise parte das características reveladas num folheto (o primeiro) mediante as linhas de análise pré-definidas, e não o inverso. Isto é, o quadro de análise reflecte o objecto representado e o que se pretende "ler", mas não se sobrepõe à diversidade identitária das manchas de texto em análise. Na realidade, trata-se de uma leitura *a posteriori* do processo de identificação, razão pela qual não procura integrar de forma ordenada os itens da metodologia inerente, patentes nas fichas analíticas. Propõe-se

uma breve síntese que permita a leitura dos elementos que estão na base das dinâmicas gráficas que se intentam apreender. Para tal, os quadros que acompanham as descrições complementam o discurso relativamente à expressividade numérica e à distribuição cronológica das duas linhas de famílias. Tudo isto tem como suporte analítico as fichas caligráficas que seguem em anexo.

### 3.2.1- "Diario" (1729-1740)

O processo de identificação ao centrar-se, numa primeira fase, no intervalo de 1735-37, e estendendo-se posteriormente aos restantes anos da cronologia condiciona a apresentação das famílias caligráficas neste mesmo sentido. Assim, é importante realçar que inicia-se a descrição dos elementos que caracterizam as famílias identificadas no ano de 1735, até ao de 1740, altura em que se faz uma inversão na cronologia para analisar os anos de 1729 a 1733.

**Caligrafia A** Sem qualquer folheto no período de 1729-33, surge em 1735 com um único exemplar, e regressa em 1737 com uma presença assinalável (41 folhetos), que se estende aos restantes anos de 1738-40 (29 folhetos). Assiste-lhe uma variante, **Aa**,

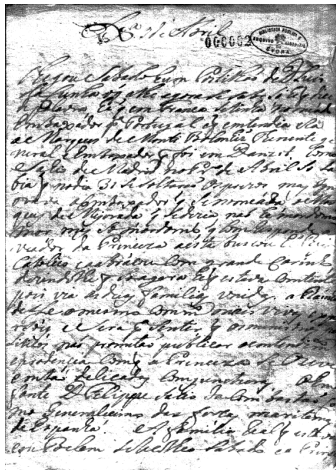


Figura 16- Primeiro folheto da caligrafia A, 1735, nº. 1, fl. 2.

que detém 36 folhetos, metade do total de 71 folhetos da família. A distinção entre ambas reside sobretudo na introdução de um *ductus* atípico na letra "f". Aliás, a provável evolução do *ductus* é

certamente responsável por algumas variações gráficas, sem alterar o seu carácter, no decorrer dos cinco anos da família caligráfica, nomeadamente na configuração da mancha de texto e nos ritmos de escrita.

Como características gerais, define-se num cursivo veloz, em traço largo e fluído, de letra arredondada. Mancha de texto compacta, inicialmente sem margens laterais, e espaçamento entre linhas reduzido. A singularidade de grafemas como o "Al", "f", "h", "P", e sinal de fecho de texto em "8" invertido, é transversal à família e variante.





Figura 17- Variante **Aa**, folheto nº. 94, fl. 189, linha nº. 6.

**Caligrafia B** Integra um total de 218 folhetos, entre 1729-40. É a única que percorre o intervalo da colecção. As três variantes [**Ba**, **Bb**, **Bc**] representam uma parte assinalável, embora pontual, com 32 folhetos para o mesmo período.

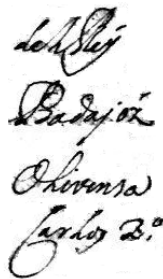
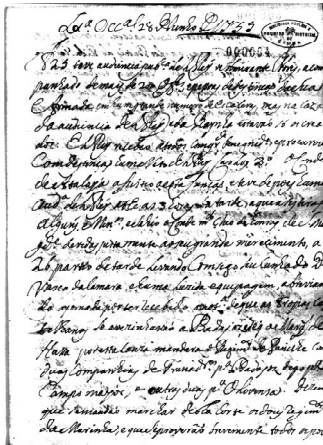


Figura 18- Primeiro folheto da caligrafia B, 1735, nº. 2, fl. 4.

No intervalo de 1735-37, **B** caracteriza-se por um traço cursivo fluído embora num *ductus* contido, expresso na proporção e morfologia da letra: média a pequena, em contraste anguloso e curvilíneo. Entre 1738-1740 o ritmo de escrita intensifica-se e o nível de esmero diminui

mantendo-se, todavia, o traço fino. Neste caso, os dois períodos contrastam, no entanto, com o primeiro (1729-1733),

marcado pelo traço e movimento largo, o que denuncia o uso de uma pena com este tipo de corte. O impacto na mancha de texto é notável e sugere uma outra "mão". Ainda assim, a comparação da morfologia e *ductus* deste intervalo com o de 1738-1740 apontam para um elevado grau de proximidade. Além disso, os factores controversos da dimensão/proporção do traço podem ser explicados pela escolha do tipo de pena, como é amplamente referido nos manuais de caligrafia da época<sup>198</sup>. A opção pelo corte largo da pena foi aliás, uma tendência que perdurou na Península Ibérica, num período em que as linhas finas dominavam já os manuais europeus, exigindo cortes de pena mais esguios<sup>199</sup>.

Recentrando as atenções no intervalo de 1735-37, destaca-se a coexistência heterogénea de um *ductus* coeso, o que induziu a formulação de variantes gráficas.

As variantes parecem surgir como formas de adaptação, a um tipo de pena [**Ba**], a um modelo caligráfico mais esmerado [**Bb**], e à natural evolução do *ductus* através da introdução e reformulação de formas gráficas [**Bc**].

<sup>198</sup> FIGUEIREDO, 1722.

<sup>199</sup> MARTÍNEZ, 2003-2004.

*Parvina: dentro em breve esta por q.º e famoso Archimede*

Figura 19- Variante **Ba**, folheto nº. 6, fl. 12, linha nº.8.

*Como El Rey mandou a o foy de guerra pedir logo a*

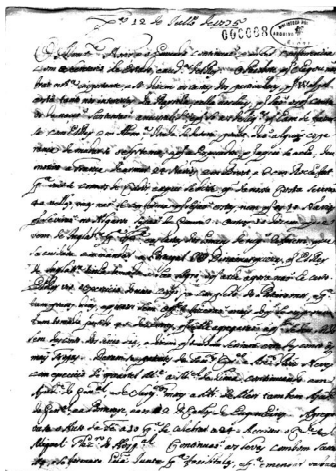
Figura 20- Variante **Bb**, folheto nº. 7, fl. 14, linha nº.2.

*A jornada da Pinça de Belém feita por cer*

Figura 21- Variante **Bc**, folheto nº. 61, fl. 123, linha nº.3.

### Caligrafia C

O total de 16 folhetos para a cronologia de 1729-40 enuncia, à partida,



a pouca expressividade da família. Na realidade, centra-se sobretudo nos anos de 1735, 1736 e 1738, estando ausente em 1729-33, 1737, e 1739-40.

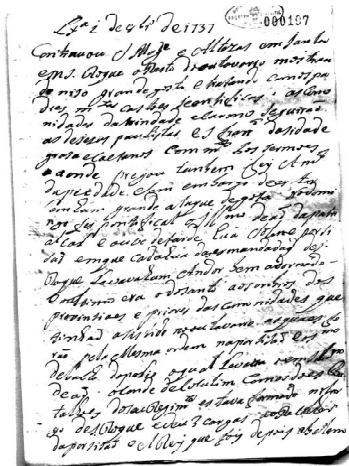
De traço fino e contido, formas arredondadas e proporções num equilíbrio constante. Mancha de texto com espaçamentos largos, em que as minúsculas formam uma linha estreita, pontuada por hastes e/ou caudas curvilíneas.

Figura 22- Primeiro folheto da caligrafia C, 1735, nº. 4, fl. 8.

A regularidade dos vários elementos analisados na família é notável, e o elevado nível de esmero raramente é comprometido, mesmo face às variáveis pena, tinta e velocidade/ritmo de escrita. A clareza dos movimentos mecânicos contidos transparece, muito embora o jogo de contrastes não seja acentuado.

A partilha de um folheto, numa nota final, com uma outra família [**B**] testemunha a proximidade/coexistência entre uma caligrafia pontual [**C**] e outra dominante [**B**], factor relevante nas leituras acerca dos processos de produção. O sinal de fecho de texto é muito raro, e quando surge segue o modelo mais simples em uso, nomeadamente pela família [**B**].

**Caligrafia D** A presença muito pontual da família, restrita aos anos de 1737-38, com 7 exemplares, e aliada à partilha recorrente dos folhetos com outras caligrafias de

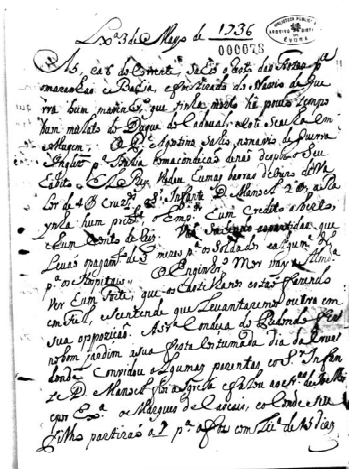


*J. Moje*  
*da trindade*  
*J. Moje da trindade*

Figura 23- Primeiro rosto do folheto da caligrafia D, 1737, n.º 97, fl. 197.

maior expressividade, relegam-na a um papel quase que subalterno. Aliás, apenas os dois últimos folhetos têm a sua "mão" como exclusiva. Traço fino de corpo simples, não fluído, em linha de texto muito irregular. Proporções na relação maiúsculas/ minúsculas de equilíbrio questionável, uma vez que a mancha de texto é marcada pelo "d" com haste longa, desenvolvida à esquerda, num módulo que excede a maioria das maiúsculas.

**Caligrafia E** Presente apenas em 2 folhetos de 1736, ambos partilhados com a família B, revela um traço pouco fluído e de contraste acentuado, com uma clara



*Le Roy*  
*de Luz*  
*o Marquis*

Figura 24- Primeiro folheto da caligrafia E, 1736, n.º 39, fl. 78.

preocupação no desenho das formas, curvilíneas e muito ornamentais. *Ductus* com um nível de rapidez muito reduzido, no qual a cursividade não esconde a orientação no traçar e nas formas de algumas letras veiculadas nos manuais à época. Além do caso das maiúsculas que é mais evidente, a minúscula "f" surge em morfologias diferentes, presas aos modelos de aprendizagem, denunciando um

nível de escrita pessoal ainda em processo.

**Caligrafia F**

De presença contínua entre 1736 e 1740, é também uma das

famílias pontuais que partilha folhetos com caligrafias dominantes (neste caso em 6

exemplares de um total de 11).

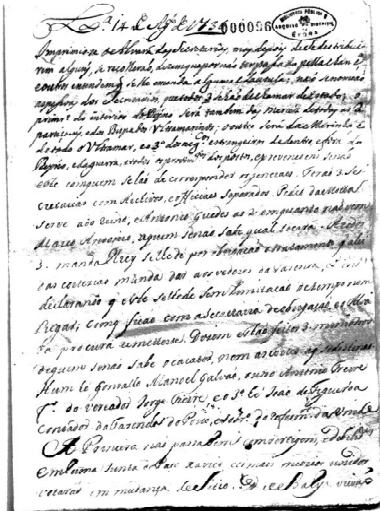


Figura 25- Primeiro folheto da caligrafia F, 1736, nº. 48, fl. 96.

De letra média, redonda, com traço

muito definido e de contrastes

marcados, apresenta um nível de

esmero elaborado, na nitidez e

desenho das formas que se deteriora

conforme aumenta o ritmo de escrita. O

desvanecer do nível de esmero é, aliás, um dos factores

que separa alguns dos folhetos que aparentemente

parecem divergir dos primeiros. A existência de alguns

elementos de continuidade ditaram a integração nesta família, muito embora se

ressalve o facto desta unidade caligráfica ser a que induz a mais incertezas.

CIV/1-7d			CIV/1-8d		
1735	1736	1737	1738	1739	1740
1 A	7 C	8 Bc	1 A	2 B	8 B
2 B	2 Ba	1 A	1 D/A	1 Ba	1 Ba
2 C	2 B	1 Bc	5 Aa	3 B	2 B
1 Ba	1 Bb	8 A	1 Aa/F?	1 F	1 A
1 Bb	1 B	1 A/Bc	2 Aa	1 B	1 B/F
3 B	1 Ba	12 A	1 D	2 F	2 B
5 Ba	3 B	1 A/D/A	4 Aa	2 B	1 Bb
1 B	1 E/B	2 Aa	1 D	1 Ba	
3 C	1 B	1 Aa/D/F?	1 C	1 A	
1 C/B	1 B/E/B	1 D/Aa	5 Aa	3 B	
1 C	1 Bb	1 A	4 B	1 Aa	
	3 B	4 Aa	1 Ba	1 B	
	1 Bb	1 Aa/D	7 B	1 Aa	
	1 B	2 Aa	1 A	1 F/Aa?	
	1 B/F	1 A	1 B	1 B	
	9 B	1 Aa/F	1 A	1 A	
	1 Bc	2 Aa	7 B	1 Aa	
	1 C	1 A	1 F	1 F	
	1 B	1 Aa	3 B	1 A	
				1 B	
				1 Ba/Bd	
				8 B	

Figura 26- "Diarios" I (1735-1740). Sequência cronológica das ocorrências caligráficas, por ano, em cada códice

Legenda das figuras 26 e 27: O valor que antecede a caligrafia/família expressa o nº. de folhetos a que corresponde. Os registos a negrito representam as ocorrências com apenas 1 exemplar, e os assinalados a cinza remetem para um número sequencial superior a 5. A sequência dos registos assinala os ritmos de alteração/mudança das caligrafias.

Perante a descrição do primeiro grupo de caligrafias/famílias (1735-1740) impõe-se uma breve leitura das suas formas de distribuição cronológica. A figura 26

CIV/1-5d			CIV/1-6d								
1729	1	X	1731	2	B	1732	1	W	1733	3	B
	1	B		1	X		4	Z		1	Za
	3	X		1	B		2	Za		1	W
	2	B		1	X		2	B		8	B
	1	Z		1	Z		2	Z		1	Bb
	1	X		1	B		2	B		12	B
	1	Z		2	X		1	Z		1	Bb
	1	X		1	B		1	X		21	B
	1	Z		3	X		1	Z		1	Za
	1	X		2	B		1	B		7	B
	2	X		2	Wa		1	Z			
				1	B		5	B			
1730	3	X		3	W		1	Z			
	1	Z		1	Z		6	B			
	3	X		6	B		2	Z			
	4	B		1	W		1	Y			
	1	X		1	X		1	Z/Wa			
	1	B		3	Z		1	B			
				1	B		1	Z			
				1	Z		6	B			
							1	B			

demonstra, desde logo, um ritmo acentuado na sucessão de caligrafias, numa dinâmica onde coexistem registos de folhetos partilhados, por famílias distintas, com blocos de folhetos da mesma família. Ainda assim, a sequência predominante é apenas de um folheto, intercalando famílias diferentes.

Figura 27- "Diarios" II (1729-1733). Sequência cronológica das ocorrências caligráficas, por ano, em cada códice

**Caligrafias W, X, Y, Z** A abordagem das famílias relativas ao período de 1729-33 centra-se numa apreciação mais genérica. Ao ser alvo de análise menos exaustiva, a identificação depara-se com factores de ruído difíceis de ultrapassar. Se o período final de 1738-40 representa a continuidade do intervalo sob escrutínio (1735-1737), facilitando assim a identificação de famílias por correspondência com as anteriores, os anos iniciais encontram-se desprovidos, em grande parte, dos mesmos pontos de ligação.

	B	Z	X	W	Y
1729	3	3	8	_____	_____
1730	5	1	7	_____	_____
1731	15	6	8	6	_____
1732	24	16	1	2	1
1733	54	2	_____	1	_____

Figura 28- Número de folhetos por ano.

A caligrafia **W** preenche pontualmente os anos de 1731 a 1733 com o reduzido número de 9 folhetos, 3 dos quais assinalados como variante **Wa**. Das famílias com menor expressão, acresce à **W** a caligrafia **Y**. Tem apenas um único exemplar que sublinha a singularidade do conteúdo, no contexto do restante universo de manuscritos. No cabeçalho lê-se "*Madrid 24 de Outubro de 1732*"<sup>200</sup> e para além do local, também as informações que compõem o folheto são relativas apenas à corte do reino vizinho<sup>201</sup>. A caligrafia **Y**, com um *ductus* distintivo pelo traço fino, muito contido, em letra pequena de proporções equilibradas, não volta a figurar na colecção.

<sup>200</sup> BPE, CIV/1-6d, fl. 124.

<sup>201</sup> LISBOA; MIRANDA; OLIVAL, 2005: 163.

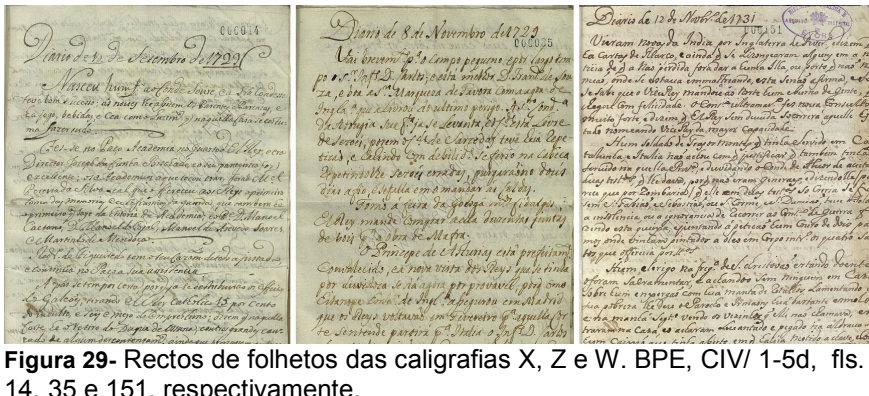


Figura 29- Rectos de folhetos das caligrafias X, Z e W. BPE, CIV/ 1-5d, fls. 14, 35 e 151, respectivamente.

Entre as famílias de maior predomínio, além da já referida **B**, destacam-se as caligrafias **X** e **Z**. A primeira marca presença de 1729 a

1732, com um total de

24 exemplares, e a segunda abarca inteiramente o intervalo de 1729-33, com 28 folhetos. A intensidade/volume de produção é no entanto inversa. Enquanto que em **X** se verifica um número regular nos primeiros três anos, decrescendo de forma drástica no último, em **Z**, apesar da continuidade, a produção é irregular. Apresente números baixos, à excepção de dois anos (1731-32) com um valor muito elevado.

Em ambos os casos, as caligrafias revelam grande preocupação com a nitidez da mancha de texto, ao regular os espaçamentos entre linhas. Neste sentido, a **Z** recorre ao contraste marcado (linhas cheias/finas) e a movimentos largos que resultam num tamanho de letra médio. A caligrafia **X** caracteriza-se por um traço fino contido e sem contraste, com movimentos pontuais mais largos para destaque de maiúsculas ou minúsculas em início de linha.



### 3.2.2- "Adições" (1736-1738)

**Caligrafia α** Nos 19 folhetos a que se reporta, o *ductus* é facilmente identificado pelo traço fluído e fino, muito inclinado à direita, numa mancha de texto compacta. Formam um bloco quase contínuo de

Figura 30- Primeiro folheto da caligrafia α, 1736, n.º 1, fl. 1.

18 exemplares que inicia o ano de 1736, surgindo posteriormente em 1738 com

um folheto. Os três primeiros incluem uma outra família  $\kappa$ , com a qual se acrescenta informação "de última hora", como o nome de um destinatário.

Como particularidade, note-se o cuidado singular no aproveitamento de papel. Dois folhetos apresentam o segundo fólio cortado pela metade, e dos 19 apenas um tem o segundo fólio totalmente em branco. Os últimos 10 integram 5 folhetos constituídos apenas por um fólio, preenchido na totalidade, frente e verso.

**Caligrafia  $\beta$**  Surge unicamente com 2 folhetos em 1736, interrompendo um longo

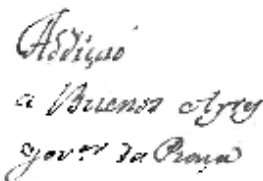
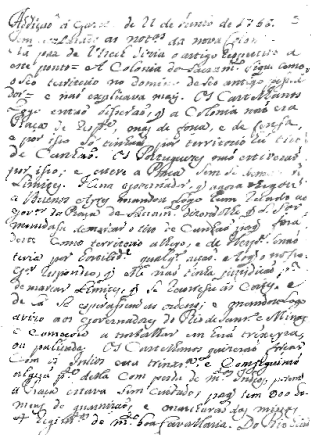


Figura 31- Primeiro folheto da caligrafia  $\beta$ , 1736, nº. 4, fl. 6.

bloco da família  $\alpha$ . Conjuga um traço fluído e largo, e outro mais fino, estabelecendo-se de forma por vezes irregular na linha de texto.

Caracteriza-se pela letra de média dimensão, em traço arredondado nas maiúsculas e mais anguloso nas minúsculas. A morfologia de algumas letras, nomeadamente o "A" e o "N", têm afinidades com  $\alpha$  embora a especificidade do *ductus* seja, desde logo,

evidente na própria mancha de texto. O segundo folheto denota uma ligeira alteração na espessura do traço, provavelmente por um manuseamento diferenciado da pena.

**Caligrafia  $\gamma$**  Presente apenas em dois folhetos no ano 1737. Apesar de não

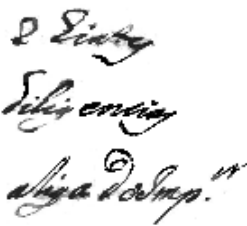
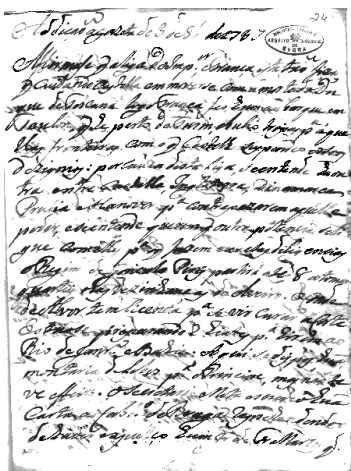


Figura 32- Primeiro folheto da caligrafia  $\gamma$ , 1737, nº. 21, fl. 39.

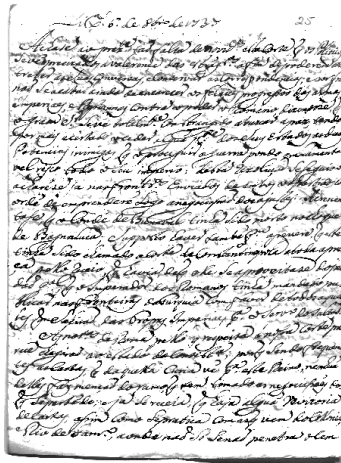
partilhar a execução com outra família, no segundo folheto, o cabeçalho não inclui o ano, o qual é acrescentado num *ductus* e tinta diferente, próximo da caligrafia  $\theta$ .

Caracteriza-se pelo traço largo e fluído, com um nível de proporção entre letras/palavras pouco equilibrado, marcado pela gradação abrupta na quantidade de tinta aplicada, num grau de esmero muito

reduzido e de execução veloz. O último exemplar é favorecido pelo uso de tinta mais

esbatida, mas mantém a afluência em excesso, indício do manuseamento e/ou tipo de pena.

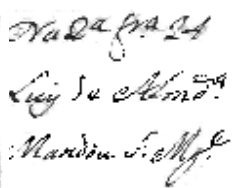
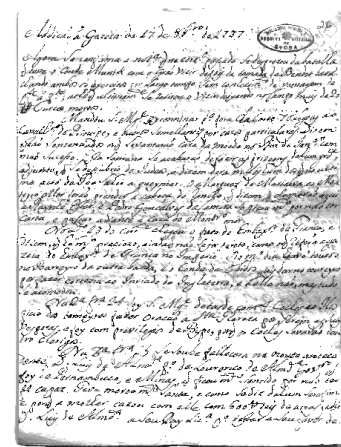
**Caligrafia δ** Com um único folheto em 1737, sobressai pela mancha de texto



**Figura 33-** Único folheto da caligrafia δ, 1737, nº. 22, fl. 41.

compacta, de letra pequena e angulosa com caudas muito desenvolvidas, num movimento apertado e de traço muito fluído e fino. A particularidade reside no cabeçalho breve que substitui a fórmula corrente "Adição à Gazeta" pela abreviatura da cidade, numa tonalidade de tinta mais clara que sugere ter sido escrito em momento diferente do restante folheto, embora pertença à mesma "mão".

**Caligrafia ε** Dos 5 folhetos existentes, quatro são de 1737 e um de 1738.



**Figura 34-** Primeiro folheto da caligrafia ε, 1737, nº. 23, fl. 43.

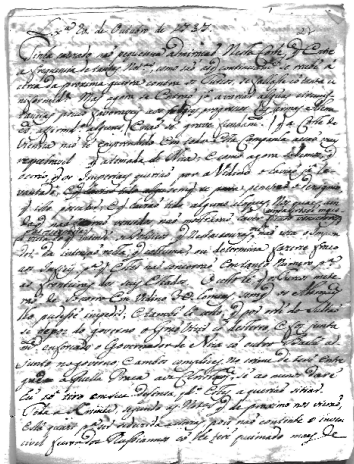
Caracteriza-se pela letra arredondada, pequena e apertada. Traço fino, sem longas hastes ou caudas. Maiúsculas, na maioria, muito contidas e proporcionais às restantes. Manchas de texto marcadas por largas entradas de parágrafo, e pela discreta ornamentação através de alguns movimentos elaborados, como caso dos

"d/D".

Nesta família encontram-se dois fólhos anexos com "mãos" muito distintas [λ, θ/μ], relativas a informação adicional que por falta de espaço seguem apenas à estrutura convencional.



**Caligrafia ζ**

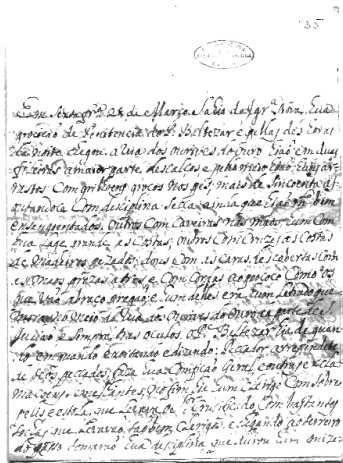


**Figura 35-** Primeiro folheto da caligrafia ζ, 1737, nº. 24, fl. 45.

Os únicos dois folhetos em 1737 indicam um traço fino e contido em contraste moderado. De letra pequena com hastes e caudas desenvolvidas e espaçamento entre linhas regular que conferem nitidez à mancha de texto, não obstante as várias "chamadas" e/ou rasuras. No segundo folheto, as variações centram-se no tamanho da letra, ligeiramente maior, no traço mais largo e menor movimento de mão mais solto, sendo manifesta a continuidade gráfica.

1736		3	α/k	1738		1	ε
	2		β		2		θ
	15		α		1		ι
					1		θ/ι/θ
1737	1		γ		1		θ
	1		δ		1		α
	1		ε		1		ι
	1		ζ		1		θ
	1		γ/θ		1		ι
	1		ε		1		θ/ι
	1		λ		1		ι
	1		ζ		4		θ
	2		ε		1		ι
	1		θ/μ		2		θ
	1		η		2		ι
					2		θ
					1		ι
					1		θ
					1		θ/ι
					1		ι
					1		θ
					3		ι
					1		θ

**Caligrafia η**



**Figura 36-** Único folheto da caligrafia η, 1737, nº. 30, fl. 60.

Único folheto que integra o ano de 1737. Letra de tamanho médio, de traço largo com contraste acentuado, revela formas muito redondas em movimentos soltos. Desenho cuidado de letras e palavras, sem pormenores ornamentais, numa mancha de texto compacta, resultando numa proporção que sugere afinidades com outra tipologia corrente: a carta. Aliás, a configuração do cabeçalho pouco se aproxima do formato mais ou menos seguido pelos restantes.

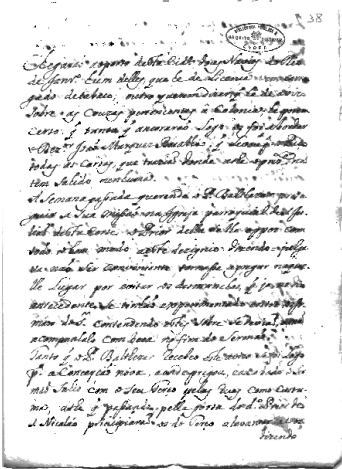
**Figura 37-** "Adições": Sequência cronológica das ocorrências caligráficas, por ano.

**Legenda:** O valor que antecede a caligrafia expressa o nº. de folhetos a que corresponde. Os registos a negrito representam as ocorrências com apenas 1 exemplar, e os assinalados a cinza remetem para um número sequencial superior a 5.

### Caligrafia $\theta$

Aos 20 folhetos do ano 1738 acresce em 1737 um anexo à família  $\epsilon$ , bem como uma breve anotação (data) num cabeçalho de  $\gamma$ , não contabilizada no total.

Corresponde a uma única "mão", identificada com Rodrigo Xavier Pereira de Faria, processo explorado no capítulo 2.



*Dez. 21. João Marques  
na Ajuda parayual  
abite designio de arde*

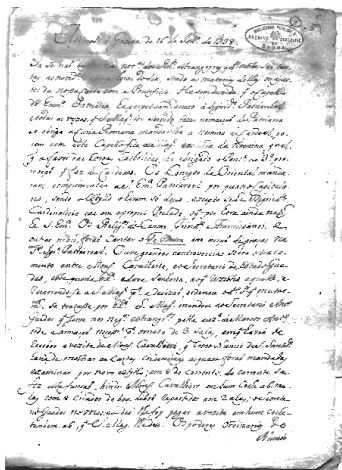
Figura 38- Primeiro folheto da caligrafia  $\theta$ , 1738, n.º 33, fl. 66.

Letra de tamanho médio, arredondada, de traço fluído com algum contraste, e relação maiúsculas/minúsculas em proporções equilibradas, factores que conferem uma grande nitidez e um nível de esmero elevado.

A caligrafia distingue-se, desde logo, pelo enquadramento textual que orienta regularmente todos os exemplares. E apesar das variações, o cabeçalho é um elemento central em  $\theta$ , com a fórmula: designação do folheto, ou local, e/ou data. Reparte 3 folhetos com a família  $\iota$  o que, dada a "familiaridade" gráfica entre ambas, pode não ser perceptível numa primeira leitura. Caso que será analisado em pormenor no capítulo 4.

### Caligrafia $\iota$

Dispõe de 15 folhetos, todos do ano 1738, e identifica-se como



*Pe. Luí Montês Matoso  
Oz porden  
porden do Fevereiro*

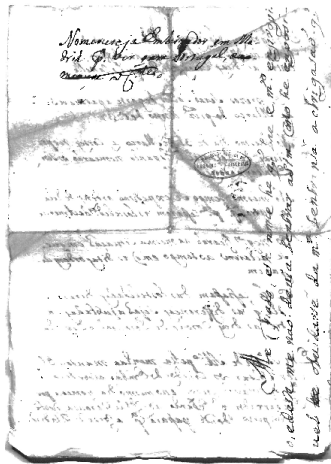
Figura 39- Primeiro folheto da caligrafia  $\iota$ , 1738, n.º 34, fl. 67.

"mão" do Pe. Luís Montês Matoso [ver capítulo 2].

Num enquadramento da mancha de texto nos mesmos parâmetros de  $\theta$ , apresenta um traço fino e contido, pontuado pelo desenvolvimento de hastes e caudas de linhas onduladas, as quais invadem parte da margem esquerda como prolongamento ornamental.

Uma das particularidades reside no frequente recurso a reclamos em todas as mudanças de fólio, situação inexistente nas restantes famílias. A outra, no facto de integrar o que seria um rascunho de folheto como exemplar viável da colecção, como é o caso do n.º. 56 de "Santarem Sabbado 8 de Fevereiro de 1738".

### Caligrafias $\kappa$ , $\lambda$ , $\mu$



Tray Bem de al. f. 59  
Depachos de Camar\u00e1  
Me (Trado)

**Figura 40-** Verso do f\u00f3lio 59, anexo ao folheto n\u00b0 29, com as caligrafias  $\theta$  e  $\mu$ . Os pormenores acima pertencem a  $\kappa$ ,  $\lambda$  e  $\mu$ , respectivamente.

Desempenham um papel muito pontual. No primeiro caso [ $\kappa$ ] trata-se da inclus\u00e3o de notas finais em 3 folhetos consecutivos pertencentes \u00e0 caligrafia  $\alpha$ : indica\u00e7\u00e3o do destinat\u00e1rio, e informa\u00e7\u00e3o proveniente de cartas recebidas entretanto. No segundo [ $\lambda$ ], com uma \u00fanica ocorr\u00eancia, encontra-se um bif\u00f3lio com o rascunho/borrador de um "Despacho de canones" no recto, com os restantes f\u00f3lios em branco. Por \u00faltimo, [ $\mu$ ] surge como

grafia alheia \u00e0 produ\u00e7\u00e3o das "Adi\u00e7\u00f5es", na medida em que resulta do aproveitamento de papel com prop\u00f3sitos distintos, facto que se infere tamb\u00e9m pela orienta\u00e7\u00e3o da escrita, o que prefigura uma tipologia de manuscrito que n\u00e3o a dos folhetos.

### 3.3- A grafia e as sequ\u00eancias gr\u00e1ficas: um espa\u00e7o de leitura

Da exposi\u00e7\u00e3o descritiva anterior resulta a identifica\u00e7\u00e3o de situa\u00e7\u00f5es chave que permitem formular algumas hip\u00f3teses sobre a produ\u00e7\u00e3o destes textos. O n\u00famero e a sequ\u00eancia das caligrafias/fam\u00edlias s\u00e3o um primeiro indicador, em articula\u00e7\u00e3o com o poss\u00edvel n\u00famero de "m\u00e3os" que encerram.

Na aus\u00eancia de uma an\u00e1lise codicol\u00f3gica dos manuscritos, as anota\u00e7\u00f5es acerca da materialidade da escrita, nomeadamente dos seus ritmos, apontam para alguns factores muito relevantes. O n\u00edvel de esmero e a qualidade dos materiais de escrita, aliados \u00e0 configura\u00e7\u00e3o da mancha de texto e \u00e0 const\u00e2ncia das caligrafias na mesma, preconizam uma clara leitura das oscila\u00e7\u00f5es nos padr\u00f5es de execu\u00e7\u00e3o<sup>202</sup>.

<sup>202</sup> A an\u00e1lise de pormenor das principais ocorr\u00eancias \u00e9 feita no cap\u00edtulo 4.

No "Diario", o intervalo de 1735-37 manifesta, curiosamente, a mesma dinâmica que percorre a cronologia da colecção (1729-40), isto é, a presença constante de duas famílias, assistidas por outras quatro de forma irregular e/ou pontual.

92	187	A / D / A
93	189	Aa
94	193	
95	195	Aa / D / F?
96	197	D / Aa
97	199	A
98	202	
99	204	Aa
100	206	
101	208	
102	210	Aa / D
103	212	Aa
104	214	

**Figura 41-** Corte da sequência de 1737.

Legenda: a primeira coluna indica o nº do folheto e a segunda o nº dos fólhos.

A aparente simetria não deve, todavia, camuflar os significados ambíguos dos números. Note-se o impacto que a correspondência do número de famílias para um possível número de mãos pode ter, em leituras mais intrincadas. Como exemplo das implicações em questão, parte-se da possibilidade da caligrafia **A** integrar duas mãos, ou uma, com alterações recorrentes.

Na incerteza do exacto número de mãos, como ler a sequência gráfica entre **A** e a variante **Aa**? Desde logo, esta variante só ocorre a partir de 1737 e em 1739 já é residual. São mais frequentes os blocos de tempo/folhetos em que é registável no primeiro ano citado.

Os folhetos partilhados que são frequentes em 1737 correspondem a importantes pistas explicativas para ponderar a relação entre família, variante e mão. Analise-se a figura 41. Considerando que entre 27 de Agosto e 19 de Novembro de 1737 (fls. 187-215), se assinalou a presença de mais do que uma grafia num só folheto, e inclusive de três (Aa, D e F) para um único exemplar, e que se trata de um bifólio, podemos questionar o verdadeiro significado da família. Perante tal diversidade de intervenções sobre o suporte será que não se deverá fazer equivaler família a mão? Neste contexto, ainda fará sentido falar em variantes? Sobre esta temática ainda há hipóteses a explorar mediante o caso complexo da família e variantes de **B** a desenvolver no capítulo 4.

Retomam-se as ocorrências de folhetos partilhados. Quando se comparam os "Diarios" e as "Adições", a multigrafia de folhetos singulares é muito superior nos primeiros. Há uma incidência notória no período de 1735 a 1740, com 15 folhetos. No entanto, ao contrapor este intervalo ao de 1729-33, verifica-se a existência de um único exemplar partilhado, no ano de 1732 (folheto nº 45, fl. 126), com as caligrafias **Z** e **Wa**. No caso das "Adições", contabilizam-se 8.

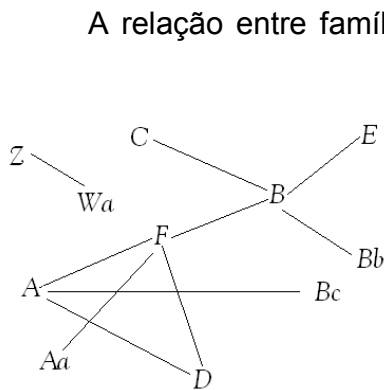
Considere-se, todavia, a natureza da partilha gráfica. Haverá que distinguir três situações diferentes. Uma delas corresponde ao intercalar de texto com várias linhas na sequência normal do fluxo de escrita. Outra, ao acréscimo de informação pouco tempo após o final da redacção. Obviamente equivale a notas no *terminus* do corpo de texto. Por fim, casos há em que as grafias secundárias ou são alheias ao processo de produção ou são anotações coevas ou eventualmente posteriores.

Mediante a figura 42 que segue a baixo, onde se exclui o primeiro códice dos "Diarios" (1729-31) e o ano de 1733 do segundo, por não terem qualquer situação afim, exploram-se as três tipologias acima enunciadas, nos "Diarios" e "Adições".

CIV/1-6d			CIV/1-7d			CIV/1-8d			CIV/1-24d																		
1732	1	W	1735	1	A	1736	7	C	1737	8	Bc	1738	1	A	1739	2	B	1740	8	B	1736	3	α/κ	1738	1	ε	
	4	Z		2	B		2	Ba		1	A		1	D/A		1	Ba		1	Ba		2	θ		2	θ	
	2	Za		2	C		2	B		1	Bc		5	Aa		3	B		2	B		15	α		1	ι	
	2	B		1	Ba		1	Bb		8	A		1	Aa/F?		1	F		1	A		1	θ/ι/θ		1	θ	
	2	Z		1	Bb		1	B		1	A/Bc		2	Aa		1	B		1	B/F		1737	1	γ		1	θ
	2	B		3	B		1	Ba		12	A		1	D		2	F		2	B		1	δ		1	α	
	1	Z		5	Ba		3	B		1	A/D/A		4	Aa		2	B		1	A		1	ε		1	ι	
	1	X		1	B		1	E/B		2	Aa		1	D		1	Ba		1	Ba		1	ζ		1	θ	
	1	Z		3	C		1	B		1	Aa/D/F?		1	C		1	A		1	A		1	γ/θ		1	ι	
	1	B		1	C/B		1	B/E/B		1	D/Aa		5	Aa		3	B		1	Aa		1	ε		1	θ/ι	
	1	Z		1	C		1	Bb		1	A		4	B		1	Aa		1	Aa		1	λ		1	ι	
	5	B					3	B		4	Aa		1	Ba		1	B		1	B		1	ζ		4	θ	
	1	Z					1	Bb		1	Aa/D		7	B		1	Aa		1	Aa		2	ε		1	ι	
	6	B					1	B		2	Aa		1	A		1	F/Aa?		1	F/Aa?		1	θ/μ		2	θ	
	2	Z					1	B/F		1	A		1	B		1	B		1	B		1	η		2	ι	
	1	Y					9	B		1	Aa/F		1	A		1	A		1	A					1	θ	
	1	Z/Wa					1	Bc		2	Aa		7	B		1	Aa		1	Aa					2	θ	
	1	B					1	C		1	A		1	F		1	F		1	F					1	ι	
	1	Z					1	B		1	Aa		3	B		1	A		1	A					1	θ/ι	
	6	B														1	B		1	B					1	ι	
	1	B														1	Ba/Bd		1	Ba/Bd					1	θ	
																8	B		8	B					1	ι	
																									1	θ	
																									3	ι	
																									1	θ	

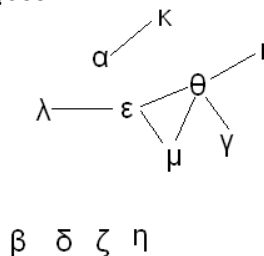
**Figura 42-** Sequências dos anos do "Diario" e "Adições" que integram folhetos com partilha gráfica. Legenda: O valor que antecede a caligrafia expressa o nº. de folhetos a que corresponde. Os registos a negro representam as ocorrências com apenas 1 exemplar, e os assinalados a cinza remetem para um número sequencial superior a 5.

As ocorrências dominantes remetem-se à partilha intercalada no processo de redacção, o que permite uma abordagem às relações de proximidade entre famílias. O momento de interrupção é variável, mas dá-se sobretudo nos versos e fólho interiores. O caso mais relevante de mudança de grafia no recto é o do folheto nº 48, fl. 96, no ano de 1736, entre as famílias **B** e **F**.



Ba W Y X Za

**Figura 43-** Relações entre famílias com partilha gráfica nos "Diários" e "Adições".



A relação entre famílias que partilham o mesmo exemplar revela a prevalência de uma grafia dominante aliada a outra residual. Nos "Diários", há um único caso de alternância entre duas famílias de destaque, a **A** e **B**, através da variante **Bc**. Situação análoga ao único folheto do intervalo 1729-1733, em que a família de maior expressão (**Z**) se conjuga com outra menos frequente (**Wa**). Pelo contrário, nas "Adições", a incidência do intercalar de grafias dá-se entre duas famílias dominantes, **θ** e **ι**, sendo inexistente qualquer outro exemplo no demais universo das caligrafias adjacentes.

As famílias pontuais, ainda que possam assumir algum relevo, como é o caso da **C**, remetem para situações de excepção, e por isso, desempenham um papel intercalar na composição do texto.

A singularidade de **C**, que com uma presença regular entre 1735-36 inclui dois blocos, situa-a num limbo entre as famílias residuais e as dominantes. Tendo um único folheto partilhado, resultante do acrescento final de informação. Situação semelhante à **α**, que surge em blocos no ano de 1736, partilhando nas mesmas condições, os primeiros três folhetos com **κ**.

Os acrescentos sobre a redacção apontam para a conjugação de vários tempos no processo de escrita, a que correspondem distintas intervenções. Nas "Adições", o processo parece ser especialmente controverso. Se o intercalar de texto é limitado a **θ** e **ι**, e os acrescentos finais a **α** e **κ**, emergem dois outros casos muito distintos: o complementar de folhetos com anexos de grafias independentes, e a aposição gráfica pontual, muito subsequente à produção manuscrita original.

Dois folhetos de **ε** (n.<sup>os</sup> 26 e 29) anexam aos bifólios da redacção, um bifólio e um fólio rasgado. O primeiro anexo, escrito em rascunho por **λ** no recto, relativo a um despacho de cânones, apresenta os restantes fólios em branco. No caso do anexo em fólio único, trata-se de uma relação de artigos acerca de diferendos entre as coroas de Portugal e Castela, num nível de esmero moderado e num enquadramento de texto

muito regular pela caligrafia **θ**. Esta última, no verso, além de ter uma breve observação em rascunho pela mesma mão (acerca da notícia da nomeação de um embaixador em Madrid para Portugal), manifesta tratar-se de uma forma de aproveitamento de papel. Como se sabe? Por incluir, numa outra orientação do suporte, três linhas por uma grafia desconhecida no restante universo das "Adições" (**μ**). A natureza do conteúdo pode, no entanto, sugerir um possível motivo para o aparecimento abrupto de um fólio com grafias não presentes nas cronologias antecedentes, e, no caso de **μ**, em quaisquer das posteriores<sup>203</sup>. A caligrafia **θ** identifica-se com Rodrigo Xavier Pereira de Faria, assíduo correspondente de José Freire de Monterroio. Como se viu, este último era muito empenhado, para além da troca de acontecimentos noticiosos, nas mais variadas informações da ascendência de indivíduos para efeitos de confirmação de limpeza de sangue<sup>204</sup>. Poderá este ser um motivo para a (re)utilização de um "papel", que ao circular na correspondência, passa a anexo de um determinado folheto? É uma hipótese.

Quanto à aposição gráfica muito posterior ao momento de produção, encontra-se apenas um caso, o folheto nº 25. O cabeçalho, pela mão de **γ**, inicialmente sem ano, sofre o respectivo acrescento pela família **θ**.

Mediante o anterior enunciar das principais relações de partilha gráfica de folhetos, verifica-se que **θ** é o maior ponto de conexão nas "Adições", com um leque de níveis que apenas exclui a vertente do texto interpolado no processo de redacção. Relativamente ao "Diario", o ritmo estava centrado na articulação entre famílias dominantes e residuais. As últimas envolvem-se numa teia de ligações que quase induzem em erro quanto à sua verdadeira expressividade no restante universo. Apesar da figura 43 evidenciar as fortes relações de famílias pontuais em especial com a caligrafia dominante **A**, é através da figura 44 que se perspectiva o impacto das mesmas, relegadas a uma clara marginalidade.

---

<sup>203</sup> «He criado, este nome he que lhe e muito enpropio, e deste me não devia lenbrar asim como he enposivel [riscado "he"] olvidarse da minha lenbransa a obrigação que [...]» BPE, Adições, cód. CIV/ 1-24d, fl. 59v.

<sup>204</sup> Encontram-se algumas solicitações neste sentido, na correspondência de Monterroio para Pereira de Faria. Sendo confirmadas na descrição dos vários serviços prestados por Monterroio, referidos numa cópia da carta enviada por este ao Conde da Ericeira, aquando da não admissão do primeiro na Academia Real de História. BPE, cód. CVIII/ 1-4, e cód. CIX/ 1-4, fl. 145. Esta actividade de Monterroio era, contudo, conhecida OLIVAL, 2001: 418-425.

Os blocos de folhetos aos quais se entropõem sequências singulares das mesmas grafias principais apontam, no entanto, para uma dinâmica centrada na produção regular por um mínimo de famílias, que oscila entre duas a três. Sendo esta a característica estruturante do período integral dos "Diarios" (1729-1740).

Face às leituras possíveis das sequências gráficas, importa analisar os momentos mais representativos das mencionadas dinâmicas.



### 3.3.1. A interrupção do "Diario" no ano de 1734.

Conforme o já veiculado nos trabalhos de João Luís Lisboa e Tiago Miranda<sup>205</sup>, D. Francisco Xavier de Meneses suspende a produção do "Diario" em 1734. A justificação é dada pelo próprio Conde da Ericeira em carta a seu primo, o Conde de Unhão, a 24 de Agosto de 1734:

«[...] não faltei em mandarvos os Diarios com a pomptualidade que exprimentastes com que dezejei sempre darvos gosto, porem [...], achei tantos engratos, que as mesmas pessoas a quem com as copias dos mesmos Diarios dezejava agradar, os commentavão, e acrescentavão as novas, e murmuraçoẽs, que lhe parecia fazendome danno gravo [sic], e chegando athé o Paço estas falsidades, isto me obrigou a fazer hum voto de evitar estas occasiões mais de malquistarme, mas como vós sempre fostes para mim excepção da regra, mudarei só a forma, dandovos, quando as houver, algumas noticias da terra, porque as do mundo vem agora bastantemente individuadas na nossa gazeta [...]. Em premio desta minha fineza, só pretendo que nesse Reyno me não deis por Autor, e que a esta Corte escrevaeis, queixandovos de mim, porque vos faltou com os Diarios [...]»<sup>206</sup>.

Este episódio marca a passagem, em termos formais, do "Diario" enquanto folheto volante para a carta. A alteração corresponde a graus distintos de segurança e intimidade, sendo a última uma forma personalizada do folheto noticioso<sup>207</sup>. Evidencia-se, assim, a plasticidade do género, a sua apetência para a adaptação.

A seriedade das circunstâncias parecem ter obrigado D. Francisco Xavier de Menezes a uma decisão drástica. O período de cerca de dez meses de suspenso<sup>208</sup>, no entanto, não reflecte por si só a veemência da sua resolução. É através da análise da sequência gráfica que se identificam contributos para o esclarecimento da representatividade deste breve intervalo, no panorama geral da produção do "Diario". Depreende-se, desde logo, da leitura da figura 44, a presença de duas etapas distintas separadas pelo ano de 1734, período para o qual não se conhece qualquer exemplar. Foi, por isso, aqui assinalado como o ano "zero" do "Diario".

<sup>205</sup> MIRANDA, 2005: 41-42; LISBOA e MIRANDA, 2010: 311-316.

<sup>206</sup> LISBOA, MIRANDA, e OLIVAL, 2005: 317.

<sup>207</sup> LISBOA e MIRANDA, 2010: 311-316.

<sup>208</sup> MIRANDA, 2005: 42.

A ruptura de etapas é manifesta. Não obstante, a permanência da família de maior expressão (**B**) confere uma continuidade que importa destacar, pelo elevado número de folhetos que agrega. A complexidade desta caligrafia/família impossibilita uma leitura demasiado linear, especialmente no que toca à correspondência de identidades dos exemplares de **B** entre os períodos divididos pelo ano "zero" (1729-33 / 1735-40). Certa parece ser a homogeneidade de **B** entre 1729-33. A dúvida centra-se no tipo de ligação que estabelece com o intervalo subsequente, o qual por si já evidencia alguma heterogeneidade. Trata-se de um dos casos de análise de pormenor do capítulo 4.

Figura 44- Quadros de análise da presença de **B** na primeira fase do "Diário".

										CIV/1-5d				CIV/1-6d							
										1729	1	X	1731	2	B	1732	1	W	1733	3	B
1729		3					3	8			1	B				4	Z			1	Za
1730		5					1	7			3	X				2	Za			1	W
1731		15					6	8	6		2	B				2	B			8	B
1732		24					16		2	1	1	Z				2	Z			1	Bb
1733		54					2		1		1	X				2	B			12	B
1734											1	Z				1	Z			1	Bb
1735	1	14	7								1	X				1	X			21	B
1736		31	8		2	1					1	Z				1	Z			1	Za
1737	41	10		4		2					2	X				1	B			7	B
1738	21	23	1	3		2					2	Wa				1	Z				
1739	7	25				5					1730	3	X			1	B				
1740	1	15				1					1	Z				3	W				
											3	X				1	Z				
											4	B				6	B				
											1	X				1	W				
											1	B				1	X				
											1	Z				3	Z				
											1	B				1	B				
											1	Z				1	Z				
											1	X				6	B				
											1	B				1	Y				
											1	Z				1	Z/W a				
											1	B				1	B				
											1	Z				1	Z				
											1	Z				6	B				
											1	B				1	B				

No que respeita à interacção gráfica das famílias dos inícios da década de trinta, verifica-se a proximidade numérica de **Z** face a **B**. O total de exemplares substancialmente inferior resulta do incharacterístico número elevado de **B** no ano de 1733. Até esta data, o total de folhetos de **Z** parece corresponder, num ritmo compassado, aos números de **B**. Por outro lado, na figura 44, observa-se uma sequência de ocorrências que parece dissimular a preponderância numérica das duas caligrafias mencionadas. Neste sentido, os números reduzidos das famílias pontuais **X**, **W** e **Y** demarcam-se pela presença ritmada e consecutiva, em parte do intervalo de

1729-33. Aliás, **X** e **W** coexistem apenas em 1731, ano em que a primeira desaparece e a segunda emerge.

Com o ano "zero" de 1734 alteram-se os protagonistas, e surgem oscilações significativas em alguns aspectos da execução, nomeadamente nas manchas de texto, cabeçalhos e sinais de fecho de texto. Situação que também se aplica à família **B**.

No intervalo subsequente a 1734, o número de exemplares das duas famílias (**A**, **B**) dominantes distribui-se de forma menos irregular, do que as anteriores **B** e **Z**. Facto este significativo quando em confronto com as famílias caligráficas da correspondência do Conde da Ericeira, como se verá adiante. As famílias pontuais **C**, **D**, **E** e **F**

Figura 45- Quadro da segunda fase do "Diario" (1735-1740).

CIV/1-7d			CIV/1-8d														
1735	1	A	1736	7	C	1737	8	Bc	1738	1	A	1739	2	B	1740	8	B
2	B		2	Ba		1	A		1	D/A		1	Ba		1	Ba	
2	C		2	B		1	Bc		5	Aa		3	B		2	B	
1	Ba		1	Bb		8	A		1	Aa/F?		1	F		1	A	
1	Bb		1	B		1	A/Bc		2	Aa		1	B		1	B/F	
3	B		1	Ba		12	A		1	D		2	F		2	B	
5	Ba		3	B		1	A/D/A		4	Aa		2	B		1	Bb	
1	B		1	E/B		2	Aa		1	D		1	Ba				
3	C		1	B		1	Aa/D/F?		1	C		1	A				
1	C/B		1	B/E/B		1	D/Aa		5	Aa		3	B				
1	C		1	Bb		1	A		4	B		1	Aa				
			3	B		4	Aa		1	Ba		1	B				
			1	Bb		1	Aa/D		7	B		1	Aa				
			1	B		2	Aa		1	A		1	F/Aa?				
			1	B/F		1	A		1	B		1	B				
			9	B		1	Aa/F		1	A		1	A				
			1	Bc		2	Aa		7	B		1	Aa				
			1	C		1	A		1	F		1	F				
			1	B		1	Aa		3	B		1	A				
												1	B				
												1	Ba/Bd				
												8	B				

conjugam-se também de forma irregular e dispersa, ao que acresce a frequência da partilha entre grafias num mesmo folheto. A figura 45 remete precisamente para uma dinâmica diferenciada da etapa anterior a 1734, agora com as variantes caligráficas a contribuírem para a alternância do

ritmo. Mais acentuado pela recorrente introdução de factores gráficos heterogéneos, quer seja pela simples sequência gráfica alternada que remete os blocos para situações pontuais, quer pela partilha de mãos, e/ou oscilações relacionadas com as propriedades dos instrumentos de escrita passíveis de influenciar desvios no *ductus* e *modulus*.

A introdução de factores que divergem do primeiro período ultrapassam, no entanto, a questão da identidade gráfica. Com o ano de 1735 sublinha-se a introdução de uma nova fórmula de cabeçalho que exclui a designação "Diario" e restringe-se ao local e data. Por fim, a composição física também é alterada e ao invés de abranger

entre dois a oito fólhos, passa a incorporar um único bifólio, ainda que pontualmente a regra seja excedida<sup>209</sup>.

A conjugação dos vários elementos de ruptura que emergem a partir de 1735, o desconhecimento de qualquer folheto no ano de 1734, e a justificação do próprio redactor acerca da interrupção do envio dos mesmos, apontam para um interregno que de alguma forma terá fomentado a reformulação de aspectos editoriais e a renovação dos escreventes. Associa-se, por isso, 1734 a uma noção de "ano zero", enquanto efectivo ponto de viragem.

### **3.3.2. O ano conturbado de 1737 nas "Adições".**

À instabilidade das famílias caligráficas revelada no triénio a que corresponde o códice das "Adições", crescem as referências à execução de folhetos entre 1743-49, nas cartas que José de Monterroio envia a Pereira de Faria. Estas deixam antever uma irregularidade semelhante nas mãos responsáveis pela escrita. Não obstante a transversalidade da referida característica, identificam-se por ano algumas famílias dominantes (entre uma a duas), que mantêm a execução de um número elevado de folhetos. Neste contexto, o ano de 1737 é relativamente atípico pela excessiva sucessão de caligrafias que produzem muito poucos exemplares. Na tentativa de apreender alguns factores que possam justificar essa irregularidade, abordam-se questões essenciais à configuração dos folhetos e aos padrões de sequências gráficas que enquadram 1737.

João Luís Lisboa indica para este ano a existência de alguns folhetos que mediante características particulares, tais como a formulação do cabeçalho, integram uma série distinta da das "Adições"<sup>210</sup>. Se por um lado explicaria o ritmo acentuado e invulgar na sucessão de caligrafias, por outro não se parece coadunar com as mesmas ocorrências em folhetos da série admitida como das "Adições". As variações pontuais nas fórmulas dos cabeçalhos são recorrentes, ainda que a diferentes níveis. Enquanto que a formatação (título à esquerda ou centrado), a alternância no uso de abreviaturas, e a inclusão ou não de sinal de fecho parecem de somenos importância relativamente à

---

<sup>209</sup> LISBOA, 2011, no prelo.

<sup>210</sup> LISBOA, 2011, no prelo.

identidade de uma série, a mudança da designação alerta efectivamente para outras possibilidades.

Nos exemplares de 1738, pertencentes às mãos de Pereira de Faria e Montês Matoso, encontram-se as mesmas variações, ainda que pouco abundantes. Desde a ausência de cabeçalho (nº 33), à menção sucinta "Adição à Gazeta" (nº 32), passando pelas variáveis de formatação e uso de abreviaturas, encontram-se duas ocorrências a destacar. A primeira respeita ao cabeçalho inédito do folheto nº 38, onde se lê: "Srem. Sabbo. 8 de Fev.<sup>to</sup> de 1738.", que por diversos factores parece tratar-se de um borrador, nomeadamente pela invulgar irregularidade gráfica repleta de rasuras, bem como pelo papel rasgado transformado em bifólio. A segunda, remete para o folheto nº 56, onde à fórmula inicial "Lx<sup>a</sup>. 10 de Julho de 1738." é acrescentado a outra mão "Adição à Gazeta". Constituem estes casos únicos de cabeçalho para o ano de 1738, que apresentam a composição "local e data". Os dados relativos ao ano em apreço sugerem a coexistência de variações significativas sob uma mesma publicação, ainda que isso possa incluir fases de produção distintas. Do rascunho prévio à redacção do folheto, bem como às cópias dos exemplares concluídos interpõem-se possíveis circunstâncias que podem reforçar as consentidas variações nas fórmulas dos cabeçalhos, nomeadamente nos casos da sua ausência (nº 30 e 33).

No "Diario" do Conde da Ericeira, a mudança de cabeçalho justifica-se mediante o período de interregno em 1734, acima mencionado. O título inicial de publicação é abandonado e substituído apenas pela composição "local e data", parecendo corresponder desta forma ao proferido desejo de anonimato do seu Autor, encoberto numa forma mais próxima à da "carta".

Assim, de acordo com o raciocínio exposto, as "Adições" revelam uma tendência menos estanque na composição dos cabeçalhos.

Retome-se o problema da heterogeneidade gráfica registada em 1737. Seria uma excepção ou corresponderia à prática corrente?

Numa leitura que procure relacionar os padrões de sequências gráficas de cada ano do triénio das "Adições", ressalta a prevalência de dinâmicas individuais muito específicas. Em 1736 evidencia-se a presença esmagadora de uma caligrafia que,

neste caso, equivale a uma única mão, ao passo que em 1738 se assiste a um intercalar gráfico das mãos de Pereira de Faria e Montês Matoso. Neste último caso, a partilha de grafias destas autorias no decorrer da redacção leva a perguntar se o exemplar da BPE não corresponderá a uma cópia posterior. Naturais e residentes em Santarém, dificilmente terão integrado a etapa da redacção inicial sob orientação directa de Monterroio. As linhas de comunicação mantidas entre todos estes indivíduos eram de outra natureza, como já foi referido. O envio regular de folhetos adicionais à informação da *Gazeta de Lisboa*, por Monterroio a Pereira de Faria e Montês Matoso, atestado nas cartas pessoais de 1741-1749, sustenta a hipótese apresentada.

Mediante esta conjectura que leva a excluir 1738 da série inicial de produção dos folhetos, restam como originais os anos de 1736 e 1737, embora esta autenticidade seja assaz questionável.

O modelo gráfico dos cabeçalhos de 1738 reforça a tese da cópia posterior, pela instabilidade e acrescentos que ali são feitos. No entanto, se assim é com 1738, este

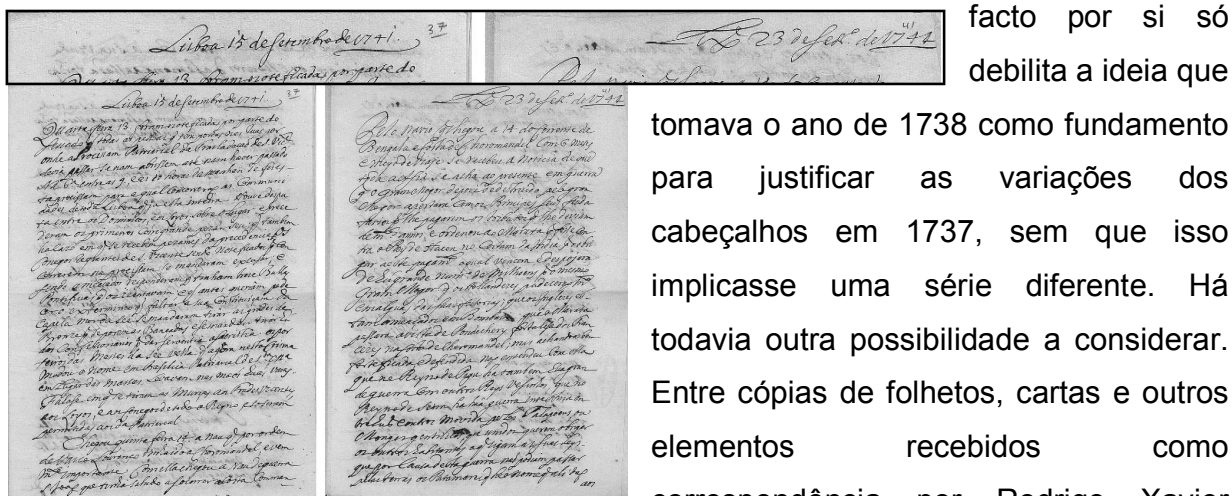


Figura 46- Rectos, com pormenor dos cabeçalhos, dos 2 folhetos que integram as 2 cartas de Monterroio a Pereira de Faria em 1741. BPE, CVIII/1-4, fls. 37 e 41.

facto por si só debilita a ideia que tomava o ano de 1738 como fundamento para justificar as variações dos cabeçalhos em 1737, sem que isso implicasse uma série diferente. Há todavia outra possibilidade a considerar. Entre cópias de folhetos, cartas e outros elementos recebidos como correspondência por Rodrigo Xavier Pereira de Faria<sup>211</sup>, encontram-se 7 folhetos a sublinhar. Respeitam a 1743 e 1744 e evidenciam características muito

similares a alguns dos folhetos de 1737. Sabe-se pelas cartas de Monterroio a Pereira de Faria do envio assíduo de folhetos nestas datas. Aliás, entre as referidas cartas encontram-se dois folhetos de 1741, com data que corresponde às missivas que os

<sup>211</sup> BPE, códice CIV/1-23d.

envolvem, depreendendo-se tratar-se dos dois únicos casos da sobrevivência material conjunta da carta e folheto. Os folhetos de 1741 juntam-se assim aos de 1743 e 1744. Partindo do pressuposto de que os referidos 7 seriam os emitidos por Monterroio, dado apresentarem fortes afinidades gráficas com os de 1741 e destes com alguns exemplares de 1737, deduz-se como muito provável a correlação destes.

A ocorrência acima descrita sugere e acentua uma clara distinção entre o redigido em 1737 e o redigido em 1738. A este propósito aluda-se à presença extraordinária da mão de Pereira de Faria em 1737, na anotação ao folheto nº 25 e no anexo ao nº 29. Se o último pode resultar do acrescento de um papel que circulava pela correspondência, o primeiro já parece derivar de uma correcção muito posterior, talvez já enquanto detentor da colecção das "Adições". A brevidade destas ocorrências obstam a interpretações consistentes, muito menos a qualquer tipo de relação de continuidade.

De volta à intensa sucessão de caligrafias de 1737 registe-se a expressividade da família  $\epsilon$ . Os quatro folhetos deste ano sobressaem não só por comparação com os valores das restantes famílias, mas também por inserirem uma tipologia distinta das outras, com anexos. Através da figura 47 constata-se ainda a presença de mais um folheto em 1738, que com um outro exemplar de  $\alpha$  constituem as únicas famílias a invadir o domínio de  $\theta$  e  $\iota$  neste ano. Sendo assim, é de realçar que num ano dominado pela cópia posterior surjam duas famílias de destaque dos anos anteriores. Indicador de uma sequência de folhetos da fase inicial de produção para 1736-37, interrompida por cópias posteriores no ano de 1738?

	$\alpha$	$\beta$	$\gamma$	$\delta$	$\epsilon$	$\zeta$	$\eta$	$\theta$	$\iota$	$\kappa$	$\lambda$	$\mu$
1736	18	2								3		
1737			2	1	4	2	1	1			1	2
1738	1				1			19	15			

Figura 47- Número de folhetos por família nas "Adições".

Ao contrário de 1737 em que os escassos exemplos de partilha gráfica não denunciam qualquer interacção na redacção do texto, para 1736 a família  $\alpha$  integra nos três primeiros folhetos duas formas que apontam para uma escrita simultânea. Conforme enunciado aquando a apresentação das caligrafias/famílias, trata-se do acrescentar informação de última hora antes da expedição do folheto. A rapidez da execução aliada ao tipo de aproveitamento do espaço disponível condiciona desde logo

a análise. Não obstante, é certo que não evidencia qualquer semelhança com as restantes grafias das "Adições" 1736-1738. Uma das hipóteses seria a presença da mão de Monterroio, dada a indicação final "*remeta-se logo a nosso jrmão Frey Bento de S. Luis*". O confronto com cartas autógrafas afasta, no entanto, essa possibilidade.



Figura 48 - Pormenor de partilha gráfica: os acrescentos finais de κ nos folhetos n<sup>os</sup> 1-3 de α.

Trata-se certamente de folhetos que representam a fase original de produção e expedição, sendo por isso fundamentais na leitura do triénio das "Adições". Ainda assim, note-se a exiguidade numérica destes casos no próprio ano de 1736, facto que alerta para a não recorrência de situações similares como única marca do processo manuscrito de origem.

As leituras dos anos de 1736 e 1738 parecem acentuar várias clivagens num intervalo tão breve, reforçando a já referida singularidade de 1737. Entre os originais e as cópias dos anos 36 e 38, parece não haver margem suficiente para estabelecer um padrão estável para os textos matriciais<sup>212</sup>. Muito embora seja plausível que no confronto das discrepâncias entre 1736 e 1737 sobressaia como eixo fundamental a efectiva pertença à fase original da produção das "Adições". Como argumento aponta-se a existência de vários folhetos similares para os anos de 1741, 1743 e 1744 nos dois códices de correspondência destinada a Pereira de Faria<sup>213</sup>. Por estes anos, o confirmado envio periódico de folhetos de Monterroio a Pereira de Faria e Montês Matoso assim o sugere.

<sup>212</sup> Entenda-se a lição original que poderá ter servido de base para outras cópias.

<sup>213</sup> BPE, códices CVIII/ 1-4 e CIV/ 1-23d.



Desta forma, supõe-se a presença de “uma ponte” entre as "Adições" de 1736-38 e os folhetos referidos e incluídos nas cartas de Monterroio entre 1741-49. Porém, mantém-se no plano de conjecturas a indicação da possível existência de uma segunda série de folhetos no ano de 1737, no códice das "Adições". Neste caso, lembra-se que corresponderiam aos folhetos isolados de 1741, 1743-44, dado terem grandes afinidades quanto à mancha de texto e tipologia dos cabeçalhos restritos ao local e data. Como então explicar os restantes exemplares de 1737 que mantêm uma configuração tão próxima dos folhetos, com a mesma designação no cabeçalho de "Adição à Gazeta" ?

Duas séries? O mesmo texto com outra designação? O mesmo redactor? Que tipo de interferências podem ditar "tipologias" diferentes numa mesma série? Questões de difícil resposta. No entanto, relativamente à última, o caso do "Diario" confirma a introdução de mudanças substanciais na tipologia de referência, mediante um factor externo já aqui explorado. No episódio acima referido, as alterações são consistentes após o momento de ruptura, no ano de 1734. Facto que não encontra qualquer paralelo no códice das "Adições". As oscilações de tipologias são recorrentes no ano de 1737. Neste aparente impasse, o ano de 1738, enquanto cópia posterior, parece fornecer um indicador relevante: a irregularidade dos cabeçalhos enquanto único elemento que escapa ao rigor da tipologia/formatação da mancha de texto que caracteriza os exemplares das mãos de Pereira de Faria e Montês Matoso. Podendo a mesma justificar a irregularidade de 1737, a qual escapa no ano de 1736 dado este ser dominado por uma mão.

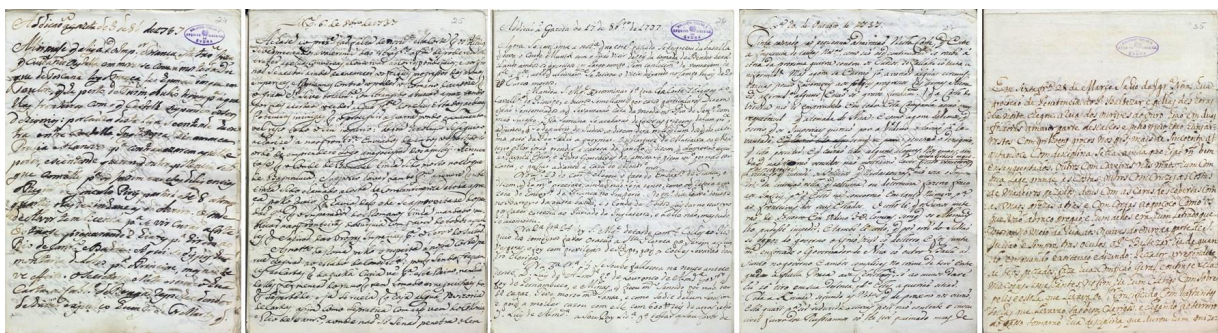


Figura 49- Sequência de rectos dos primeiros folhetos de cada caligrafia de 1737: γ, δ, ε, ζ, e η.

O ano de 1737 não se destaca apenas pelas oscilações nas tipologias dos cabeçalhos. O elemento aparentemente destabilizador assenta no elevado número de caligrafias distintas que se sucedem e/ou conjugam no espaço de um ano.

CIV/1-24d		
1736	3	α/k
	2	β
	15	α
1737	1	γ
	1	δ
	1	ε
	1	ζ
	1	ν/θ
	1	ε
	1	λ
	1	ζ
	2	ε
	1	θ/μ
	1	η

Figura 50- Sequência e número de folhetos por caligrafia nas "Adições".

Das 8 caligrafias deste ano, sublinha-se que apenas 5 correspondem à execução dos folhetos, uma vez que 3 surgem por vias externas ao referido processo. Mediante o mesmo registo, o ano de 1736 apresenta 3 grafias activas<sup>214</sup>, embora dominado apenas por uma. Enquanto que 1738 revela 4 caligrafias, 2 presentes nos anos antecedentes, e outras 2 suspeitas de corresponderem a cópias posteriores. Em termos gerais, decorre desta contabilidade um maior equilíbrio numérico: 3 em 1736; 5 em 1737; e 4 em 1738. No entanto, para uma abordagem às "grafias activas", ter-se-á que excluir da análise o ano de 1738. Facto que desequilibra a contagem anterior e repõe o impacto de 1737, com quase o dobro do número de grafias de 1736. A diferença torna-se mais substancial quando se recorre ao total de folhetos por ano.

Para 1736 dispõe-se de 20 exemplares, enquanto que para 1737 são apenas 11.

Conforme os vários pontos de análise abordados, reconhece-se no ano de 1737 um elo essencial para a percepção das formas de produção das "Adições". Do mesmo modo que o ano de 1738 contribui para o enquadramento destes folhetos na complexa rede de correspondentes desenhada por André Belo.

<sup>214</sup> Entenda-se como caligrafias presentes no processo inicial de produção dos folhetos, por oposição a qualquer forma de cópia posterior.

### 3.4- As formas gráficas da correspondência pessoal

---

A prática escrita enquanto esfera dual do público e do privado evocada por Castillo Gómez<sup>215</sup> parece aplicar-se à dicotomia carta-folheto, embora em contornos muito específicos. A missiva como elemento estruturador das redes de informação, que por sua vez fomentam a produção e divulgação de folhetos manuscritos, impõe-se como um agente de carácter "semi-privado". Não que o folheto represente a esfera pública que Castillo Gómez indica, uma vez que o primeiro, ainda que circulasse por várias mãos e muitos ouvidos, não arreigava a acepção de "escrita pública".

Os vários âmbitos a que o uso de cartas se remete impõe uma breve incursão pelas semânticas que aqui se conjugam. Dos distintos modelos indicados nos manuais de epistolografia, tratados por Tiago Miranda<sup>216</sup>, verifica-se que "a carta" pode assumir compromissos ambíguos entre as categorias elementares, conforme o contexto e as circunstâncias a que se reportam.

Decorrente da particularidade da correspondência que integra o circuito de troca, produção e divulgação de folhetos noticiosos, enunciam-se os formatos em consideração. Note-se, desde logo, que as cartas em análise não se circunscrevem apenas ao referido contexto, nomeadamente no caso das enviadas por Francisco Xavier de Meneses ao Conde de Assumar e a D. Luís da Cunha. Daí que a missiva comum seja claramente o ponto de partida.

Como resultado da acção do Conde da Ericeira enquanto redactor do "Diario", emerge o já referido diário/folheto em forma de carta, circunscrito ao interregno de 1734, e amplamente definido por João Lisboa e Tiago Miranda<sup>217</sup> como "*folhetos noticiosos personalizados em forma de carta*" e "*não correspondência pessoal onde também se enviam notícias*". Significa que ao invés do cabeçalho com o título da publicação, encontra-se agora um primeiro parágrafo de "saudação", seguindo-se imediatamente o "relato"<sup>218</sup> das novas da corte, terminando com a mesma fórmula de

---

<sup>215</sup> CASTILLO GÓMEZ, 2001.

<sup>216</sup> MIRANDA, 2010: 368-370.

<sup>217</sup> LISBOA; MIRANDA, 2007: 311-325.

<sup>218</sup> Conforme a indicação das partes que estruturam as cartas missivas. MIRANDA, 2011: 368.

conclusão usada nas suas cartas, o que inclui a assinatura ou chancela (veja-se a figura 51).

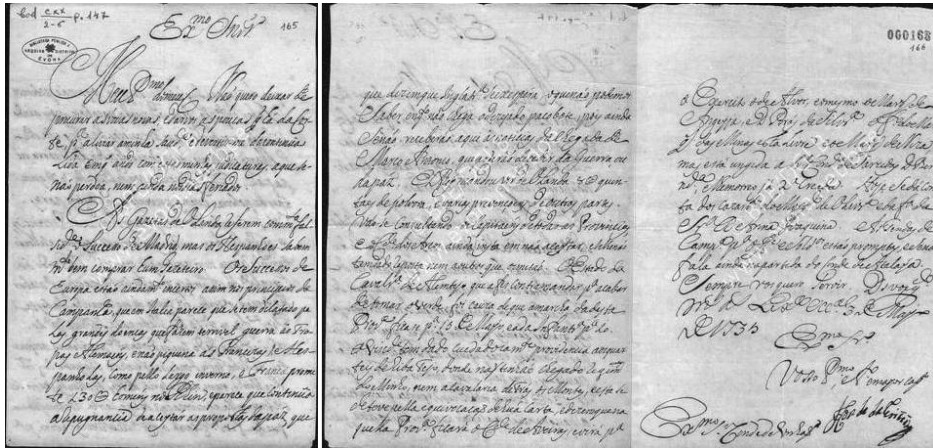


Figura 51- "Diário" em forma de carta ao Conde de Unhão, Maio de 1735. BPE, CXX/2-6, fls. 165-166.

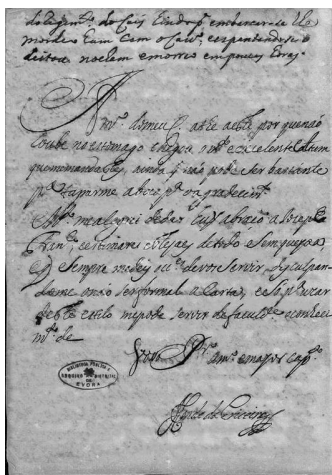


Figura 52- Bilhete/Nota pessoal no verso final de folheto enviado ao Conde de Unhão. BPE, CXX/2-6, fl. 191v.

Num pólo distinto, encontravam-se também alguns folhetos com notas pessoais no fólio/verso final, numa clara distinção na forma e conteúdo do texto noticioso antecedente. Infere-se destas a possível substituição da redacção da carta pelo cumprimento e/ou comentário breve, equiparado a um bilhete<sup>219</sup>, no manuscrito noticioso de envio regular: o folheto. A figura 52 apresenta esta vertente de compromisso.

Na realidade próxima à da correspondência de José Freire de Monterroio, encontra-se uma última particularidade. Como parte da missiva comum, acresce num sentido mais lato, o conjunto de papéis com relações de acontecimentos e/ou folhetos que se lhe seguem como anexos. Esta noção permite uma leitura mais abrangente dos folhetos e papéis noticiosos que se encontram entre a correspondência recebida por Rodrigo Xavier Pereira de Faria, nomeadamente de Monterroio.

<sup>219</sup> A diferenciação entre carta e bilhete explorada por Castillo Gómez é muito pertinente neste contexto. Nas questões da forma do suporte, ultrapassadas as observações que remetem os bilhetes a papéis exíguos e reaproveitados, sublinha-se a ocorrência paralela da tipologia bilhete com a "aparência material da carta" ou com o esmero caligráfico que se lhe associa, ao passo que a carta pode também apresentar-se em papéis sem as características esperadas. CASTILLO GÓMEZ, 2005: 851-853.

Muito embora, a diferenciação das acepções de "carta" fossem essenciais, o campo da análise gráfica dos vários *corpus* incide de forma sistemática nas missivas comuns, nas notas pessoais, e nos folhetos em forma de carta, remetendo os prováveis anexos para considerações mais genéricas.

Perante os diferentes níveis de autoria que se manifestam nos *corpus*, aplicou-se a distinção tripartida em "originais manuscritos", "originais assinados" e "cópias", conforme a abordagem de Samper Cortés desenvolvida em torno da correspondência de María Teresa de Áustria e Carlos III de Espanha<sup>220</sup>. A primeira remete para as cartas autógrafas, a segunda para as escritas por outra pessoa e assinada pelo emissor e a terceira, conforme a designação indica, aponta para o segundo ou um terceiro interveniente como pleno autor gráfico.

### Cartas do Conde da Ericeira.

ano	fundo	fl. / p.	família
1729	BPE, CXX/2-6	154	X
1731	TT, CF, 93	14	Za
1734	BPE, CXX/2-6	155	Bb
1734	BPE, CXX/2-6	157	Bb
1734	BPE, CXX/2-6	159	Ba
1734	BPE, CXX/2-6	160	Bb
1734	BPE, CXX/2-6	162	Bb
1734	BPE, CXX/2-6	163	Bb
1735	BPE, CXX/2-6	165	Bb
1735	BPE, CXX/2-6	167	F
1735	BPE, CXX/2-6	169	Bb
1736	BPE, CXX/2-6	171	B
1737	BPE, CXX/2-6	173	Bb
1738	BPE, CXX/2-6	175	Bb/Ba
1738	BPE, CXX/2-6	179	Ba
1738	BPE, CXX/2-6	180	Ba
1738	BPE, CXX/2-6	182	Bb
1739	BPE, CXX/2-6	183	F
1740	TT, ms, Lv	425	B
1740	BPE, CXX/2-6	186	F
1740	BPE, CXX/2-6	189	F
1740	BPE, CXX/2-6	190	Ba/Bb

**Figura 53-** Cartas do Conde da Ericeira na cronologia do "Diário".

A correspondência de Francisco Xavier de Meneses referida já no segundo capítulo emerge como um factor determinante para a leitura das caligrafias presentes nos "Diários". Como eixo fundamental destaca-se a particularidade de constituírem, na esmagadora maioria, "originais assinados ou com chancela". Aliás, identificou-se apenas um único "original manuscrito", relativo a 1709, e 4 cópias entre 1711 e 1712<sup>221</sup>. Da cronologia alargada (1703-1743) dos exemplares que se conhecem, importa primeiro observar a que se reporta aos anos do "Diário".

A figura 53 indica o restrito número de 22 cartas para o período de 1729-40, 9 das quais entre 1735-38. No último intervalo verifica-se o predomínio da caligrafia/família **B** e respectivas variantes, facto que aliás se estende à restante cronologia. A ocorrência da

<sup>220</sup> SAMPER CORTÉS, 2002: 297.

<sup>221</sup> ANTT, *Casa da Fronteira*, nº 93, fl. 22 e fls. 3, 6, 8 e 10, respectivamente.

família **F** aparece apenas a partir de 1735, sendo mais frequente após 1739. Numa visão mais alargada do intervalo 1729-40, destaca-se a presença inicial de duas caligrafias que também se encontram na primeira etapa do "Diário": **X** e **Z**. Emergem ainda duas ocorrências significativas: a partilha gráfica entre as variantes **Bb** e **Ba**. Uma situação que, aliás, também se verifica num folheto do "Diário" (nº 76 de 1739), o que será analisado no capítulo 4.

Da esmagadora maioria da família **B**, com 16 cartas, 11 respeitam a **Bb**, facto assinalável, dado tratar-se da vertente com o grau mais elevado de esmero, sendo por isso mais apropriada à tipologia em causa. Neste sentido, é curioso verificar que esta variante é relativamente pontual no quadro geral dos "Diários", ao contrário da presença

de **B**, **Ba**, e **Bc** em blocos.

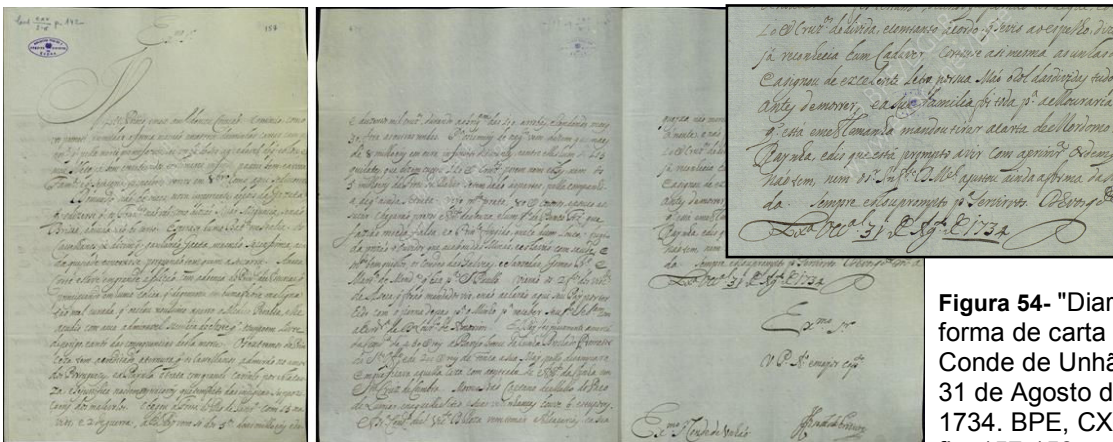


Figura 54- "Diário" em forma de carta ao Conde de Unhão, de 31 de Agosto de 1734. BPE, CXX/2-6, fls. 157-158.

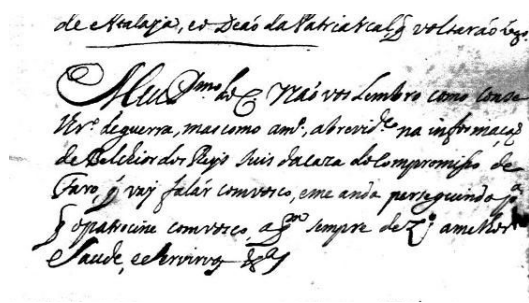


Figura 55- Bilhete/ nota pessoal ao Conde de Unhão, num "Diário" de 1736. BPE, CIV/ 1-7d, fl. 79.

O ano de 1734, considerado "zero" no que respeita ao formato inicial do "Diário", emerge nas cartas, com a referida expressividade de **Bb**. Na realidade correspondem ao "diário em forma de carta" que caracteriza o interregno justificado pelo próprio Conde da Ericeira. O esmero da caligrafia suporta claramente a nova tipologia cedida ao conteúdo noticioso, como se verifica pela figura 54.

No que respeita aos bilhetes/ notas pessoais que surgem no final de alguns folhetos, as caligrafias revelam frequentemente atenção ao nível de esmero empregue.

E se no caso da figura 54 a composição inclui na cortesia final a chancela, na maioria dos casos esta formalidade é dispensada, como se pode observar pelo exemplo da figura 55. Ainda assim, o breve destaque à saudação ("Meu Primo do Coração"), quando presente, marca claramente a mudança da função textual, reforçada no recurso a maiúsculas e semi-maiúsculas iniciais.

Num âmbito mais alargado que o estrito intervalo dos "Diarios" da Biblioteca Pública de Évora, e tendo em vista estudar a relação entre as famílias caligráficas das Gazetas e o Conde da Ericeira pesquisaram-se os *corpus* mais conhecidos de correspondência pessoal a envolvê-lo. O resultado está expresso na figura 56. Deste universo apenas foi excluída a escrita do próprio Conde da Ericeira (V).

Cartas do Conde da Ericeira										
	A	B	C	D	E	F	Z	X	W	Y (?)
1703							1			
1705		1					2			
1706		1					7			
1707							1			
1708		2					3			
1709		3					1			
1710							5			
1711		2?					4			
1712		4					5			
1720		1?								
1724								1		
1725							1			
1726		9					10?			
1727		4?					13			
1729								1		
1731							1			
1734		6								
1735		2				1				
1736		1								
1737		1								
1738		4								
1739						1				
1740		2				2				
1741		1								5?
1742		3				1?				2?
1743										7?

**Figura 56-** Quadro das famílias caligráficas dos "Diarios" e das cartas do Conde da Ericeira para os Condes de Unhão e Assumar e a D. Luís da Cunha.

Legenda:

A relação das famílias por ano é indicada através do número de cartas existente.

O sombreado reporta-se aos anos do intervalo em análise relativamente à grafia das Gazetas.

(?) - Família caligráfica não identificada e ausente dos "Diarios".

Verifica-se, desde logo, o papel de **B** e **Z** enquanto eixos fundamentais. Assinale-se, no entanto, que se trata de uma análise com um nível de pormenor mais reduzido, o que se traduz na incerteza de algumas atribuições.

O impacto das duas caligrafias dominantes realça também a ausência das restantes grafias, feita ressalva à **F** e à **X**, neste âmbito de missivas

personais. É de assinalar que estas duas não só aparecem no texto das gazetas quanto neste espaço, onde provavelmente intervinham sobretudo os secretários ou outros agentes mais próximos.

É também de destacar que a família **Z** marca presença, pelo menos desde 1703, na correspondência do Conde, sendo aquela com a qual um maior número de cartas foi escrito. Embora neste *corpus* desapareça em 1731, nos "Diários" estende-se até 1733.

No que respeita à família **B**, note-se a existência de várias nuances que implicam leituras atentas, dada a mencionada heterogeneidade da caligrafia. Aliás, neste caso, a família **Z** representa, com mais certezas, uma única mão, do que a **B** quando analisada na cronologia 1705-1742.

**Cartas de José Freire de Monterroio.** Neste caso, coexistem "originais manuscritos" e "originais assinados". A cronologia das cartas excede largamente a de 1735-38. Das 126 cartas de que se dispõe entre 1741-49, pensa-se que 112

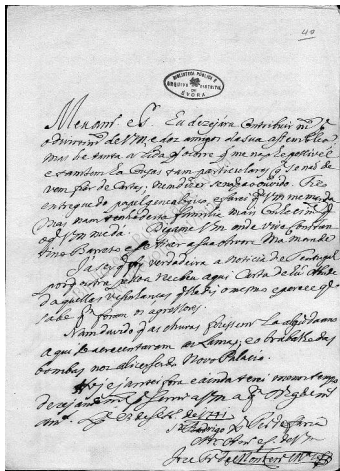


Figura 57- Carta autógrafa de Monterroio (1741). BPE, CVIII/ 1-4, fl. 40.

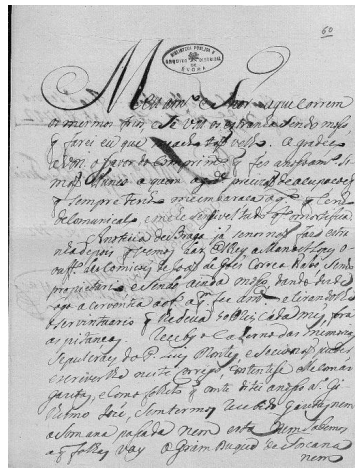
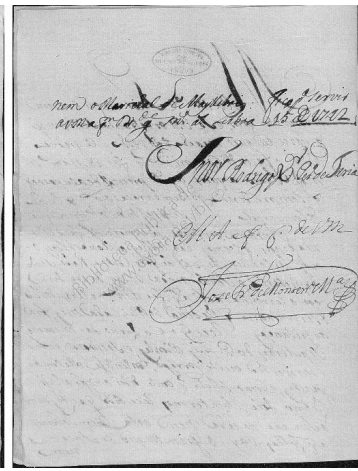


Figura 58- Carta da mão do escrevente Q com a assinatura de Monterroio (1742). BPE, CVIII/ 1-4, fls. 60-60v.



correspondem a autógrafos. As restantes 14 evidenciam outra mão que pela forma do enquadramento do texto sugere tratar-se de um escrevente. Sobressai, desde logo, além do *ductus* diferente, a formalização inicial da "cortesia a indicar o destinatário" (Snr. Rodrigo Xavier Pereira de Faria), com a qual o escrevente termina a sua interposição, seguindo-se os restantes pormenores pela mão do emissor que assina a carta, mas que não redigiu o resto do corpo do texto.

A análise das cartas não se restringe, contudo, aos aspectos formais e materiais. Através da sua leitura encontram-se referências pontuais que podem ajudar a desvendar o contexto da produção da correspondência pessoal de Monterroio. Conforme o já mencionado no capítulo anterior, sabe-se que terá despedido o



amanuense, em 1743, apresentando como justificação a "má letra", queixa já encontrada em 1741. A esta breve informação segue-se a de o ter substituído por um

	M	Q	R
1741	28	0	
1742	2	12	
1743	25	1	1
1744	16		
1745	8		
1746	2		
1748	9		
1749	22		

estrangeiro. É precisamente no período que antecede a carta com esta indicação (19.Jan.1743), que surge um breve conjunto epistolar redigido por mão alheia à de Monterroio. Deste, 13 correspondem a uma "mão" identificada por **Q**, acrescentando uma outra, única, com grafia assinalada por **R**, a qual parece dividir a redacção do texto com a mão de Monterroio.

**Figura 59-** Cartas de Monterroio:  
**M:** Monterroio;  
**Q:** escrevente 1;  
**R:** escrevente 2.

Torna-se inevitável uma consideração acerca do escrevente que domina o ano de 1742. Na frequente agitação da vida de correspondente de Monterroio<sup>222</sup>, compreende-se a

necessidade destes elementos. No entanto, a breve amostra de 1741-49 parece indicar que este recurso seria aplicado em outros afazeres que não a redacção de cartas. Aliás, as referências de Monterroio a amanuenses remetem-nos sobretudo para a execução dos folhetos, ao que curiosamente também associa a ajuda de alguns amigos: "*Os mais papeis achei depois de ter fechado a carta para o Pe Montez V.M. lhos comunique com a advertencia de que elle mos tornará a mandar; e se eu puder fazer folheto irá tambem aqui, porque os nossos amigos forão a Mafra; e eu fiquei sem ter quem me escreva (...)*" (24 de Abril de 1745)<sup>223</sup>.

A mão-de-obra usada na produção dos folhetos condicionava o seu conteúdo não apenas gráfico mas também noticioso. Veja-se a seguinte observação de Monterroio Mascarenhas a Rodrigo Xavier Pereira de Faria, em Janeiro de 1743: "*Sobre os vilhancicos escreverei a V.M. mais devagar que agora o faço com bastante pressa e mandarei tambem completar a gazeta que a V.M. foy deminuta que por estas que me fazia o meu amanuense o despedi; e agora tenho hum estrangeiro que fazendo boa letra nam escreve bem a lingua portugueza, e vay aprendendo*"<sup>224</sup>. Como acima foi dito, há de facto em 1743 uma carta com grafia hesitante (**R**). Faça-se ainda notar que

<sup>222</sup> Retratada nas observação do próprio acerca do pouco tempo que dispõe face aos muitos correspondentes a que semanalmente se dedica. Em 1741 indica cerca de 19 a 20 cartas como o número aproximado que escreve a cada Sábado. BPE, CVIII/1-4, fl. 1.

<sup>223</sup> BPE, CVIII/1-4, fls. 180-180v.

<sup>224</sup> BPE, CVIII/1-4, fls. 92-93.

a grafia **Q** desaparece também no início de 1743, o que coloca algumas questões. Seria esta a "mão" responsável pela má execução dos folhetos? Se assim for, como justificar a boa letra das cartas? Tratar-se-ia de um outro escrevente pontual, adstrito à correspondência, visto o executante dos folhetos não revelar as qualidades necessárias? Na realidade, a exiguidade dos dados não permite uma hipótese consistente persistindo, assim, as várias questões enunciadas.

O facto dos amanuenses não serem usados na escrita epistolar pode revelar o quanto nesta se acentua o carácter pessoal e o quanto a escrita do próprio punho significa deferência pelo destinatário<sup>225</sup>. Ainda assim, atendendo à realidade anterior, do Conde da Ericeira, salvaguardadas algumas variáveis que contribuem para as divergências, sobrepõe-se inevitavelmente a questão dos estatutos sociais em causa e consequentemente os usos diferenciados dos recursos humanos aos seus serviços.

### 3.5- Das famílias caligráficas à caracterização dos "escreventes"

Mediante os distintos níveis de competência e cultura gráfico-textual<sup>226</sup> dos vários autores dos *corpus* em análise, inferem-se traços que parecem qualificar o próprio percurso dos escreventes. A identificação de famílias caligráficas constituiu um primeiro passo na aferição do grau de execução das "mãos" intervenientes. O confronto das tipologias folheto/carta com a presença diferenciada de grafias, associado às menções dos

"Diario"											Cartas Ericeira										
	A	B	C	D	E	F	Z	X	W	Y		A	B	C	D	E	F	Z	X	W	Y
1729		3					3	8											1		
1730		5					1	7													
1731		15					6	8	6									1			
1732		24					16		2	1											
1733		54					2		1												
1734												6									
1735	1	14	7									2			1						
1736		31	8		2	1						1									
1737	41	10		4		2						1									
1738	21	23	1	3		2						4									
1739	7	25				5												1			
1740	1	15				1						2						2			

"Adições" à Gazeta												
	α	β	γ	δ	ε	ζ	η	θ	ι	κ	λ	μ
1736	18	2									3	
1737			2	1	4	2	1	2			1	1
1738	1			1				19	14			

Figura 60- Folhetos e cartas do mesmo período cronológico.

<sup>225</sup> SAMPER CORTÉS, 2002: 297.

<sup>226</sup> CASTILLO GÓMEZ, 2005: 850.

próprios subcritores nominais acerca dos seus executantes da escrita, confere um cenário mais delimitado ao destringir do possível número de "mãos" inseridas nas caligrafias/famílias. Para o efeito, retoma-se o quadro geral do "Diario" e "Adições", agora com as cartas relativas aos mesmos anos (figura 60).

Consideram-se aqui apenas as grafias que se supõe pertencerem à fase de produção dos textos matriciais excluindo, assim, as que resultam do processo de circulação/ apropriação dos manuscritos. Circunstância que se aplica sobretudo às "Adições", com  $\lambda$ ,  $\mu$ ,  $\theta$  e  $\iota$ , uma vez que as primeiras remetem-se a anexos e as últimas a possíveis cópias posteriores, conforme análise anteriormente descrita.

Um indicador muito sugestivo do tipo de vínculo entre escreventes e redactor é sem dúvida o vocabulário usado por estes últimos nas breves menções aos primeiros. Recordam-se as citações apresentadas no capítulo 2. Enquanto que o Conde da Ericeira invoca os termos de "secretário" e "criado"<sup>227</sup>, Monterroio cinge-se aos de escrevente e amanuense<sup>228</sup>. Na realidade, esta diferenciação encerra claramente significados de natureza social e económica.

O estatuto de Grande do reino inclui Francisco Xavier de Meneses na esfera de topo no que respeita à representação simbólica do poder de uma casa nobiliárquica<sup>229</sup>. A noção de casa, enquanto entidade central na compreensão das dinâmicas políticas e económicas da alta nobreza, transpõe-se nos aspectos mais pragmáticos do quotidiano. A esmagadora dependência dos rendimentos auferidos através de mercês régias, paralelamente aos avultados gastos necessários à manutenção da vivência do estatuto, indispensável dada a proximidade física da corte, compelem ao crescente endividar das casas nobiliárquicas, como será o caso dos Ericeira na segunda metade de Setecentos<sup>230</sup>. A parca existência de "oficiais administrativos" nas casas

---

<sup>227</sup> Encontram-se nas cartas ao Conde de Assumar (1709) e a D. Luís da Cunha (1742), já citadas: «A preça com que partem os navios me obriga a mandar o borrador desta carta com tantos erros de hum secretario novo, como descuidos de hum estillo antigo.» ANTT, Casa da Fronteira, nº 93, p. 18; e «Perdoe V. Ex<sup>a</sup>. não ir assignado com a chancellia, porque não está em caza o criado, que a tem.» ANTT, Manuscritos da Livraria, fl. 369v.

<sup>228</sup> Patentes nas referidas cartas a Rodrigo Xavier Pereira de Faria em 1741 e 1743: «O folheto vay ao Pe. Luis Montez (...) poreu não sey se o saberão ler, porque o escrevente cada vez o faz peyor.»; «... mandarey tambem completar a gazeta que a V.M. foy deminuta que por estas que me fazia o meu amanuense o despedi; e agora tenho hum estrangeiro que fazendo boa letra nam escreve bem a lingua portugueza, e vay aprendendo.» BPE, CVIII, fls. 48-48v e fl. 92, respectivamente.

<sup>229</sup> MONTEIRO, 1998: 326-327.

<sup>230</sup> MONTEIRO, 2003.

nobiliárquicas portuguesas, em parte resultante da pouca expressividade da alta nobreza enquanto senhorios com jurisdição ampla e assente em bens patrimoniais, reforça o número e o peso dos serviçais domésticos na manutenção das mais variadas tarefas do quotidiano. O número e a organização dos elementos domésticos dependia ainda, quer dos serviços efectivos a desempenhar, nomeadamente os administrativos, quer das necessidades de representação social<sup>231</sup>. O recurso a letrados ou a quaisquer profissionais da escrita poderia ser uma realidade paralela. Não obstante, o secretário e o criado eram, não raras vezes, a mesma pessoa, isto é, a figura do secretário enquanto criado responsável pela redacção das cartas do senhor entre outros afazeres administrativos de confiança e sigilo<sup>232</sup>. Aliás, é neste sentido que se encontra um testemunho acerca das várias ocupações conhecidas de Guilherme José de Carvalho Bandeira, registado no seu processo de habilitação à Ordem de Cristo, onde se lê: "*criado do Conde de Vila Nova com a obrigação de seu secretario*"<sup>233</sup>, cargo que ocupou com relativa brevidade.

A posição sócio-económica de Monterroio enquadra-se num patamar distinto, conforme a análise realizada no capítulo 2. O uso das palavras "escrevente" e "amanuense" reporta-se claramente à contratação de serviços esporádicos de indivíduos com este perfil. As queixas, quanto às competências gráficas destes e a frequente alusão a amigos que o auxiliam no escrever dos folhetos, parecem sugerir alguma descontinuidade no recurso a escreventes na década de quarenta. Se bem que dado o trabalho de Monterroio como redactor na *Gazeta de Lisboa*, ser-lhe-ia certamente natural o contacto com indivíduos que viveriam de "tresladar papéis". Supõe-se ter sido este o caso da interacção de Monterroio com Guilherme José de Carvalho Bandeira. A oficina de António Correia Lemos onde se redige e imprime a *Gazeta de Lisboa* situava-se na Rua da Cruz, a mesma onde Guilherme José terá trabalhado como copiador de papéis<sup>234</sup>. Mera coincidência?

---

<sup>231</sup> CUNHA; MONTEIRO, 2011: 211.

<sup>232</sup> ESPEJO CALA, 2002: 161.

<sup>233</sup> Habilitação da Ordem de Cristo, letra G, mç. 2, doc. 10, fl. 3.

<sup>234</sup> Habilitação da Ordem de Cristo, letra G, mç. 2, doc. 10, fl. 3.

Desta diferenciação de uso sociológico quanto vocabular decorrem outras considerações. Podem contribuir para responder a questões incontornáveis à análise de dados acima feita. Ao mesmo tempo autorizam um conjunto de hipóteses, que procuram em última instância enquadrar-se nas possíveis origens socio-profissionais dos escreventes, partindo das categorias enunciadas por Eef Overgaauw e Elena E. Rodríguez Díaz<sup>235</sup>.

Quem são os escreventes das famílias pontuais registadas nas gazetas? Tais famílias coexistem ou vão-se sucedendo? Qual o nível de execução gráfica e o grau de adaptação ao modelo veiculado pelas famílias dominantes? Estas últimas correspondem a escreventes/secretários? Quem escreve cartas e participa simultaneamente nos folhetos?

Começa-se pela última questão, centrada nos "Diarios" e cartas do Conde da Ericeira. São quatro as famílias que repartem a presença gráfica entre cartas e folhetos: B, F, X, e Z. Destas exclui-se da análise F, uma vez que se trata da unidade mais heterogénea, e mais pontual nas cartas, e que dificilmente permite o estabelecimento de correlações fidedignas. Mantém-se, no entanto, a hipótese de uma provável correspondência. Das restantes, apenas uma acompanha a totalidade da cronologia do "Diario", muito embora nas cartas apareça apenas a partir de 1734. Este corte tão incisivo no "ano zero" do folheto noticioso faz duvidar da suposta continuidade gráfica de B. As duas últimas caligrafias (X e Z) pertencem claramente à primeira fase do "Diario", sendo que antecedem esta cronologia, ao marcarem presença nas missivas de Francisco Xavier de Meneses (sobretudo a Z que remonta aos primeiros anos de Setecentos).

A questão da ocorrência das caligrafias de forma simultânea nos folhetos e cartas é fulcral para perceber quem detinha os níveis necessários de confiança do Conde da Ericeira para lhe redigir as missivas. Dito de outra forma, quem seriam os seus secretários? Os dados revelam duas famílias que ocupam este espaço, B e Z. Enquanto Z pode corresponder a uma "mão", B levanta algumas dúvidas. Ainda assim, pode-se apresentar B como única "mão", desde que se cinja à primeira fase do "Diario",

---

<sup>235</sup> Assunto tratado no final do capítulo 1. Os autores elaboraram as categorias mediante o estudo de copistas de livros nos séculos XIV-XV, em Itália e Castela. OVERGAAUW, 2000: 291-323; RODRÍGUEZ DÍAZ, 2000: 325-332.

isto é, até ao ano de 1733. Como já se referiu, 1734 marca uma etapa que evidencia um nível de esmero superior e um *ductus* que embora muito próximo é visivelmente afectado pelas condições materiais da escrita, nomeadamente pelos tipos de penas em uso. Na eventualidade de se tratar de uma ou duas "mãos" distintas da primeira fase, isso implica uma clara iniciação de outros secretários, tendo como ponto de viragem o mesmo ano de 1734.

As famílias dominantes que se encontram no "Diario" não correspondem só pela sua expressividade à figura do escrevente/secretário, não obstante estes constituírem dois blocos gráficos de referência. Neste sentido, verifica-se que a família A, apesar de ter uma sequência numérica muito considerável nos anos 1737 a 1740, não aparece qualquer exemplar seu nos *corpus* de cartas estudado. Não havendo também qualquer sinal de C, D ou E. Significa, quase seguramente, uma clara distinção no tipo de tarefas que desempenham, ao que acresce a efectiva separação das grafias com baixos níveis de competência/habilidade das restantes, quer pelo reduzido número de folhetos em que aparecem, quer pela absoluta ausência nas cartas. Reforça-se assim a importância atribuída à redacção de missivas relativamente aos manuscritos noticiosos, como forma de representação do emissário<sup>236</sup>.

Neste sentido, o papel das famílias pontuais, sobretudo as de inferior execução, restringe-se a suprir necessidades muito fortuitas e apenas na redacção dos folhetos, partilhando-os na maioria das vezes com grafias dominantes. Claramente o caso da D e E, as quais nem sequer coexistem, ao contrário de grafias pontuais de execução média a elevada como a F.

Relativamente ao grau de adaptação das caligrafias contingentes ao modelo veiculado pelas dominantes, importa centrar a atenção nos aspectos que se prendem com os ritmos e a materialidade da escrita. As mãos de quem não tem rosto nominal podem ter crescentes graus de identidade. Eis a abordagem que se reporta ao último momento do trabalho, dedicado aos estudos de pormenor numa transversalidade de linhas de análise.

---

<sup>236</sup> CASTILLO GÓMEZ, 2002: 95.

---

**CAPÍTULO 4**

**DINÂMICA DAS GRAFIAS E MATERIALIDADE COMPLEXA DA ESCRITA**

---

Do percurso efectuado, subsistem alguns pontos de análise fundamentais, mas que por motivos de maior clareza do discurso não se incluíram nos momentos em que lhes foi feita referência. De qualquer das formas, a conjugação dos principais estudos de pormenor, ao contrário de poderem vir a configurar uma espécie de mancha de retalhos, acabam por incorporar um olhar transversal sobre as formas de análise inerentes a todo o processo. Paralelamente, constituem um enquadramento adequado para o tratamento mais sistemático dos dados relativos aos ritmos de escrita e à sua materialidade. Na maioria, circunscrevem-se ao intervalo de 1735-38, ainda que pontualmente este possa ser alargado.

As situações trabalhadas neste capítulo estão, na sua maioria, referenciadas nos antecedentes e integram as várias particularidades descritas de forma exaustiva nas respectivas fichas caligráficas que seguem em anexo.

A diferença que marca este capítulo é que se pretende fazer dele um ponto de chegada, embora provisório e conjuntural, como são todos em ciência. O objectivo é explorar de forma inter-cruzada os tópicos desvendados nos anteriores, que eram mais analíticos.

Uma das questões primordiais do presente trabalho coloca-se na possibilidade de aferir o número de "mãos" que integram as unidades "caligrafia/família". Ainda que nos *corpus* dos manuscritos tratados predominem as escritas pessoais, também se evidenciam variações muito significativas na tentativa de adopção de determinados modelos caligráficos então correntes. Como distinguir a mão responsável por ambas as versões (cursiva pessoal ou caligráfica), face ao recurso divergente da conjugação dos elementos da escrita pelo mesmo indivíduo?

Colette Sirat, perante uma questão semelhante, aponta como exemplo um estudo, por si realizado, sobre um manuscrito do século XIII<sup>237</sup>. Refere que após alguns meses de trabalho de pormenor, acompanhados por inúmeras hesitações, acabou por defender a existência de mais de dez grafias diferentes. No entanto, conclui nunca ter tido certeza se na realidade se encontrava perante dois escribas que utilizam vários tipos de escrita, ou se efectivamente seriam mais de uma dezena. Duas décadas passadas, duvida claramente da última hipótese muito embora tivesse sido a conclusão inicial. Exemplo este precioso para um melhor enquadramento do papel das variantes face à unidade família/caligrafia, e destas face ao possível número de mãos envolvidas.

Neste contexto, o caso paradigmático entre as caligrafias das gazetas é sem dúvida o da família **B**. Propõe-se por isso uma abordagem de pormenor aos factores de unidade e diferenciação.

Em termos genéricos, o uso espacial do suporte de escrita encontra claros paralelos entre a **B** e as respectivas variantes. A mancha de texto revela-se muito disciplinada, primeiramente pela margem lateral esquerda marcada a ponta seca, estando as restantes sujeitas a circunstâncias de aproveitamento de espaço embora respeitem a matriz.

Ainda neste contexto, relembre-se a importância das capacidades abstractas que configuram o acto de escrever, através das componentes morfocinética e topocinética, consideradas no capítulo 1 (ponto 1.1). Faça-se, como exemplo, a leitura de alguns grafemas de **B** e variantes, mediante estes parâmetros que conjugam a trajectória cursiva no espaço, sobre o suporte de escrita, ao desenhar a forma específica da letra; e a localização das mesmas letras no espaço gráfico conforme a deslocação e os

---

<sup>237</sup> SIRAT; VINH, 1990: 155.



movimentos da mão<sup>238</sup>. Propõe-se a observação das referidas componentes na letra "A" presente nos excertos gráficos nas figuras 61 a 63. Verifica-se que apesar da primeira ocorrência ser singular, as seguintes manifestam visíveis correspondências no âmbito do curso gráfico espacial, fixando o grafema em ângulos de inclinação muito próximos.

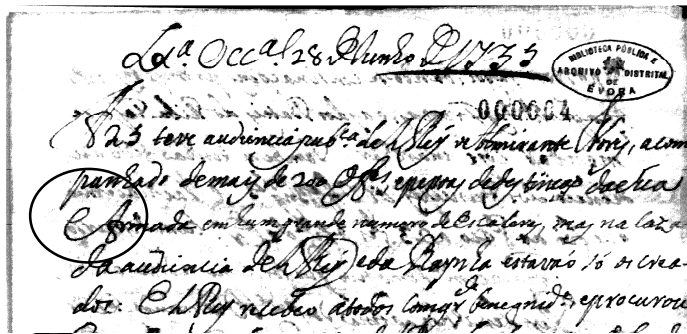


Figura 61- Corte do 1º folheto da caligrafia B.

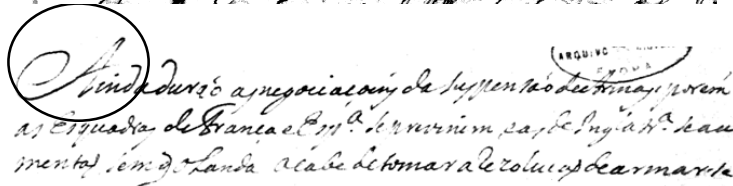


Figura 62- Corte da variante Ba. Folheto nº 6, fl. 12.

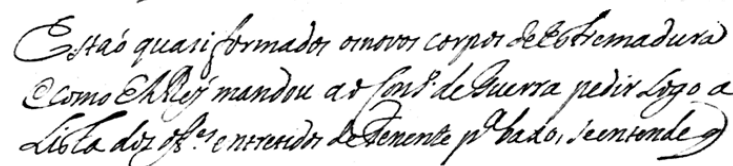


Figura 63- Corte da variante Bb. Folheto nº 7, fl. 14.

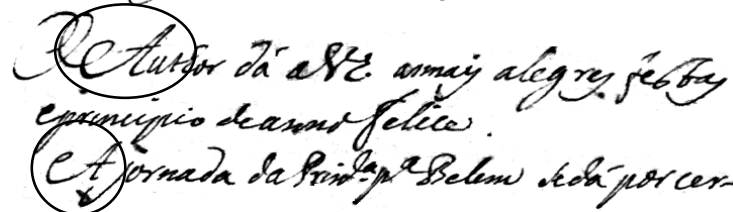


Figura 64- Corte da variante Bc. Folheto nº 61, fl. 123.

Relembrem-se as razões apontadas no capítulo antecedente para a apresentação das três variantes: suposta forma de adaptação a um outro tipo de pena [Ba]; a adoção de um modelo caligráfico de elevado esmero [Bb]; e a natural evolução do *ductus* pela incorporação de novas formas gráficas [Bc]. Esta formulação pressupõe quer a pertença a uma única mão quer a várias, através da combinação de factores como a evolução e/ou ruptura. Hipóteses que obrigam claramente a leituras atentas dos elementos que corroborem ou não a base da argumentação proposta (tipo de pena; modelo caligráfico e novas formas de grafemas).

<sup>238</sup> PAILLARD, 1990: 24; TEASDALE, 1993: 179-180.

Relativamente ao tópicio das implicações dos instrumentos de escrita, importa sublinhar alguns factores essenciais. São frequentes as alusões nos manuais de caligrafia, à escolha e preparação das penas consoante o tipo de resultados pretendidos. Penas pequenas com bico em corte muito fino exigem movimentos contidos que originam uma letra de tamanho reduzido, tendencialmente apertada, e de legibilidade muito aceitável. O tipo de ave é por isso muito importante. Para o caso descrito, as penas de corvos são uma escolha comum<sup>239</sup>. Em situação oposta, pretendendo-se uma letra de tamanho moderado, as penas de pato e cisne são recomendadas<sup>240</sup>. E mesmo dentro desta escolha, o tipo de cortes de bico das penas imprime uma diversidade considerável nos resultados gráficos executados. Daí as sugestões de determinados cortes para certos modelos de escrita<sup>241</sup>.

No caso das escritas pessoais, a opção do tipo de pena ajusta-se sobretudo às preferências de quem escreve, não estando contudo imunes às mais variadas circunstâncias que obriguem à utilização de outros tipos menos habituais. Em situações de partilha de instrumentos de escrita, como se supõe na interacção de escrevente/amanuense e redactor, as opções pessoais seriam certamente sujeitas a uma infinidade de condicionantes. Não quer isto dizer que a opção por uma pena que permita um traço e movimento largo, não obste à utilização pontual e/ou recorrente de uma pena de corvo. Tudo isto remete claramente para o argumento que justifica a alteração em **Ba**.

Quanto à adopção de um modelo caligráfico, não era de todo uma realidade alheia. A importância destes manuais e a aprendizagem dos vários tipos de escrita correntes à época está bem presente na obra de Manuel de Andrade de Figueiredo, abordada no capítulo 1. Relembra-se o elogio às escritas liberais (pessoais) face aos cânones que perduram. Não obstante, para os "profissionais" da escrita o domínio de vários modelos era essencial, nomeadamente para quem prestasse serviços de secretário. A alternância entre o cursivo liberal e os modelos caligráficos não constituem situações de excepção. Aliás, a escrita controlada e a pessoal terão coexistido nas práticas de indivíduos que escrevem de forma constante, para além de que a última se

---

<sup>239</sup> BLUTEAU, 1728: VI, 397.

<sup>240</sup> BLUTEAU, 1728: VI, 397.

<sup>241</sup> FIGUEIREDO, 1722: 49-55.

constrói sobre a primeira<sup>242</sup>. Este quadro coaduna-se bem com o facto da família **B** marcar uma grande presença nas cartas do Conde da Ericeira.

O último indício apresentado prende-se com a invariabilidade da identidade gráfica no que diz respeito ao carácter do *ductus*, quando associado à morfologia e *modulus*. A opção por determinadas formas gráficas nas escritas pessoais, apesar de poderem variar consoante os modelos que constituem referências no seu processo de aprendizagem, tendem a assumir um reduzido leque de variantes. Assim é quando se observa um *ductus* num intervalo cronológico, e este se caracteriza pela constância morfológica e de módulo dos vários sinais gráficos utilizados. Por este facto, o aparecimento abrupto de uma nova forma com *ductus* divergente constitui um factor de diferenciação incontornável.

Para além do caso de **B**, verifica-se uma situação muito semelhante com a família **A**. A possibilidade de **A** integrar duas mãos, ou apenas uma com alterações recorrentes, assenta em dois indícios análogos. O primeiro prende-se com o *modulus*, não afectado por quaisquer alterações morfológicas, o que pode ser justificado pelo

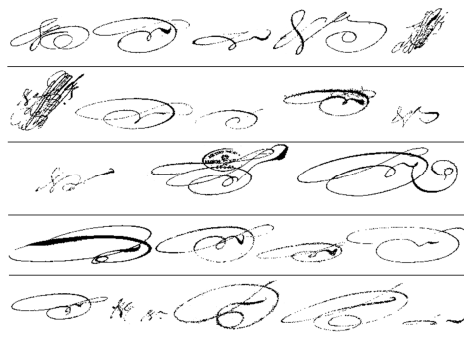


Figura 65- Sequência original dos sinais de fecho de texto de **B**, presentes nos folhetos.

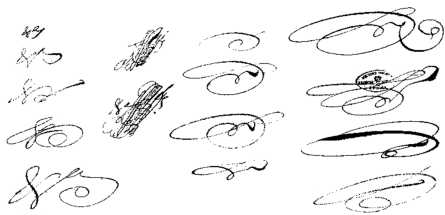
recurso a um tipo de pena de tamanho e corte de bico diferente. O segundo mantém a constância do traço e *modulus* mas entra em ruptura no *ductus* e morfologia de uma letra, que passa a marcar a mancha de texto.

Os argumentos aduzidos escoram ambas as hipóteses acerca do número de mãos envolvidas. Se o recurso a um instrumento diferente pode justificar um *modulus* distinto da mesma mão, a introdução de novas formas pode reflectir uma evolução do *ductus* de uma mesma mão, embora de forma inopinada.

Importa, no entanto, examinar um outro elemento: os sinais de fecho de texto. Recurso característico na família **B**, enquanto marca que encerra a mancha de texto, emerge muito esporadicamente nas restantes. Afirma-se como uma imagem desconcertante, numa primeira leitura. A figura 65 revela a ordem pela qual os sinais se

<sup>242</sup> SIRAT; VINH, 1990: 177.

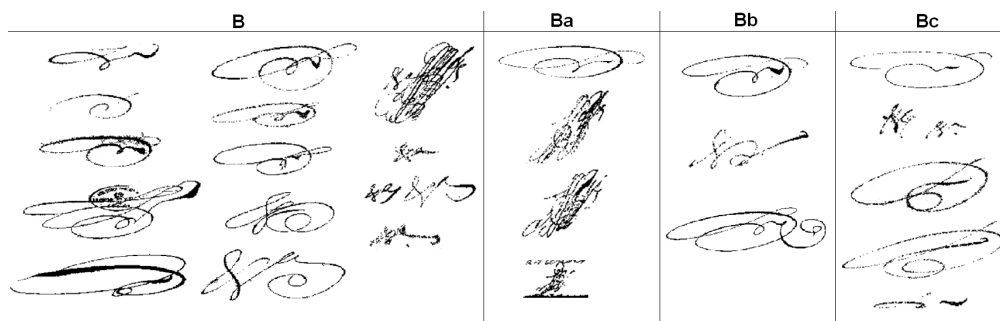
sucedem nos folhetos. À partida, quaisquer dos argumentos acima descritos, não teriam grande credibilidade se esta sequência de marcas gráficas surgisse como elemento demonstrativo da homogeneidade do traço de **B**. Na verdade, só mediante a figura 66 se pode sugerir tal hipótese. Trata-se apenas de uma organização tipológica que apesar da diversidade, manifestam claramente a existência de três fórmulas distintas, sujeitas a combinações binárias.



**Figura 66-** Tipologias dos sinais de fecho de texto de **B**.

A fórmula elementar consiste no "&<sup>a</sup>", que pode desenvolver da perna do "a", uma cauda ondulante, elaborada ou não. É nos movimentos de desenho do corpo "&" e da cauda de "a" que se encontram os principais pontos de referência das formas mais largas e elaboradas.

Os mais dissonantes incluem sobreposição frenética de movimentos parciais de "&" em diagonal, às quais se acrescentam dois outros movimentos incharacterísticos. O recurso pontual a este sinal não chega a colocar em causa a identidade de **B**, dada a heterogeneidade das fórmulas percorridas pela família. A sequência ordenada, na imagem abaixo, revela a inconstância da relação "caligrafia e variante / tipologia de sinal". A alternância no recurso às formas de base, entre caligrafia e variantes, bem como a reformulação/inação do desenho dentro das mesmas conferem, assim, marcadores identitários num conjunto heterogéneo.



**Figura 67-** Sinais de fecho de texto divididos por caligrafia e variantes.

Conforme indicado no capítulo anterior, a caligrafia **B** é a que apresenta um maior grau de complexidade, como se confirma pela recente exposição. No entanto, ainda subsiste por mencionar o intervalo mais recuado da mesma nos "Diarios" (1729-1733).

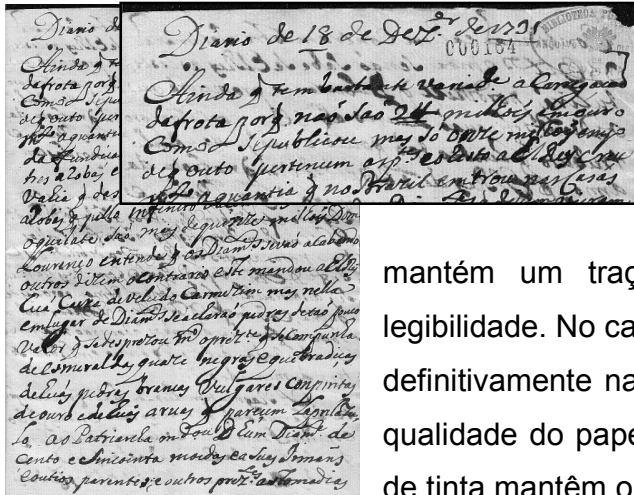


Figura 68- Recto de um folheto de 1731, fl. 164.

A figura 68 ilustra uma mancha de texto que diverge claramente dos formatos examinados entre 1735-1738. Ainda que em 1738, o nível de esmero seja consideravelmente reduzido,

mantém um traço fino que contribui para uma maior legibilidade. No caso de 1731, os materiais utilizados influem definitivamente na impressão que se obtém do texto. A má qualidade do papel, o manuseamento da pena e o excesso de tinta mantêm o aspecto rasurado da maioria dos "Diarios" escritos por **B** entre 1729-1733. A conjugação de elementos

como o *ductus* e a morfologia em determinados grafemas, distinguem este grupo, anterior a 1734, dos restantes da mesma família que lhe sucedem. Não obstante, identificaram-se alguns marcadores que contrariam as aparentes divergências e apontam para estreitas afinidades, ainda assim sublinha-se a já mencionada reserva quanto à possibilidade de integrar a mesma "mão" da restante unidade **B**. Assume-se como uma individualidade perante **B** e variantes, ainda que a integre.

Num pólo oposto, encontra-se a ocorrência de duas caligrafias muito semelhantes mas que correspondem efectivamente a "mãos" distintas, não abarcando sequer a possibilidade de uma enquadrar o papel de variante. É uma situação que se verifica entre **θ** e **ι**, correspondentes às mãos de Rodrigo Xavier Pereira de Faria e Luís Montês Matoso. Importa por isso percorrer alguns dos passos que permitiram esta aferição das grafias.

O ano de 1738 dominado por esta dupla gráfica parece impor-se como um bloco uno, numa primeira abordagem, dadas as semelhanças entre **θ** e **ι**. A aparente indução a uma certa "familiaridade" é ainda reforçada pela ocorrência pontual das duas caligrafias nos mesmos folhetos. A ligeira alteração na mancha de texto destes

manuscritos partilhados marca o ponto de partida da diferenciação. Mediante observação aturada verifica-se que a mudança de pena não justifica sequer a conjugação divergente dos mesmos elementos de caracterização (*ductus*, *modulus*, morfologia), e que de facto se está perante não uma variante, mas sim de outra "mão". Analisem-se duas das ocorrências fundamentais.

No primeiro caso (folheto nº. 35), não existe uma mudança abrupta, mas uma clara e breve alteração, que reside sobretudo no desenho mais apertado e redondo das letras, bem como num movimento diferente na sua formação. O factor tinta/pena é o mesmo, sobressaindo apenas uma leve, mas visível alteração no *ductus*, ao longo de um parágrafo. Trata-se de uma intervenção gráfica divergente, identificada na família I.

No segundo caso (folheto nº. 56), dá-se uma mudança repentina, associada à caligrafia I: carácter do traço, tamanho de letra e marcadores.

A constância das singularidades que persistem, sem qualquer tipo de fusão, nos dois grupos distintos, aponta para uma clara diferenciação entre ambos. Como expressão da diferença de *ductus* que caracteriza Pereira de Faria e Montês Matoso, centra-se a atenção - por breves momentos - num grafema recorrente nas duas mãos: o traço sequencial no desenho de "ff".

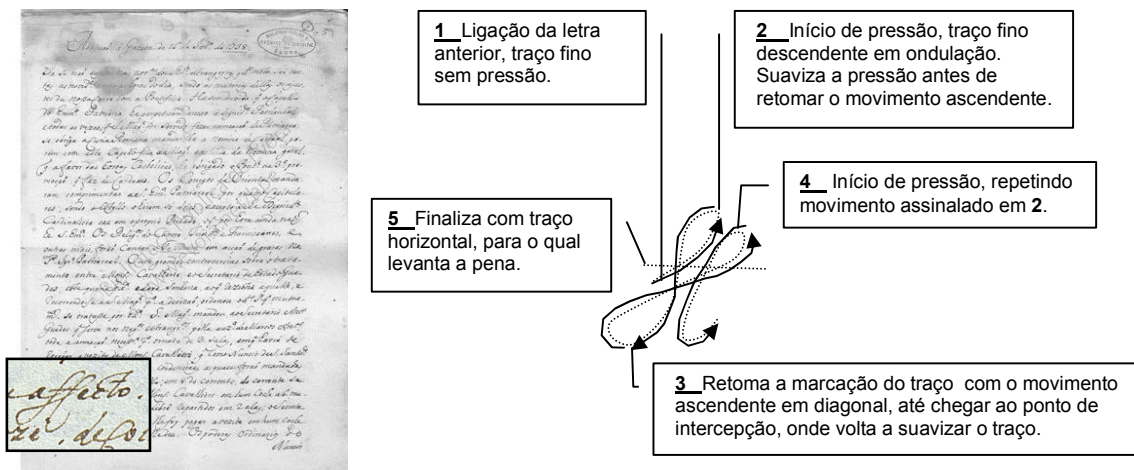


Figura 69- Pormenor dos "ff", característicos do *ductus* da caligrafia I, presente na palavra "affecto", folheto nº. 34, fl. 68.

A persistência do mesmo *ductus* na construção de outros grafemas, nomeadamente do "s", confirmam a coerência dos modelos gráficos que integram a escrita pessoal de Luís Montês Matoso. São eles elementos evidentes mesmo num

cursivo veloz a que se acede através do folheto nº 50 (figura 70), claramente um borrador.

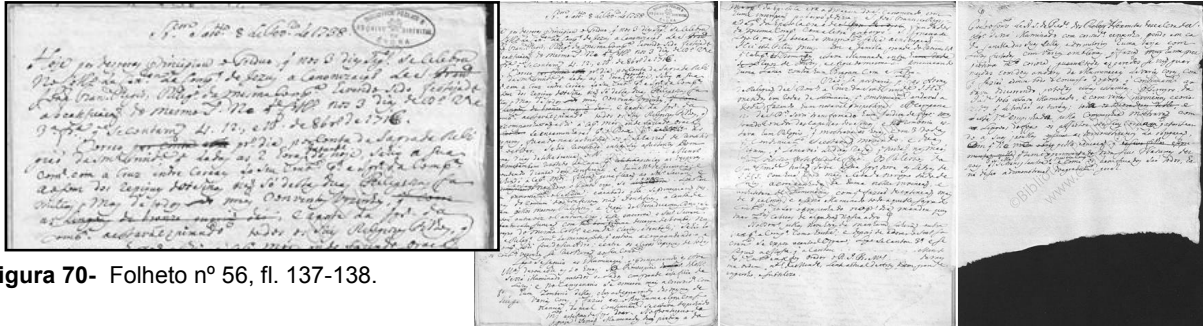


Figura 70- Folheto nº 56, fl. 137-138.

Da mesma forma, regista-se precisamente o mesmo indicador para o caso de Pereira de Faria, no qual o primeiro "f" do grafema "ff" pode ser identificado em múltiplas ocorrências individuais ou assumindo uma forma adaptada no "s" longo.

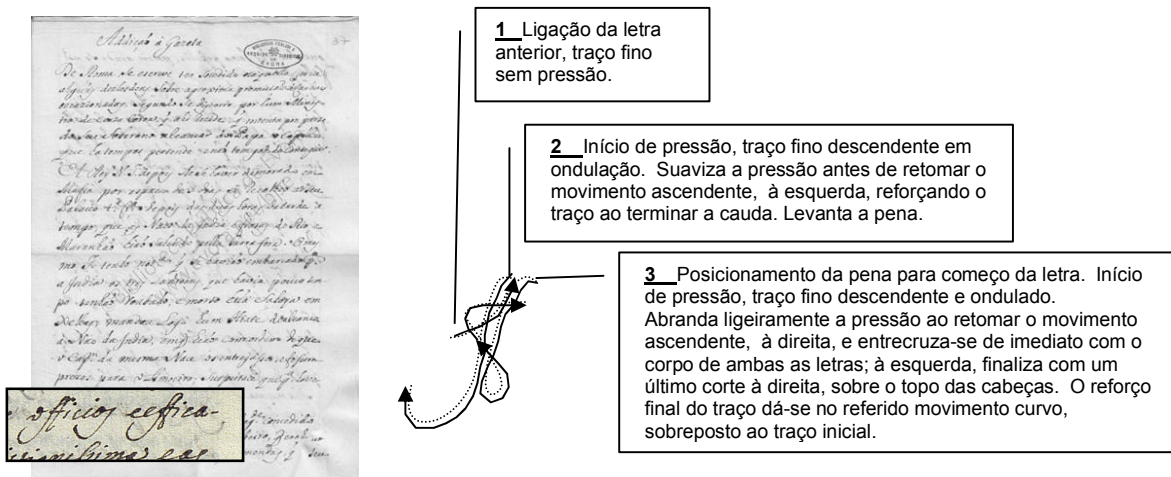


Figura 71- Pormenor dos "ff", característicos do ductus da caligrafia  $\theta$ , presente na palavra "efficazes", folheto nº. 52, fl.125v.

Ano/Data	nº.	fl.	Família
1738	31	62-63v	ε
	32	64-65v	
	33	66-67v	θ
	34	67-68v	ι
01.16	35	69-72v	θ / ι / θ
	36	73-74v	θ
	37	75-80v	α
	38	81-82v	ι
	39	83-86v	θ
02.20	40	87-90v	ι
02.20	41	91-95v	θ / ι
02.27	42	96-99v	ι
02.27	43	100-103v	
	44	104-107v	
	45	108-111v	θ
	46	112-113v	
	47	114-115v	ι
	48	116-117v	
05.15	49	118-119v	θ
05.15	50	120-121v	
	51	122-124v	ι
	52	125-126v	
	53	127-130v	θ
07.03	54	131-132v	ι
07.03	55	133-136v	θ
07.10	56	137-138v	θ / ι
07.10	57	139-140v	ι
07.17	58	141-142v	θ
07.17	59	143-144v	ι
07.24	60	145-148v	θ
07.24	61	149-150v	
07.31	62	151-152v	ι
07.31	63	153-154v	
	64	155-156v	θ

**Figura 72-** Ocorrências de famílias no códice das "Adições à Gazeta", para o ano de 1738.

Paralelamente à identificação destes indivíduos, emergem marcas da produção escrita em partilha que contribuem para o aferir das formas de execução de folhetos a "quatro mãos".

Através do retomar das ocorrências de famílias no ano de 1738, na figura 72, notam-se os três exemplares partilhados (nº 35, 41, e 56). Enquanto que o primeiro e o último se remetem para a mudança de mão a meio da redacção, continuando até o fecho da edição, centra-se a atenção no folheto nº 41, pela alternância no mesmo manuscrito (θ / ι / θ), como modelo de referência.

Tendo sido já avançada a hipótese deste conjunto se tratar de uma cópia posterior, a referida intervenção ritmada das mãos parece não se coadunar com a mesma finalidade. No entanto, quando aliada a outro tipo de interposições e características do aparato textual, repõem fundamentos viáveis à argumentação inicial. Consideram-se sobretudo dois indicadores: a irregularidade da formulação dos cabeçalhos, conforme a análise do capítulo 3, e o recurso continuado de reclamos na quase totalidade das mudanças de fólhos. O primeiro pode efectivamente

decorrer da mesma inconstância patente nos cabeçalhos do ano de 1737. No entanto, Pereira de Faria e Montês Matoso revelam-se extremamente escrupulosos em termos de forma, para descurarem propositadamente o título de publicação, caso esta se destinasse a uma efectiva edição. O segundo aspecto parece ser mais determinante, na medida em que configura uma prática comum na cópia manuscrita para efeitos de compilação. Note-se que era uma situação bem presente na cópia autógrafa de Montês Matoso, do seu próprio folheto noticioso em 1745<sup>243</sup>.

<sup>243</sup> Anno Noticioso e Histórico. Historia annual que comprehende o resumo [...], por Luís Montês Matoso, 1745, BPE, CIV/1-15d.



A partilha gráfica de folhetos, aliada à existência de números duplicados, questiona ainda o tipo de práticas que regiam as supostas cópias. Os duplicados, uma vez que diferem pontualmente no tipo de discurso adoptado para uma mesma descrição, podem colocar de parte o recurso ao ditado. Paralelamente, as breves passagens em folhetos duplicados, nos quais se dá a partilha gráfica (nº 34/35; 40/41; e 56/57) sugerem redacções relativamente autónomas, no que respeita ao vocabulário usado para expressar as mesmas ideias. Circunstâncias que inevitavelmente questionam de que tipo de cópia se trata, ou se se tratará sequer deste procedimento.

A cópia enquadra-se num conjunto de fenómenos textuais, onde se evidencia paralelamente ao ditado e/ou à redacção autógrafa de textos preparatórios (minutas), entre outros, mediante os quais se manifestam as mais variadas fases de produção textual, fortemente arreigadas aos contextos sócio-culturais em que se inscrevem<sup>244</sup>. O destrinçar das relações estabelecidas entre determinados desempenhos, constitui por si só um objectivo de trabalho bastante denso, obviamente fora do alcance da presente dissertação. Não obstante, importa reforçar a clara identificação de grande parte destes fenómenos, através de constatações da materialidade da escrita.

Entre os ritmos e sequências gráficas analisadas no capítulo anterior, emergem indicadores que vão das fórmulas e execuções gráficas dos cabeçalhos, às partilhas na redacção dos manuscritos por mais que uma mão, passando pelas possíveis transformações nos *ductus*. A complexidade de relações que se estabelecem entre si, não deixam de aqui ser pouco mais do que enunciadas. Ainda assim, procura-se colocar em evidência as informações que a materialidade da escrita das gazetas denunciam. Ficam patentes através do "contraste entre voz e mão, e entre olhos e a memória"<sup>245</sup> subjacentes ao seu processo de produção. E a memória implica também o contexto cultural e social dos agentes envolvidos. Um jogo de regras implícitas e explícitas em si muito complexo.

---

<sup>244</sup> PETRUCCI, 1995: 145.

<sup>245</sup> PETRUCCI, 1995: 148.

---

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: os significados para além das formas**

---

Terminado o empreendimento proposto, importa agora tecer algumas conclusões.

Antes de mais, a abordagem de caligrafias do período Moderno mais tardio (princípio do século XVIII) assume-se aqui como singular no âmbito da produção historiográfica sobre o tema, uma vez que aquela se centra, essencialmente (como foi demonstrado), no período medieval ou no início da modernidade. Desta forma, a análise desenvolvida entende-se como um contributo para os estudos de Setecentos. O método de análise desenvolvido neste âmbito cronológico centra-se na identificação de grafias anónimas e não apenas na descrição dos elementos da escrita de manuscritos autografados, como é o caso da maioria dos estudos medievais que se debruçam sobre documentos oficiais assinados.

Mas, muito mais do que um exercício teórico de atribuição de identidades, tratou-se de empreender um percurso do qual resultassem elementos que permitissem contextualizar a produção escrita das fontes tratadas. Entenda-se, o meio em que os agentes produtores de folhetos volantes se enquadram na cultura manuscrita dos inícios de Setecentos.

Neste ponto, perante toda a problemática inicialmente exposta, ressalta como fundamental abordar, os aspectos que se relacionam directamente com a identidade das formas gráficas inventariadas nos folhetos das Gazetas Manuscritas da BPE. Assim, tal como se propôs inicialmente, foi possível desvendar alguns rostos por detrás da produção dos "Diários" e das "Adições", quer através da identificação numérica de famílias gráficas distintas, quer através do reconhecimento exacto de alguns dos sujeitos envolvidos na escrita dos mesmos.

Neste âmbito, importa considerar a validade da "construção" das unidades gráficas desenhadas (caligrafias/famílias) sobre as quais se problematizou ao longo da

dissertação. O questionamento da unidade de análise proposta revela-se fundamental, no sentido de aferir a eficácia do método utilizado. Deste modo, embora se tenha que reconhecer a possível existência de factores de ruído na aplicação do conceito "família" a um *corpus* documental tão extenso, esta opção revelou-se como o único meio que permite uma aproximação mais verosímil ao número de "mãos" por detrás das formas gráficas de homens sem rosto.

Concretizando, no caso do "Diario", foi possível discernir, num intervalo de tempo compreendido entre 1735 e 1738, um número mínimo de 2 famílias gráficas activas anualmente, acrescidas de 1 a 2 pontuais. Considerando este intervalo, os casos mais complexos (A e B), que apesar da diversidade gráfica apresentam elementos homogéneos, levam a crer, com alguma margem de segurança, tratar-se de uma mão para cada um dos casos. Fora deste intervalo, sobretudo no caso B, os folhetos dos anos de 1729 a 1733 manifestam uma divergência na mancha de texto, em relação aos de 1735-1738, o que poderá indicar a existência de uma segunda mão para aquele período. No que toca às cartas do Conde da Ericeira, de entre as famílias enunciadas em toda a cronologia do "Diario" (1729-1740), encontram-se 2 famílias que se repetem de forma consistente (B e Z). O que nos levou a crer, conforme a análise esboçada no capítulo 3, que corresponderão a 2 ou 3 secretários pessoais<sup>246</sup> ao serviço do conde que desempenhavam tarefas em ambos os domínios ("Diario" e cartas). Isto ao contrário das restantes famílias identificadas, restritas à redacção dos folhetos do "Diario".

Já no caso das "Adições", note-se a circunstância de as famílias corresponderem, com elevado grau de certeza, a uma única mão cada. No entanto, o curto espaço temporal abrangido por estes folhetos não permite tirar ilações tão abalizadas quanto as do "Diario", até porque cada ano revela uma dinâmica de produção própria. Destaquem-se os anos de 1737 e 1738. O primeiro pela sucessão de um elevado número de famílias consideradas e o segundo pela possibilidade destes folhetos constituírem uma cópia muito posterior ao momento de produção. Assim, relativamente ao ano de 1736, em que domina uma única família com a introdução

---

<sup>246</sup> O número de secretários depende do número de mãos que de facto estejam presentes na família **B**.

pontual de mais duas, fica-se na dúvida de qual do anos (1736 ou 1737) é regra, ou é excepção, relativamente ao número de escreventes presentes nas "Adições".

No que toca ao reconhecimento exacto de alguns dos sujeitos envolvidos na escrita de "Diarios" e "Adições" foi possível confirmar a identidade gráfica dos redactores (D. Francisco Xavier de Meneses, IV Conde de Ericeira e José Freire de Monterroio Mascarenhas). Certifica-se que o primeiro não participou do seu próprio punho na feitura de qualquer folheto dos "Diarios" que chegou até nós; enquanto que o segundo, apesar de em termos gráficos não aparecer em nenhum dos folhetos das "Adições" de 1736-1738, curiosamente localiza-se em dois folhetos volantes anexos em 2 cartas autógrafas enviadas a Pereira de Faria, em 1741. Atesta-se portanto, a presença da mão de Monterroio na execução de alguns dos seus folhetos.

Este aspecto reveste-se de grande importância, uma vez que denota o meio social de produção escrita, identificado como de moderada distinção, mas que apresenta diferenças consoante nos debruçamos sobre o círculo de escreventes de D. Francisco Xavier de Meneses ou o de José Freire Monterroio. Enquanto o primeiro dispunha de recursos humanos que lhe permitiam uma diferenciação de tarefas entre as práticas de administração pessoal (como a redacção de cartas, atribuídas apenas ao secretário), e as restantes tarefas relacionadas com o interesse específico de divulgação dos acontecimentos da corte (redacção do "Diario"), que eram desenvolvidas por indivíduos quase que "indiferenciados" (embora o secretário também pudesse participar dessa função); o segundo não dispunha de recursos que lhe permitissem a mesma diferenciação de tarefas mas apenas recorria sucessivamente a vários amanuenses e amigos que lhe escreviam os folhetos.

Outro aspecto fundamental a reter, na sequência da análise feita, e da visível importância que era dada à informação veiculada através de suporte de papel manuscrito, nestas redes de produção e divulgação de folhetos, é, na sequência do que já foi notado por outros autores, a continuação da preponderância do manuscrito nos princípios do século XVIII, apesar da crescente valorização da produção impressa, ao abrigo do patrocínio régio.

As Gazetas Manuscritas da BPE, enquanto fonte de estudo, favoreceram também à recolha de elementos que contribuem para o estudo da cultura escrita de

Setecentistas, permitindo perceber, ainda que de forma superficial, o alargamento da cultura escrita a um meio social mais vasto, para além do dos grupos privilegiados. Esta possibilidade da fonte desvenda uma sucessão de imagens relativas aos espaços e ambientes da escrita, permitindo ainda desenhar o meio em que os escreventes se moviam à época.

Em síntese, considera-se que o objectivo inicial de análise das Gazetas do ponto de vista das identidades caligráficas, que se poderia entender como restrito à atribuição de autorias a formas gráficas, permite, de forma mais alargada, contribuir para a história da cultura escrita no Portugal de Setecentos.

## **FONTES e BIBLIOGRAFIA**

---

## I - FONTES

---

### 1. FONTES MANUSCRITAS

---

(ANTT) INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS  
TORRE DO TOMBO

*Casa da Fronteira*, M.º 246.

Correspondência de D. Francisco Xavier de  
Meneses, 4.º Conde da Ericeira, ao  
Conde de Assumar, 1703-1727, *Casa  
da Fronteira*, M.º 93, p. 1-58.

Correspondência de D. Francisco Xavier de  
Meneses, 4.º Conde da Ericeira, a D.  
Luís da Cunha, 1740-1743,  
*Manuscritos da Livraria*, N.º. 1944.

Habilitação da Ordem de Cristo, letra G, mç.  
2, doc. 10.

(BA) BIBLIOTECA DA AJUDA

Diário do Anno de 1731 que faz o Conde da  
Ericeira (...), 1731-33, Cód. 51-VI-41  
(antigo 51-V-39), fls. 91-233v.

(BPE) BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

Adições à Gazeta, 1736-38, CIV / 1-24 d.

Anno Noticioso e Histórico. Historia annual  
que comprehende o resumo [...], por  
Luís Montês Matoso, 1745, CIV/1-15d.

Carta (cópia) de José Freire de Monterroio  
Mascarenhas a D. Francisco Xavier de  
Meneses, 4.º Conde da Ericeira, CIX/  
1-4, fl. 146-147v.

Carta de Rodrigo Xavier Pereira de Faria ao  
4.º Conde de Unhão, Santarém,  
3.9.1749, CXX / 2-15, p. 88, fl. 128.

Carta de D. Francisco Xavier de Meneses, 4.º  
Conde da Ericeira, a João Baptista de  
Castro, Lisboa, 1737, CXII/2-7.

Correspondência de D. Francisco Xavier de  
Meneses, 4.º Conde da Ericeira, para  
D. Rodrigo Xavier Teles de Menese,  
4.º Conde de Unhão, 1706-1742, CXX  
/ 2-6.

Correspondência de José Freire Monterroio  
Mascarenhas para Rodrigo Xavier  
Pereira de Faria, 1741-1749, CVIII /1-  
4.

Decretos (cópia) relativos à contratação de  
copistas para a Torre do Tombo,  
*Papéis vários sobre a Congregação  
Beneditina*, 1721-1724, CIX/ 2-5, N.º 5,  
fls. 11-12v.

Diário, 1729-40, CIV / 1-5 d a CIV / 1-8 d.

Memórias do Recolhimento dos Inocentes,  
Luís Montês Matoso, Miscelânea, CIX/  
1-5, N.º 7.

Petição de José Rodrigues Roles, s/d,  
Miscelânea, CXXVIII/ 2-16, fl. 58-58a.

---

## 2. FONTES IMPRESSAS

---

- BLUTEAU, Raphael de, 1713-1728, *Vocabulário Portuguez e Latino*, 10 vols., Coimbra.
- CABRAL, António Vanguerve, 1730, *Pratica judicial, muyto util, e necessaria para os que principião os officios de julgar, e advogar e para todos os que solicitação causas nos Auditorios de hum, e outro foro*, parte VI, Coimbra, Na Officina de Antonio Simoens Ferreira.
- DAY, Lewis F., *Penmanship of the XVI, XVII & XVIII<sup>th</sup> centuries*. A series of typical examples from english and foreign writing books selected by Lewis F. Day, London.
- FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de, 1722, *Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar*, Lisboa Occidental, Officina de Bernardo da Costa de Carvalho.
- FREIRE, Francisco José, 1746, *Secretario Portuguez*, Lisboa, Oficina de Domingos Gonçalves.
- LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda, *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, vol. 1 (1729-1731), Lisboa, Edições Colibri / CHC-UNL / CIDEHUS-UE, 2002.
- LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda, *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, vol. 2 (1732-1734), Lisboa, Edições Colibri / CHC-UNL / CIDEHUS-UE, 2005.
- MACHADO, Diogo Barboza, 1741-1759, *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols, Lisboa, na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca e outros.
- MENESES, Francisco Xavier de, 1741, *Henriqueida: poema heroico, com advertencias preliminares das regras da poesia epica, argumentos, e notas*, (...), Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- SANTIAGO PALOMARES, Francisco Xavier de, 2005, *Arte Nueva de Escribir, inventada por el insigne maestro Pedro Diaz Morante, e ilustrada con Muestras nuevas, y varios discursos conducentes al verdadero Magisterio de Primeiras Letras (1776)*, Valladolid, edición Facsímil - Editorial Maxtor.
- TORÍO DE LA RIVA Y HERRERO, Torcuato, 1798, *Arte de escribir por reglas y con muestras, según la doctrina de los mejores autores antiguos y modernos, estrangeiros y nacionales, acompañado de unos principios de Aritmética, Gramática y Ortografía Castellana, Urbanidad y varios sistemas para la formación y enseñanza de los principales caracteres que se usan en Europa*, Madrid, Imprenta de la Viuda de Don Joaquín Ibarra.



## II - BIBLIOGRAFIA

1. <i>Gazetas Manuscritas</i> .....	129
2. <i>Condição biológica da escrita</i> .....	130
3. <i>História da Cultura Escrita</i> .....	130
4. <i>Identificação de grafias</i> .....	135
5. <i>Vocabulário e ortografia Setecentista</i>	135
6. <i>Sociedade no Antigo Regime</i> .....	136

---

### 1. GAZETAS MANUSCRITAS

---

BELO, André, 2001, *As gazetas e os livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

2002, "As gazetas dos impressores: a estratégia de vulgarização da Gazeta de Lisboa entre 1742 e 1752", *Cadernos de Cultura*, Nº 4, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, pp. 59-74.

2004, "Between History and Periodicity: Printed and Hand-Written News in 18th-Century Portugal", *e-JPH*, vol. 2, nº. 2, pp. 1-11.

2004<sup>a</sup>, "Notícias Impressas e Manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da Gazeta de Lisboa", *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 10, nº. 22, pp. 15-35.

2005, "Nouvelles imprimées et nouvelles manuscrites dans le Portugal du XVIIIe siècle: le caractère social de l'information", *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLIX (Sociabilités intellectuelle XVI<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle), Lisboa/ Paris, pp. 137-146.

2010, "La política de los partidos: noticias de las guerras europeas en Portugal

en la primera mitad del siglo XVIII" in Castillo Gómez et al. (dir.), *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*, Gijón, Ediciones Trea, pp.223-234.

FIDALGO, Bruno, 2007, *A Representação de Crime nas Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1729-1740)*. Dissertação de Mestrado, FCSH - Universidade Nova de Lisboa.

LISBOA, João Luís, 2002, "A informação política nos finais do Antigo Regime", *Cadernos de Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, II<sup>a</sup> Série, Nº 4, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, pp. 7-12.

2002<sup>a</sup>, "Gazetas escritas à mão", in: LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda, *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, vol. 1 (1729-1731), Lisboa, Edições Colibri / CHC-UNL / CIDEHUS-UE, pp. 13-42.

2004, "News and newsletters in Portugal (1703-1754)", in: LÜSEBRINK, Hans-Jürgen, e POPKIN, Jeremy D. (ed.), *Enlightenment, Revolution and the periodical press*, Oxford, Voltaire Foundation, pp. 35-45.

2005, "'Tanta virtude...' em papéis correndo (Persistência e poder do manuscrito no Antigo Regime)", in ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.), *Cultura letrada no Brasil: objetos e praticas*, Campinas, Mercado de Letras e ALB, São Paulo, FAPESP, pp. 277-291.

LISBOA, João Luís, e MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, 2010, "Editar cartas e notícias setecentistas" in REYNAUD, Maria João, e TOPA, Francisco (org.), *Crítica textual & crítica genética em diálogo. Colóquio Internacional. Porto, 18-20 de Outubro de 2007*, 2º Vol., Munique, Martin Meidenbauer Verlagsbuchhandlung, pp. 311-325.

- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, 2005, "Autoria, proveniência e difusão", in: LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda, *Op. cit.*, vol. 2 (1732-1734), Lisboa, Edições Colibri / CHC-UNL / CIDEHUS-UE, pp. 13-42.
- 2005<sup>a</sup>, "Historiografia e tradição crítica: novela exemplar dos jornais manuscritos do século XVIII", in: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista, e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.), *Cultura Política: Interfaces entre História Social, História Política e Ensino de História*, Rio de Janeiro, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pp. 155-175.
- 2005<sup>b</sup>, *Manual de edição das Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, (Sep. de *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, II<sup>a</sup> Série, N<sup>o</sup> 21, pp. 325-361).
- 2007, "Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora: notícias de história", in *Escrita, Memória e Vida Material: formas de transmissão da cultura letrada no Império Português (sécs. XVI-XIX)*, São Paulo, Alameda Casa Editorial.
- RÉTAT, PIERRE, 2001, "Bilan et perspectives des recherches sur les Gazettes", in *L'information à l'Époque Moderne*, Association des historiens modernistes des universités.
- ROLL, Jean-Pierre; ALBERT, Frédéric; RIBOT-CISCAR, Edith; BERGENHEIM, Mikael, 2004, "'Proprioceptive signature' of cursive writing in humans: a multi-population coding", *Experimental Brain Research*, Vol. 157, N<sup>o</sup> 3, pp. 359–368.
- SASSOON, Rosemary, 1990, "La tenue de la Plume: applications et implications d'une classification", in SIRAT, Colette; IRIGOIN, Jean; POULLE, Emmanuel (eds.), *L'écriture: le cerveau, l'oeil et la main*, Paris, Brepols-Turnhout, pp. 139-144.
- SIRAT, Colette; e VINH, Tho-son, 1990, "Écritures contrôlées et écritures personnelles: un modèle d'activité graphémique basé sur l'expérience paléographique", in SIRAT, Colette; IRIGOIN, Jean; POULLE, Emmanuel (eds.), *L'écriture: le cerveau, l'oeil et la main*, Paris, Brepols-Turnhout, pp. 155-193.
- SIRAT, Colette, 1990, "La morphologie humaine et la direction des écritures", in SIRAT, Colette; IRIGOIN, Jean; POULLE, Emmanuel (eds.), *L'écriture: le cerveau, l'oeil et la main*, Paris, Brepols-Turnhout.
- TEASDALE, N.; FORGET, R.; BARD, C.; PAILLARD, J.; FLEURY, M; LAMARRE, Y., 1993, "The role of proprioceptive information for the production of isometric forces and for handwriting tasks", *Acta Psychologica*, N<sup>o</sup> 82, pp. 179-191.
- WING, ALAN M., 2000, "Motor control: Mechanisms of motor equivalence in handwriting", *Current Biology*, vol. 10, N<sup>o</sup> 16, pp. 245-248.

---

## 2. CONDIÇÃO BIOLÓGICA DA ESCRITA

---

PAILLARD, Jacques, 1990, "Les bases nerveuses du contrôle visuo-manuel de l'écriture", in SIRAT, Colette; IRIGOIN, Jean; POULLE, Emmanuel (eds.), *L'écriture: le cerveau, l'oeil et la main*, Paris, Brepols-Turnhout, pp. 23-57.

---

## 3. HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA

---

ALMADA, Marcia, 2009, "Na forma do estilo – normas da *boa pena* nos séculos XVII e XVIII em Portugal e Espanha", in

- XXIX *Encontro da Associação Portuguesa de História Social e Económica*, pp. 1-18.
- ÁNGEL EXTREMERA, Miguel, 2003-2004, "La Pluma y La Vida. Escribanos, Cultura Escrita y Sociedad en la España Moderna (Siglos XVI-XVIII)", in *LITTERAE. Cuadernos sobre Cultura Escrita*, N<sup>os</sup> 3-4, pp. 187-106.
- 2009, *El notariado en la España Moderna. Los escribanos públicos de Córdoba (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Calambur, Biblioteca Litterae, 19.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, 1997, *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)*, Madrid, Editorial Síntesis.
- 2001, *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo de oro*. Madrid: Marcial Pons, Ediciones de Historia.
- 2002, "Cultura escrita e história do livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII", *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, n<sup>o</sup> 9-10, pp. 63-95.
- 2005, "La correspondencia del hombre práctico. Los usos epistolares de la nobleza española del Siglo de Oro a través de seis años de cartas del tercer conde de Fernán Núñez (1679-1684)", *Cuadernos de Historia Moderna. Anejos*, IV, pp. 129-154.
- BUESCU, Ana Isabel, 1999, "Cultura Impresa e Cultura Manuscrita em Portugal na Época Moderna: uma sondagem", *Penélope*, n<sup>o</sup> 21, pp. 11-32.
- 2003, "A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séc. XVI e XVII", *Ler História*, n<sup>o</sup> 45, pp. 19-48.
- CAMINO MARTINEZ, Maria Carmen del, 1988, "La escritura de los escribanos publicos de Sevilla (1253-1300)", [\*Historia, instituciones, documentos\*](#), N<sup>o</sup> 15, pp. 145-166.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio, 2002, "Del tratado a la práctica. La escritura epistolar en los siglos XVI y XVII", in CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ, Carlos (ed.), *La correspondencia en la Historia. Modelos y prácticas de la escritura epistolar*, VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita, vol. I, Alcalá de Henares, Calambur, pp. 79-107.
- 2004, "Hojas Embetunadas y Libros en Papel: Escritura y Memoria Personal en la España Moderna", *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 10, N<sup>o</sup> 22, pp. 37-65.
- 2005, "'El mejor retrato de cada uno': la materialidad de la escritura epistolar en la sociedad hispana de los siglos XVI y XVII", *Hispania*, Vol. 65, N<sup>o</sup> 221, pp. 847-875.
- CHARTIER, Roger, 1990, "As práticas da escrita", in ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.), *História da Vida Privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, Vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, pp. 114-161.
- 1998, "Le manuscrit à l'âge de l'imprimé (XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles). Lectures et réflexions", *La Lettre Clandestine*, n<sup>o</sup> 7 (L'identification du texte clandestin aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles), Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, pp. 175-194.
- 2001, "Culture écrite et littérature à l'âge Moderne", *Annales: histoire, sciences sociales*, Ano 56, N<sup>os</sup> 4-5, (Pratiques d'écriture), pp. 783-802.
- COELHO, Maria Teresa Pereira, 2006, *Existiu uma escrita manuelina: estudo paleográfico da produção gráfica de escritvães da corte régia portuguesa (1490-1530)*, Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- COSTA, Mário Fernando da Silva, 2006, *Estudo paleográfico de um manuscrito quinhentista da Crónica de D.*

- Fernando de Fernão Lopes, Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CURTO, Diogo Ramada (coord.), 2003, *Bibliografia da história do livro em Portugal – séculos XV a XIX*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- D'HAENENS, Albert, 1975, "Pour une sémiologie paléographique et une histoire de l'écriture", *Scriptorium*, N° 29, pp. 175-198.
- 1983, *Écrire, utiliser et conserver des textes pendant 1500 ans: la relation Occidentale à l'écriture*. Separata de Scrittura e Civiltà, N° 7, pp. 225-260.
- DOOLEY, Brendan, 1999, "De bonne main: les pourvoyeurs de nouvelles à Rome au XVIIIe siècle", *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Ano 54, N° 6, pp.1317-1344.  
[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess\\_03952649\\_1999\\_num\\_54\\_6\\_279818](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_03952649_1999_num_54_6_279818) [Consultado em 21.09.2010].
- ESPEJO CALA, Carmen, 2002, "El origen epistolar de las Relaciones de Sucesos de la Edad Moderna", in CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ, Carlos (ed.), *La correspondencia en la Historia. Modelos y prácticas de la escritura epistolar*, VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita, vol. I, Alcalá de Henares, Calambur, pp. 157-167.
- GASPARRI, Françoise, 1987, "L'écriture usuelle, reflet d'un enseignement et signification historique", in *Médiévales*, Vol. 6, N° 13, pp. 143 - 165.  
[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/medi\\_0751-2708\\_1987\\_num\\_6\\_13\\_1088](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/medi_0751-2708_1987_num_6_13_1088) [Consultado em 03.08.2010]
- GILISSEN, Léon, 1975, "Ductus et rapport modulaire: réponse aux articles de MM. D'Haenens et Ornato", *Scriptorium*, N° 29, pp. 235-244.
- GIMENO BLAY, Francisco M., 2007, "De la 'luxurians litera' a la 'castigata et clara'. Del orden gráfico medieval al humanístico (siglos XV–XVI)", in *Litterae Caelestes*, Vol. 2, N° 1, Center for Medieval and Renaissance Studies, UC Los Angeles, pp. 9-51.  
<http://escholarship.org/uc/item/65z8786s#page-1> [Consultado em 21.09.2010].
- GIMENO BLAY, Francisco M.; PETRUCCI, Armando (ed.), 1995, *Escribir y Leer en Occidente*, València, Universitat de València.
- GOMES, Saúl António, 2007, *In Limine Conscriptio. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / Palimage.
- GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos A., 2007, *Homo viator, homo scribens. Cultura gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XV-XVII)*, Madrid, Marcial Pons (Ediciones de Historia).
- GONZALO SÁNCHEZ-MOLERO, José, 2005, "Mateo Vázquez de Leca, un secretario entre libros: 1. El escritorio", *Hispania*, Vol. 65, N° 221, pp. 813-846.  
<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/124/126> [Consultado em 16.02.2011].
- GUERRA, António Joaquim Ribeiro, 1988, *Os escribas dos documentos particulares do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça 1155-1200: exercícios de análise de grafias*, Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- 2003, *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*,

- Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.
- HANNAY, Margaret P., 2002, "The Countess of Pembroke's agency in print and scribal culture", in JUSTICE, George L.; TINKER, Nathan (ed.), *Women's Writing and the Circulation of Ideas. Manuscript publication in England, 1550-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 17-49.
- HAY, Louis, 1976, "Éléments pour l'étude des manuscrits modernes", in GRUYS, A. (ed.), *Codicologica*, Vol. I (Théories et principes), Leiden, pp. 91-109.
- HEBRARD, Jean, 1995, "Des écritures exemplaires: l'art du maître écrivain en France entre XVIe et XVIIIe siècle", in *Mélanges de l'Ecole française de Rome (Italie et Méditerranée)*, Vol. 107, N° 2, pp. 473-523. [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mefr\\_11239891\\_1995\\_num\\_107\\_2\\_4394](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mefr_11239891_1995_num_107_2_4394) [Consultado em 16.02.2011].
- HUBERT, Marie-Clotilde; POULLE, Emmanuel; SMITH, Marc H. (ed.), 2000, *Le statut du scripteur au Moyen Age - Actes du XIIe Colloque Scientifique du Comité International de Paléographie Latine*, Paris, École des Chartes.
- KRISTELLER, Paul Oskar, 1976, "Tasks and problems of Manuscript research", in GRUYS, A. (ed.), *Codicologica*, Vol. I (Théories et principes), Leiden, pp. 84-90.
- LISBOA, João Luís, e MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, 2010, "A cultura escrita nos espaços privados" in MATOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, Vol. 2 ("A Idade Moderna", coord. de Nuno Gonçalo Monteiro), [Lisboa], Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 333-394.
- LOVE, Harold, 1998, *The culture and commerce of texts: Scribal Publication in Seventeenth-century England*, s/l, The University of Massachusetts.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de, 1994, *Ler e Escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a História da alfabetização e da escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho.
- MALLON, Jean, 1975, "Panorama actual de la investigación sobre escrituras latinas: perspectivas para el futuro", in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, Vol. 5, (Paleografía y Archivística), Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela/Secretariado de Publicaciones, pp. 15-22.
- MARQUILHAS, Rita, e ALBINO, Cristina, 2005, "Escribir 'cartas aterradoras' en el Palacio do Limoeiro (Portugal, 1822-1825)", *Hispania*, Vol. 65, N° 221, pp. 991-1019. <http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/130/131> [Consultado em 10.09.2010]
- MARQUILHAS, Rita, 1998, "Prática da escrita na sociedade portuguesa do século XVII", in *Leituras e Escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970: Política - Mentalidades, Práticas Educativas*, Vol. II, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 261-272.
- MARTÍNEZ PEREIRA, Ana, 2003, "Un calígrafo español en la corte de D. João V: Marcos de las Roelas y Paz", *Península. Revista de Estudios Ibéricos*, N° 0, pp. 355-368.
- 2003-2004, "Los Manuales de Escritura de los siglos de oro: problemas bibliográficos", *Litterae. Cuadernos sobre Cultura Escrita*, N°s 3-4, pp. 133-159.
- 2004, "El Arte de escrever de Manuel Barata en el ámbito pedagógico de la segunda mitad del siglo XVI", *Península. Revista de Estudios Ibéricos*, N° 1, pp. 235-249.

- MASTRUZZO, Antonio, 2005, "Problemi metodologici e prospettive di ricerca nello studio della tradizione grafica corsiva", *Litterae Caelestes*, nº 1, pp.1-11.  
<http://escholarship.org/uc/item/4734p0fz> [Consultado em 10.09.2010]
- MÉTAYER, Christine, 2001, "Normes graphiques et pratiques de l'écriture: maîtres écrivains et écrivains publics à Paris aux XVIe-XVIIIe siècles", *Annales: histoire, sciences sociales*, Ano 56, Nºs 4-5, , pp. 881-901.
- MONTEIRO, Ana Rita Amaro, 1997, *Legislação e actos de posse do Conselho Ultramarino: 1642-1830*, Porto, Universidade Portucalense.
- MOUREAU, François, 2006, *La plume et le plomb. Espaces de l'imprimé et du manuscrit au siècle des Lumières*, Paris, Presse Universitaire de Paris-Sorbonne.
- NOGUEIRA, Bernardo de Sá, 2003, *O Livro das Lezírias D'El Rei Dom Dinis*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.
- OVERGAAUW Eef, 2000, "Les Copistes vus par eux-mêmes:l'exemple des copistes néerlandais en Italie", in HUBERT, Marie-Clotilde; POULLE, Emmanuel; SMITH, Marc H. (org.), *Le Statut du Scribeur au Moyen Age - actes du XII<sup>e</sup> colloque scientifique du Comité international de paléographie latine*, Paris, École des Chartes, pp. 325-332.
- PEÑA DÍAZ, Manuel, 1997, *El laberinto de los libros. Historia Cultural de la Barcelona del Quinientos*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Rui Pérez / Ediciones Pirámide.
- PETRUCCI, Armando, 1988, "Pouvoir de l'écriture, pouvoir sur l'écriture dans la Renaissance italienne", *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Ano 43, Nº 4, pp. 823-847.
- 1995, *Writers and Readers in Medieval Italy. Studies in the History of Written Culture*, London, Yale University Press.
- PRIETO BERNABÉ, J., 2005, "Espacios, formas y manifestaciones modernas de la cultura escrita: España y Portugal (siglos XVI-XIX)", *Hispania*, Vol. 65, Nº 221, pp. 809-812.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Elena E., 2000, "Ámbito de actuación profesional de los copistas de libros castellanos (siglo XV)", in HUBERT, Marie-Clotilde; POULLE, Emmanuel; SMITH, Marc H. (org.), *Le Statut du Scribeur au Moyen Age - actes du XII<sup>e</sup> colloque scientifique du Comité international de paléographie latine*, Paris, École des Chartes, pp. 292-323.
- RUMBLE, Alexander R., 2006, "The Study of Anglo-Saxon manuscripts, collections and scribes: in the footsteps of Wanley and Ker", in: RUMBLE, Alexander R. (ed.), *Writing and texts in Anglo-Saxon England*, Cambridge, D. S. Brewer, pp. 1-17.
- SAMPER CORTÉS, Ana, 2002, "La correspondencia privada entre María Teresa de Austria y Carlos III de España", in CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ, Carlos (ed.), *La correspondencia en la Historia. Modelos y prácticas de la escritura epistolar*, VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita, vol. I, Alcalá de Henares, Calambur, pp. 295-302.
- SMITH, Marc H., 2002, "Pour une préhistoire des écritures modernes", *Gazette du livre médiéval*, nº 40, pp.1-13.  
<http://www.palaeographia.org/glm/glm.htm?art=smith> [Consultado em 10.09.2010]
- VILLALBA, Enrique, 2002, "Sospechosos en la verdad de lo que pasa ante ellos. Los escribanos de la corte en el siglo de oro: sus impericias, errores y vicios", in: *LITTERAE. Cuadernos*

sobre *Cultura Escrita*, Nº 2, pp. 121-149.

---

#### 4. IDENTIFICAÇÃO DE GRAFIAS

---

- AUSSEMS, Mark, 2006, *Christine de Pizan and the Scribal Fingerprint: A Quantitative Approach to Manuscript Studies*. MA Thesis. Utrecht University. <http://igiturarchive.library.uu.nl/studenttheses/20060908200407/UUindex.html> [Consultado em 10.09.2010].
- CIULA, Arianna, 2009, "The Palaeographical Method Under the Light of a Digital Approach", in REHBEIN, Malte, SAHLE, Patrick, e SCHAßAN, Torsten (ed.), *Kodikologie und Paläographie im Digitalen Zeitalter – Codicology and Palaeography in the Digital Age*, Norderstedt, Books on Demand, pp. 219-235.
- DAVIS, Tom, 2007, "The Practice of Handwriting Identification", *The Library*, 7ª série, Vol. 8, pp. 251–276.
- GURRADO, Maria, 2009, "'Graphoskop', uno strumento informatico per l'analisi paleografica quantitativa", in REHBEIN, Malte, SAHLE, Patrick, e SCHAßAN, Torsten (ed.), *Kodikologie und Paläographie im Digitalen Zeitalter – Codicology and Palaeography in the Digital Age*, Norderstedt, Books on Demand, pp. 251-259.
- RUMBLE, Alexander R., 2005, "Palaeography, Scribal Identification and the Study of Manuscript Characteristics", FELLOWS-JENSEN, Gillian; SPRINGBORG, Peter (ed.) *Care and Conservation of Manuscripts 8: Proceedings of the 8th International Seminar*, Copenhagen, Museum Tusulanum Press, pp. 217–228.
- STOKES, Peter, 2009, "Computer-Aided Palaeography, Present and Future", in: REHBEIN, Malte, SAHLE, Patrick, e

SCHAßAN, Torsten (ed.), *Kodikologie und Paläographie im Digitalen Zeitalter – Codicology and Palaeography in the Digital Age*, Norderstedt, Books on Demand, pp. 309-338.

---

#### 5. VOCABULÁRIO E ORTOGRAFIA SETECENTISTA

---

- GONÇALVES, Maria Filomena, 1991, "Algumas notas sobre a ortografia portuguesa no século XVIII (D. Luís Caetano de Lima)", *Biblos*, vol. LXVII, Coimbra, 1991, pp. 263-274.
- 1992, *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação.
- 2002, "Vocabulário Português & Latino de Rafael Bluteau: aspectos da estrutura e da definição lexicográfica", *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, pp. 399-410.
- 2003, *As ideias ortográficas em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- 2004, "Historiografia menor" da questão ortográfica de Setecentos: Proposta que fez o Pe. João Bautista de Castro aos eruditos da Corte de Lisboa", *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa - Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2004, pp. 107-128.
- MARQUILHAS, Rita, 1991, *Norma gráfica setecentista. Do autógrafo ao impresso*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- 2001, "Em torno do vocabulário de Bluteau. O reformismo e o prestígio da norma no século XVIII". In MATEUS,

Maria Helena (coord.), *Caminhos do Português*, Lisboa, Biblioteca Nacional, pp. 105-118.

*Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLIX (Sociabilités intellectuelle XVI<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle), Lisboa/Paris, pp. 105-137.

---

## 6. SOCIEDADE NO ANTIGO REGIME

---

BUESCU, Ana Isabel, 2000, *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos.

CARDIM, Pedro, 2001, "Religião e Ordem. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime", *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, pp. 133-174.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2011, "As grandes casas", in MATOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, Vol. 2 ("A Idade Moderna", coord. de Nuno Gonçalo Monteiro), [Lisboa], Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 202-243.

GOUVEIA, António Camões, 1998, "Estratégias de Interiorização da Disciplina", in MATOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. IV (O Antigo Regime, 1620-1807), Lisboa, Editorial Estampa, pp. 367-392.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, 2003, "Os séquito das Rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da 'sociedade de corte' (1640-1754)", *Penélope*, N.º 29, pp. 49-82.

LOUSADA, Maria Alexandre, 2011, "Novas formas: emergência do espaço público", in MATOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, Vol. 2 ("A Idade Moderna", coord. de Nuno Gonçalo Monteiro), [Lisboa], Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 424-456.

MARTINS, António Coimbra, 2005, "Échanges culturels luso-français (Les Ericeira, La Neuville, Bignon, le Cabinet du Roi)",

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 1998, "Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia", in MATOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. IV (O Antigo Regime, 1620-1807), Lisboa, Estampa, pp. 297-338.

2003, *O crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

MOTA, Isabel Ferreira da, 2003, *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, Minerva.

OLIVAL, Fernanda, [2001], *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade (1641-1789)*, Lisboa, Estar.

2011, "Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios", in MATOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, Vol. 2 ("A Idade Moderna", coord. de Nuno Gonçalo Monteiro), [Lisboa], Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 244-275.

RÊGO, João de Figueirôa, 2008, *Reflexos de um Poder discreto: Discurso Académico, Saberes e práticas sociais em Portugal Setecentista a propósito dos códices de Dom Flaminio*, Lisboa, CHAM.

SÁ, Isabel dos Guimarães, 2011, "As crianças e as idades da vida", in MATOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, Vol. 2 ("A Idade Moderna", coord. de Nuno Gonçalo Monteiro), [Lisboa], Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 72-95.



## **ANEXOS**

---

*Quadro da dinâmica conceptual aplicada na identificação de grafias | Formulário de Ficha Caligráfica | Diagrama das relações entre a fala e a escrita nos processos de produção escrita | Quadro do levantamento de referências a escreventes nas cartas de Monterroio | Transcrição anotada de documentos: cartas | Fichas Caligráficas 1 e 2*

## ANEXO I

### *QUADRO da dinâmica conceptual aplicada na identificação de grafias*

---

#### **Jean Mallon (1952)**

---

Forma ■ ●  
Ângulo de escrita ■  
Ductus ■ ●  
Modulus ■ ●  
Peso ■  
Suporte de escrita  
Características internas ■ ●

---

#### **Léon Gilissen (1973)**

---

Morfologia ■ ●  
Ângulo de escrita ■  
Ductus ■  
Relação Modular ■ ◀  
Contraste ■ ◀  
Estilo ▶

---

#### **Michel Lothar (1982)**

---

Qualidade dos traços ◆  
Alteração da pressão exercida na "pena" ◆  
Velocidade de execução ▶  
Movimento e forma ●  
Direcção do movimento (ductus, ângulo de inclinação, forma e direcção da linha de texto) ● ◀  
Proporções verticais e horizontais ●  
Divisão vertical e horizontal ◆  
Outras características ◻

---

#### **Julian Brown (1993)**

---

Aspecto (tremura, enquadramento do texto, beleza/decoração, clareza, esmero) ◻  
Ângulo de escrita ■  
Espaçamento ◆  
Tratamento de linhas curvas ◆  
Modulus ■  
Pontuação ◆  
Formação de sílabas e palavras comuns ◆  
Grupos comuns de letras (com variações consoante a posição nas palavras) ◆  
Ligações (entre letras e palavras) ◆  
Ponto do "i" e traço do "t" ◆  
Números, letras capitais, e letras "estranhas" (ex. "k, g, x, z") ◆  
Pares de letras semelhantes (ex. "n, u") ◆  
Letras que apresentam frequentemente mais do que uma forma (ex. "d, e") ◆  
Inconsistências ▶

---

### **Alexander Rumble (1994)**

---

Tratamento ascendente e descendente das letras (incluindo proporções) ♦  
Hastes (incluindo o peso e o contraste) ♦  
Forma das letras ■ ●  
Ligações ♦  
Abreviaturas ♦  
Pontuação ♦  
Ortografia ♦

---

### **Jan Burgers (1995)**

---

Inclinação ►  
Ângulo de escrita ■  
Formato ■ ●  
Modulus ■  
Peso ■  
Largura de margens ♦  
Predominâncias e irregularidades da linha de texto ►  
Decoração ♦  
Abreviaturas ♦  
Cursividade entre letras, e nas letras ♦  
Formas características de letras ♦  
"Estrutura do texto", pontuação, uso de maiúsculas e capitais ■ ◀ ●

---

### **Michelle Brown (1996)**

---

Aspecto ■  
Ângulo de escrita ■  
Ductus ■  
Formas das letras ■ ●  
Peso ■  
Maneirismos ►  
Ortografia ♦  
Abreviaturas ♦  
Pontuação ♦  
Aparato textual (enquadramento da mancha de texto) ►

---

### **Ana Rita Amaro Monteiro (1997)**

---

Ângulo de escrita ■  
Modulus ■  
Direcção do movimento (ductus, ângulo de inclinação, forma e direcção da linha de texto) ■ ◀  
Formato de letras ■ ●  
Ortografia ♦  
Abreviaturas ♦  
Rubricas ►  
Suporte material (filigranas, tinta, empaginação e ornamentação) ■

---

### **Mark Aussems (2006)**

---

Inclinação  
Ângulo de escrita ■  
Modulus ■

Peso ■  
Predominâncias e irregularidades da linha de texto  
Decoração ◆  
Cursividade entre letras, e nas letras  
Formas características de letras ◆

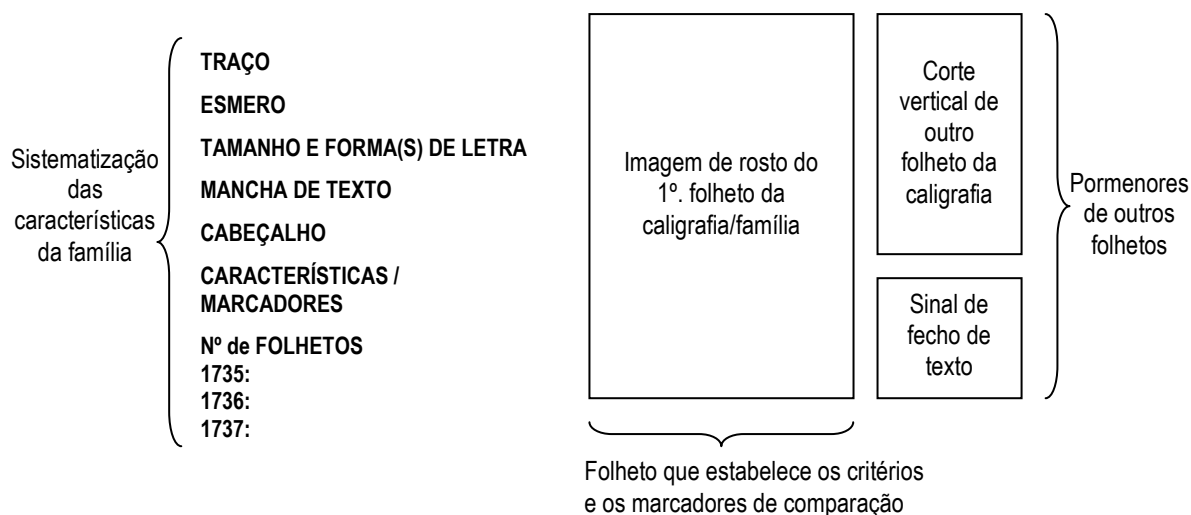
LEGENDA:

■ critérios estruturais na análise dos elementos da escrita | ◀ termos que sofreram alterações substanciais | ▶ critério inovador | ● termo de significado idêntico | ◼ termo muito genérico

NOTA: Outros autores foram tidos em consideração, embora não tivessem sido incorporados a posteriori, uma vez que os critérios assumidos recorrem a esquemas semelhantes.

## ANEXO II

### **FORMULÁRIO** explicativo da Ficha caligráfica



**Descrição dos componentes gráficos** | caracterização dos elementos da escrita associados aos da tipologia documental, relativos ao folheto que estabelece os critérios para a comparação.

**Análise do conjunto de exemplares** | comparação dos folhetos da caligrafia.

**Particularidades** | exceções como folhetos anexos ou sinais de fecho de texto relevantes.

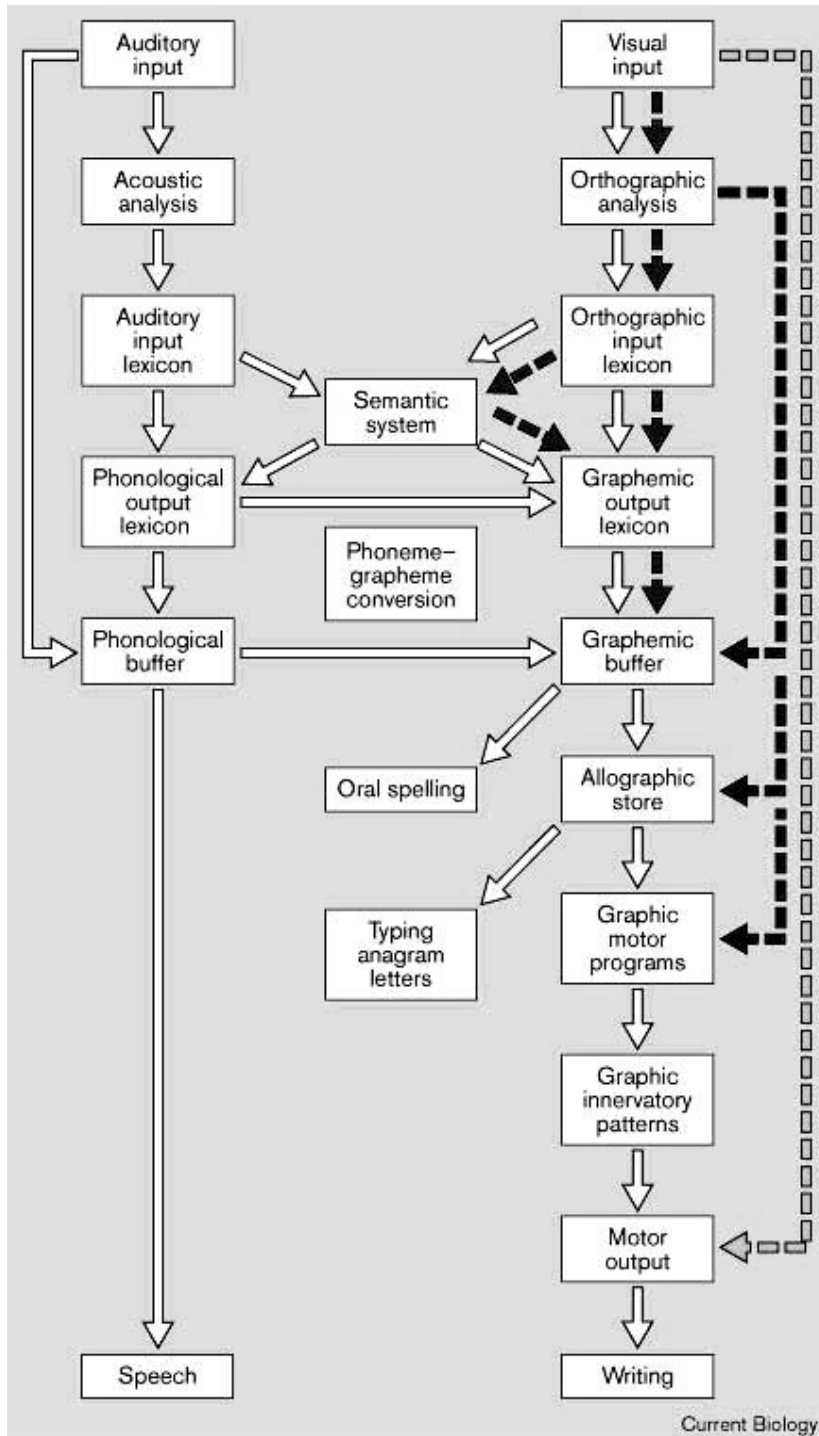
**Forma de distribuição nos folhetos** | sempre que exista mais do que uma caligrafia no conjunto de folhetos, assinala o intercalar das famílias.

**Variantes de "X"** | grafias que revelem um parentesco muito próximo com a família caligráfica.

**Relações da(s) variante(s) com "X"** | estabelecimento de afinidades e rupturas com a caligrafia principal.

**ANEXO III**

**DIAGRAMA** das relações entre a fala e a escrita nos processos de produção escrita



In: "Motor Control: Mechanisms of motor equivalence in handwriting", by Alan M. Wing, Current Biology, 2000, nº. 10, p. 247.

## ANEXO IV

### *QUADRO do levantamento de referências a escreventes nas cartas de Monterroio a Pereira de Faria*

FONTE: Correspondência de José Freire Monterroio Mascarenhas para Rodrigo Xavier Pereira de Faria, 1741-1749, CVIII /1-4.

#### 1741

---

«**Manoel Alvaro** sabendo que o Pe. Luis Montez solicitava que elle lhe desse novas tomou a confiança de escreverlhe e o fez sem me dizer nada. **V. M. releve as faltas que acharia nos seus papeis; porque tendo muita espertesa e lendo sempre se não aplica a escrever bem;** porem onze annos sempre tem alguã desculpa (...)» 25 Fev., fl. 7-7v

«Eu não me atrevia a mandar noticias para o folheto porque **dizendo a Manoel que me copiasse o resumo que fiz para S. A. esta semana o fez de maneira que nem eu o entendo** e este sera o ultimo porque me envergonho que saya tal cousa da minha caza.» 19 Julho, fl. 22

«**O folheto vay ao Pe. Luis Montez** e cuydo que leva novas para duas semanas porem **não sey se o saberão ler, porque o escrevente cada vez o faz peyor.** (...)» 21 Out., fl. 48-48v

«**Em lugar de Antonio Correa me fica escrevendo hum sobrinho seu** que he muito bom moço, mas he necessario ainda irse aperfeiçoando em escrever os nomes estrangeiros. (...)» 18 Nov., fl. 54.

#### 1742

---

«... Pe. Luis Montez, e se eu não puder escreverlhe neste correyo, contentese elle com as gazetas, e com **o folheto que omte ditei a**

**nosso amigo Gilhelmo Jozé**, sem termos recebido gazetas nem a somana passada nem esta ... » 15 de ...?, fl. 60

**1743**

---

«Sobre os vilhancicos escreverei a V.M. mais devagar que agora o faço com bastante pressa e **mandarei tambem completar a gazeta que a V.M. foy deminuta que por estas que me fazia o meu amanuense o despedi; e agora tenho hum estrangeiro que fazendo boa letra nam escreve bem a lingua portugueza**, e vay aprendendo.» 19 Jan., fl. 92

«Meu amigo e senhor Nam sey se há ainda Santarem porque nam tive neste correyo nem carta de VM nem do Pe Montez; e de todo o crera, senão vira tam cheyo de papeiz, que dela chegáram ao nosso amigo Guilhelme Joze, que peloz santos novos se esquecem os velhos; porem elle tudo merece que **hontem por não ir tarde para casa, nam quis escrever o folheto e cá o fizemos como pudemos; por não faltar a VM este subsideo para o que la fabricam.**» 30 de Março, fl. 102

«...Eu dezejara tambem que houvesse cauza que lhe pudesse lizongear o seu gosto, e merecer o favor que me faz. **Hoje fiz hum folheto sem cá estar o amigo Guilherme Joze.** (...)» 17 Mayo, fl. 108

«**Hoje acabei de ditar a Gazeta da semana que vem pelas duas horas para as trez**, e com pouco descanso tornei para o bofete atégora que são nove para as dez. (...)» 14 de Junho, fl. 114-114v

«Não posso escrever ao Pe Montes porque **esta letra mostra a pressa com que escrevo** e fico para servir a VM que Deus guarde muitos annos Lisboa 24 de Agosto de 1743», fl. 126v



1745

---

«Os mais papeis achei despois de ter fechado a carta para o Pe Montez VM lhos comunique com a advertencia de que elle mos tornará a mandar; **e se eu puder fazer folheto irá tambem aqui, porque os nossos amigos forão a Mafra; e eu fiquei sem ter quem me escreva (...)**» 24 Abril, fl. 180-180v

«**Eu não tive hoje quem me escrevesse o folheto se ainda esta noyte puder lho farei sem embargo de não ter carta sua.**» 9 de Outubro, fl. 186v.

## ANEXO V

FONTE: Petição de José Rodrigues Roles, s/d, BPE, Miscelânea, CXXVIII/ 2-16, fl. 58-58a.

### *TRANSCRIÇÃO anotada*

«**Jozé Rodriguez Roles**, morador na calçada do Conde Pombeiro [?], filho de Francisco Rodriguez Roles, proprietario, que foy do officio de thezoureiro geral dos consulados, que falecendo o dito seu pay, no anno de 1725, **ficou o supplicante menor de 7 annos de bayxo da tutela de seu tio Antonio Correa Lemos**, cuidando tão sómente em aprender as artes liberaes, que por obrigação de filho de homem de bem se devia aplicar, no que continuou até a idade de 18 annos a tempo que principiou a dar a ultima conta do dito seu pay, da dita thezouraria de dous annos e 3 mezes, cuja receita o seu liquido emportou em 460 contos de reis, a qual deo nos contos do reino e caza, sendo-lhe nomeado para contador della Jgnacio Ferreira do Lago, findando-a no anno de 1740, a tempo que S. Magestade foy servido por bem de sua real fazenda extinguir o ditto officio, ficando cobrando as consignações dos consulados do reyno pela thezouraria criada de novo com o titulo de Armazens, em que se achava provido João Lucas de Barros e Mesquita, de que o supplicante ficou perdendo o accesso, que tinha á dita propriedade, naquele tempo praticado com os filhos dos proprietarios, ficando só com a despeza de pór correntes os papeis da dita conta, e trabalho que com ella teve, tudo por credito do dito seu pay, e arrecadação da Real Fazenda de S. Magestade, **e vendo que não tinha em que se ocupar, entrou a administrar a Gazeta e Suplemento do reyno, por privilegio, que no anno de 1715, tinha S. Magestade concedido ao tio do supplicante Antonio Correa Lemos, que falecendo no de 1741, continuou em beneficio da veuva sua molher e filhos do dito seo tio, por se livrarem do estipendio, que o supplicante percebia em premio de seu trabalho, o que pouco lhe durou, porque vendo Jozé Freire Monterroyo Mascarenhas, a quem se dava em cada semana 12.800 em premio da sua tradução, que lhe não pagavão, pedio o privilegio a S. Magestade e nelle**

**continuou**, e falecendo, foy S. Magestade servido, que ficase na Secretaria de Estado; **cujo mapa da despesa e lucros que rendia em cada anno, no tempo da administração do supplicante, vay aqui junto.**

No anno de 1750, sendo Enfermeiro mor, e Thezoureyro executor da Fazenda do Hospital Real de Todos os Santos, o Conde de Valadares, e entrando a fazer a reforma dos cartorios das cappelas, e morgados foy o supplicante chamado, applicandose em ler muitas diversidades de letras, que pela sua antiguidade se fazião deficultozas, em que continuou até o tempo do Monteiro mór do reyno, finalizando a dita obra com a concluzão dos alfabetos, que governão os ditos cartorios.

Em 1753, entrou applicarse em arumar alguns cartorios de fidalgos desta corte, entre os quaes, foy o da caza do Exmo. conde de Vila Flor, ate o anno do terramoto, depois do qual sendo escrivão da Santa Casa da Mizericordia o mesmo Exmo. Conde, o admetio a trabalhar, na reforma do cartorio da dita Santa Casa.

No de 1762, foy nomeado pelo Thezoureyro mór, e mais senhores do Erario Regio, para feitor do provimento das munições de boca para as tropas destes reynos, no quartel general de Abrantes, ás ordens de Manoel Nunes Vizeo, e Paulino André Lombard, sendo por estes mandado, a fazer os quarteis do dito provimento em Miranda do Corvo, Rio de Moynhos, Cabaços, e outros; havendo ido tambem a Niza, para o mesmo efeito, na ocazião em que as tropas portuguezas entrárao em Alcantra; dando conta de tudo o que lhe foy encarregado, com zelo, e arecadeação da Real Fazenda, até que recondozindose Abrantes, deu conta no quartel general aos administradores, da sua conducta, e nelle continuou ajudando arumar as contas dos mais companheiros, até que se meterão no Erario Regio, para serem purificadas, e aprovadas pelos senhores administradores geraes.

Em 1764 passou a Vila Nova de Passos a erigir, e estabelecer huma fabrica de sola de atanado, com o fundo de 2.000 couros por anno, sendo cayxas desta sociedade o capitam Manoel Nunes da Costa, e seo irmão Caetano Nunes, juizes ricos, e poderozos na dita vila, os quaes por escritura se obrigarão a dar contas todos os annos, e como o supplicante nos lucros desta tem huma 6<sup>a</sup> parte, são já passados seis annos, e por conta do seu poder, lhe não querem dar contas algumas, e muito mais vendo que o supplicante se acha

pobre, e com obrigaçam de molher e filhos a que acodir, estandolhe a dever ao tempo prezente segundo a sua respectiva parte o melhor de quatro contos de reis; e circunstancias, que bem poem ao supplicante e sua familia no miseravel estado em que se acháo: a vista do espendido

Para V. Ex<sup>a</sup>. lhe faça merce por esmola, lembrarse da necessidade do supplicante, concorrer com o seu patrocínio, para que seja admetido em qualquer occupação, na qual não tem duvida em satisfazer quanto ao que lhe for emcarregado, com aquelle zello, e actividade, que tem de obrigação.»

## ANEXO VI

FONTE: Carta (cópia) de José Freire de Monterroio Mascarenhas a D. Francisco Xavier de Meneses, 4.º Conde da Ericeira, CIX/ 1-4, fl. 146-147v.

### *TRANSCRIÇÃO anotada*

«**Copia da carta que Jozé Freire de Monterroyo Mascarenhas escreveo ao Conde da Ericeira na ocazião em que se nomeavão os academicos da Academia Real da Historia portuguesa.** // ... a honra que V. Exa. Me fez em apadrinharme para ser hum dos nomeados para a nova Academia, (...). // fl.145v (...) mas he tal a minha [fortuna], que vejo anteporme alguns que tem vindo consultar comigo pontos dificeis, negocios graves, e pedir copias de cartas, e memorias; outros prologos, e dedicatorias para livros. / **Dizem-me que o pertexto de não ser admitida a honroza recomendação de VEx<sup>a</sup> foi a grande occupação, que tenho com a Gazeta da corte: ainda devo algum favor a esta reflexão,** e devera mais, se não carecerão de muito mais tempo Jeronimo Godinho de Niza (...); e só digo, que entendo que a mayor parte dos nomeados não hande fazer nada, huns porque não podem, outros porque não sabem. **O trabalho da Gazeta he grande, porque he preciso, e em dias determinados, mas não passa de dous dias,** o mesmo emprego tinha em Pariz há pouco tempo, e o exercitou muitos annos o Abbe. Euzebio Renaudote sendo justamente dos quarenta da Academia Franceza; e com toda a lida de hua Secretaria de Estado escrevia Antonio de Souza de Macedo os seos Mercurios. O trabalho para os homens coriozos tem lugar de assipe (...). // f. 146 Corri hua boa parte da Europa ja depois de fazer os meos estudos, e ter lido as historias do Reyno todas, e as do mundo; tratei em Espanha e em França, em Holanda e em Alemanha com as pessoas mais eroditas; apliqueime à politica, às mathematicas, à historia, à genealogia, e com particularidade à haraldologia; li hum grande numero de livros antigos, quaze todos os que os modernos escreverão em Francéz, cuido, que me explico na minha lingoa, e tenho conhecimento da latina, da castelhana, da jtaliana, da franceza, da jngleza, da holandeza, da alemãa, e da dinamarqueza; sei o alfabeto da graga como os que sabem grego na nossa terra; leyo as letras, e caracteres antigos goticos, e semigoticos, portuguezes, latinos, ou francezes, como podia

testemunhar Jozé de Faria, e Luiz do Couto, e pode hoje dizer João Couceiro de Abreu com muitas outras pessoas desta corte (...) [segue-se a relação de obras compiladas e/ou dadas à estampa] // fl. 147 (...) e por toda a parte tenho dezentranhado anteguidades excelentes para a historia ecleziastica, e profana que tenho repetido pellos meos titulos de familias nos lugares que lhes tocão. **Ha seis annos que trabalho continuamente em dar ao reyno noticias dos sucessos da Europa nas minhas gazetas, e nas minhas relações; (...) // Sirvo ao Reyno todo com a instrução das novas do mundo, que totalmente ignorara, se eu não introduzisse a Gazeta, sirvo à patria publicando as couzas memoraveis,** pois as gazetas estrangeiras, hespanholas, jitalianas, francezas, holandezas, e jnglezas traduzem da minha capitulos inteiros; sirvo à nobreza falando nos seos nascimentos, nos seos empregos, nos seos despozorios, e nos seos funeraes, fazendo-a conhescida na Europa; **alem disto sirvo aos tribunaes do Stto Officio e da Mesa da Consciencia com a minha noticia para apurarem a limpeza de sangue dos cavaleiros das ordens, e dos familiares. Tenho servido a mayor parte dos senhores da corte com certidoens, e com arvores para as demandas dos seos morgados, e para as suas pertençaens, e a alguns para a sua vaidade, e ninguem deixa de achar sempre com promptidão /fl. 147v/ a minha vontade obediencia, e o meu prestimo; se isto he digno da injuria que a junta me fez V Exa o julgue, (...)**»